

Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

**Engajamento Cívico e Capital Social: Um Estudo
Empírico sobre o Papel da Confiança Interpessoal para a
Resolução dos Dilemas da Ação Coletiva**

Brasília - DF
2012

Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

**Engajamento Cívico e Capital Social: Um Estudo Empírico sobre
o Papel da Confiança Interpessoal para a Resolução dos Dilemas da
Ação Coletiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Mathieu Turgeon.

Brasília - DF
2012

Autor: Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Título: Engajamento Cívico e Capital Social: Um Estudo Empírico sobre o Papel da Confiança Interpessoal para a Resolução dos Dilemas da Ação Coletiva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, na área de concentração “Instituições e Atores”, sob orientação do Prof. Dr. Mathieu Turgeon

Aprovado pela Banca Examinadora em ____/____/____

Prof. Dr. Mathieu Turgeon

Orientador

Prof. Dr. Lúcio Rennó

Prof. Dr. Yan Carreirão

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com a ajuda de algumas pessoas às quais devo meus mais sinceros agradecimentos. Meus pais, José Robson Gouveia Freire e Vanilde de Oliveira, que sempre estiveram ao meu lado com amor e apoio incondicionais, por compreenderem e admirarem minha escolha profissional. Meu irmão, Gustavo de Oliveira Gouveia Freire, por me ouvir, aconselhar e estimular em todos os momentos, no seu papel de irmão mais velho. Minha tia, Maria Moreira Silva, pelas tantas vezes que me ligou para dizer o quanto o meu caminho é promissor. Meus amigos e minhas amigas, que me rodeiam com energias positivas, sorrisos e festividades, por compreenderem o meu sumiço nos momentos em que os estudos exigem um pouco mais.

No que tange ao apoio financeiro, a CAPES desempenhou papel fundamental na concretização desta pesquisa. Minha dedicação exclusiva à dissertação não teria sido possível sem a disponibilidade de uma bolsa de estudos. Depois de dois anos contando com o suporte da CAPES pude perceber a grande importância dessa instituição para o fomento às atividades de pesquisa e de ensino no Brasil.

Meu progresso foi impulsionado por diversos profissionais de mais alta competência, que esclareceram muitas de minhas dúvidas, alguns deles de muito longe, via e-mail. Paul Whiteley e David Sanders, da University of Essex, e Harold Clarke, da University of Texas at Dallas, me auxiliaram com dúvidas a respeito do banco de dados do British Election Study 2005. Matt Golder, da Pennsylvania State University, detalhou o procedimento necessário para a geração de gráficos informativos. Thomas Brambor, da Stanford University, ofereceu opiniões sobre meu modelo empírico. Os membros da banca, Lúcio Rennó e Yan Carreirão, se dispuseram a ler e criticar meu trabalho, acrescentando valioso conteúdo à minha formação. Finalmente, meu orientador e amigo, Mathieu Turgeon, que sempre exigiu um pouco mais de minhas capacidades intelectuais, acreditando em meu potencial. Muito solícito e profissional, Mathieu foi minucioso em suas observações sobre meu trabalho, contribuindo para meu amadurecimento como jovem pesquisador. Cabem ressaltar sua paciência e

compreensão com aquele que foi, sem dúvidas, um de seus orientandos mais trabalhosos!

Muito obrigado a todos vocês,

Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Resumo

Esta dissertação trata dos determinantes do engajamento cívico, com ênfase sobre o papel da confiança interpessoal. Contestando a ideia de um efeito positivo direto da confiança sobre a propensão individual para a participação política, analiso o efeito condicional dessa variável, interagindo-a com as percepções de custos e expectativas de benefícios da participação. Os resultados indicam que há, de fato, um condicionamento do efeito da confiança sobre as variáveis dependentes analisadas. Entretanto, esse mesmo efeito é relativamente fraco quando comparado ao de outras variáveis, tais como o conhecimento político e a eficácia interna. Além disso, em uma das variáveis dependentes, o efeito da confiança interpessoal mostra-se contrário às expectativas teóricas, reduzindo a disposição de um indivíduo se engajar. Esses resultados questionam a importância da confiança social para a participação cívica e põem em xeque algumas das premissas da teoria do capital social.

Palavras-chave: Confiança interpessoal, engajamento, motivação, custos, benefícios, interação.

Abstract

This dissertation is about the determinants of civic engagement, with a focus on the role of interpersonal trust. Contesting the idea of a direct effect of trust on individuals' propensity for political participation, I analyze the conditional effect of this variable by interacting it with the perceptions of costs and expectations of benefits of participation. The results show that the effect of trust on the dependent variables is, in fact, conditional. Even though, this same effect is relatively weak when compared to those of other variables, such as political knowledge and internal efficacy. Furthermore, in one of the dependent variables, the effect of interpersonal trust is contrary to the theoretical expectations, reducing the willingness of an individual to engage in political action. These results challenge the importance of social trust for civic participation as well as some of the assumptions of social capital theory.

Keywords: Interpersonal trust, engagement, motivation, costs, benefits, interaction.

Sumário

Introdução	8
1. Engajamento Cívico e Teoria Política	12
1.1. Engajamento Cívico e Democracia: As origens do associativismo nas teorias políticas contemporâneas	13
1.2. Capital Social e Confiança Interpessoal	17
1.3. Confiança Interpessoal e Participação: o problema dos mecanismos causais	22
1.4. Racionalidade e Ação Coletiva	25
1.5. Instituições Públicas, Confiança e Engajamento	32
1.6. O Papel do Status Socioeconômico e de outros Recursos para a Participação	34
1.7. O Efeito Condicional da Confiança Interpessoal para o Engajamento	36
2. Metodologia de Pesquisa	42
2.1. O Banco de Dados	42
2.2. Variáveis Dependentes e Independentes do Modelo	44
2.3. O Efeito Interativo da Confiança Interpessoal e o Modelo de Base	51
3. Resultados do Modelo Empírico e Implicações Teóricas	59
3.1. Participação em Partidos Políticos	62
3.2. Participação em Protestos	74
3.3. Participação em Associações Voluntárias	81
Conclusões	92
Referências	97
Anexo I	103
Anexo II	116

Introdução

Esta pesquisa trata dos fatores associados ao engajamento cívico, com atenção especial ao papel da confiança interpessoal. Boa parte das teorias democráticas recentes enfatiza a importância do envolvimento dos cidadãos nos processos políticos decisórios como uma importante forma de sustentação e legitimação de regimes democráticos. Não apenas isso, o grau de engajamento da sociedade civil é, frequentemente, entendido como um indicador da qualidade de um governo democrático.

Nesse sentido, uma das principais preocupações da ciência política contemporânea se refere às causas da participação, isto é, quais variáveis estão envolvidas na manutenção de uma sociedade politicamente ativa e atenta a assuntos de interesse público. A capacidade de associação autônoma dos cidadãos em torno de objetivos comuns é, frequentemente, um dos focos de interesse no estudo das instituições participativas.

Desde a publicação de “Political Man: The Social Bases of Politics”, de Seymour Martin Lipset, em 1960, e “The Civic Culture”, de Gabriel Almond e Sidney Verba, em 1963, as características do meio social passaram a figurar no meio acadêmico como importantes fatores para o sucesso da democracia, especialmente em países recém-saídos de experiências políticas autoritárias. A confiança entre as pessoas ganhou destaque como um traço cultural indispensável para a manutenção do livre associativismo e para o resguardo da democracia de maneira mais ampla.

A difusão de comportamentos e valores oportunistas seria desfavorável ao amadurecimento de instituições participativas. A incapacidade dos cidadãos em confiar em seus pares representaria um empecilho à formação de associações autônomas capazes de defender seus interesses na esfera pública. Em outras palavras, contextos sociais onde as expectativas das pessoas sobre a conduta alheia são muito negativas desfavorecem a mobilização política da sociedade civil.

No meio acadêmico, o vínculo entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico tornou-se mais proeminente nas décadas de 1980 e 1990, período de transição para a democracia em diversos países da América Latina e do Leste Europeu. Vários autores aferiram à confiança interpessoal o status de variável central da cultura política democrática (INGLEHART, 1988; PUTNAM, [1993] 2006; FUKUYAMA, 2001).

A constatação da falta de confiança como uma das principais causas duradouras da imobilização política parecia comprometer o funcionamento da democracia em países com baixos níveis de confiança entre as pessoas. As consequências desse diagnóstico eram claras: sem um ambiente social favorável às instituições democráticas participativas, pouco se poderia esperar do seu desenvolvimento.

Apesar da ênfase de algumas teorias sobre os determinantes culturais da democracia, pesquisas empíricas recentes têm encontrado resultados pouco alentadores a respeito da importância da confiança para o estímulo à participação política. Diversos autores identificaram outras variáveis como mais relevantes que a confiança para o engajamento da sociedade civil, tais como a disponibilidade de recursos para arcar com os custos da participação (BRADY et al, 1995), a intensidade motivacional (FIORINA, 2001), as estruturas de oportunidade oferecidas pelas instituições públicas (RENNÓ, 2003), entre outras. De fato, tendo em vista a centralidade que a confiança chegou a assumir nos estudos sobre cultura política, é intrigante que seu desempenho empírico venha sendo decepcionante (SELIGSON & RENNO, 2000).

A pouca atenção dada às motivações individuais para a participação política é um dos principais pontos de críticas às teorias culturais da democracia (JACKMAN & MILLER, 1998; JOHNSON, 2003). Um dos problemas do foco sobre a confiança interpessoal para o engajamento cívico está na presunção da existência latente de motivações, desconsiderando importantes aspectos de interesses individuais. Isto é, a associação direta entre confiança e cooperação política pode ser enganosa (LEVI, 1996).

As expectativas de benefícios e as percepções de custos da participação política, mais especificamente, do voto, foram objeto de estudo de diversos autores (DOWNS, 1957; RIKER & ORDESHOOK, 1968; ALDRICH, 1993). Esses aspectos motivacionais também foram considerados para formas de participação política menos convencionais (PATTIE et al., 2003; VERBA et al., 2000). Com isso, evidenciou-se a

necessidade de detalhar o mecanismo que vincula a confiança interpessoal à motivação para participar da política. Esse é o principal objetivo desta pesquisa.

O vetor causal da relação entre confiança e participação ainda carece de esclarecimentos. Há evidências de que a disposição para o engajamento está associada à intensidade de crenças e ideologias (FIORINA, 1999, 2001), o que induz a ideia de que a confiança interpessoal surte diferentes efeitos sobre diferentes indivíduos. Nesse sentido, parece pouco provável haver uma relação de causalidade incondicional entre a confiança e o engajamento. Dessa asserção surge a pergunta central desta pesquisa: *é possível estabelecer-se uma relação de causalidade direta entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico?*

Minha hipótese é que a confiança interpessoal tem um efeito condicional positivo sobre o engajamento *dependendo das motivações individuais para tal*. Isto é, a confiança interpessoal só deve surtir efeitos positivos sobre o engajamento diante de percepções de custos relativamente baixas e expectativas de benefícios relativamente altas. Pessoas mais motivadas a participar podem ser mais afetadas pela confiança que aquelas menos motivadas. Em contraste, aqueles menos motivados a se engajarem devem ser consideravelmente menos afetados pela confiança interpessoal.

Dessa forma, a partir de uma hipótese condicional, testo o efeito interativo da confiança sobre a disposição para o engajamento em três tipos de atividades: I – participação em partidos políticos; II – participação em protestos; III – participação em associações voluntárias. Todas essas atividades diferem consideravelmente da participação eleitoral por exigirem fortes compromissos dos participantes (RENNÓ, 2001).

Tomando por base o survey do British Election Study de 2005, elaboro um modelo interativo onde o efeito da confiança interpessoal sobre o engajamento é condicionado pelas percepções de custos e expectativas de benefícios da participação política. O teste do modelo construído segue as orientações da literatura mais recente sobre hipóteses condicionais e interações entre variáveis (BRAMBOR et al., 2006; BRAUMOELLER, 2004; KAM & FRANZESE, 2005).

Como demonstro, a interpretação dos coeficientes de termos interativos nas tabelas de regressão é bastante limitada, diferente daquela dos modelos mais comuns de

mínimos quadrados, exigindo o uso de figuras para a visualização e interpretação adequada de efeitos condicionais entre variáveis. A discussão metodológica aqui apresentada realça equívocos frequentes nos testes de hipóteses condicionais, contribuindo para o avanço na elaboração de modelos interativos na ciência política.

Os resultados indicam um efeito condicional, porém, relativamente fraco, da confiança interpessoal sobre a propensão ao engajamento. Entretanto, esse efeito assume diferentes padrões de acordo com o tipo de engajamento em questão. As expectativas de benefícios e percepções de custos da participação moderam de maneira distinta o efeito da confiança sobre as variáveis dependentes analisadas.

Em um dos tipos de participação, referente aos partidos políticos, a confiança interpessoal apresenta um efeito condicional *negativo* sobre a disposição de um indivíduo se engajar. Para as outras formas de participação, em protestos e associações voluntárias, a confiança interpessoal tem um efeito condicional positivo, embora pouco relevante. O efeito condicional da confiança, quando comparado aos de variáveis como o conhecimento político e a eficácia interna, mostra-se ainda menos importante para o engajamento em todas as formas de participação aqui analisadas.

Com isso, concluo *não* ser possível o estabelecimento de um efeito positivo direto da confiança sobre a disposição para o engajamento. Os resultados desta pesquisa colocam em xeque boa parte dos estudos sobre o capital social e sugerem que a falta de confiança interpessoal é um problema de pouca importância para a mobilização política. Em suma, impressões negativas sobre a honestidade alheia pouco atrapalham, e podem até mesmo estimular, a propensão ao engajamento em formas menos convencionais de participação.

No Capítulo I, apresento os fundamentos de duas teorias que buscam explicar as causas do engajamento cívico: a teoria do capital social e a teoria da escolha racional. Nesse capítulo, apresento uma revisão teórica sobre o papel da confiança para o estímulo à participação, além de levantar minha hipótese e abordar a importância de outras variáveis, com atenção ao problema dos mecanismos causais da teoria do capital social.

O Capítulo II apresenta a metodologia de pesquisa adotada. Com base nos dados de um survey, o British Election Study de 2005, construo um modelo de mínimos

quadrados para testar a hipótese condicional proposta. Apresento também uma discussão metodológica acerca dos modelos interativos, destacando os principais erros de pesquisas que se valem da interação de variáveis e os cuidados para o teste de uma hipótese condicional.

No Capítulo III, discuto os resultados do modelo empírico e suas implicações teóricas. Finalmente, o Capítulo IV traz as conclusões.

1 – Engajamento Cívico e Teoria Política

1.1. Engajamento Cívico e Democracia: As origens do associativismo nas teorias políticas contemporâneas

O interesse da ciência política contemporânea pelas instituições participativas da democracia é crescente. O alastramento do sufrágio universal por diversos países, a partir da primeira metade do século XX, evidenciou a importância do envolvimento dos cidadãos nos processos políticos da democracia como uma das principais formas de legitimação das instituições políticas dessa forma de governo. Muito já foi escrito a respeito do voto, com ênfase sobre as estruturas de incentivo que fomentam o comparecimento dos indivíduos às urnas (DOWNS, 1957; RIKER & ORDESHOOK, 1968; FERREJOHN & FIORINA, 1974; ALDRICH, 1993; PUTNAM, 2000; FIGUEIREDO, 2008).

Em que pese a evidente importância da instituição do voto, a dimensão participativa da democracia não se resume à escolha de governantes por meio de eleições periódicas. Ela se estende ao livre associativismo, por meio do qual os cidadãos buscam fazer valer seus interesses, prover bens coletivos e, em última instância, influenciar o processo de tomada de decisões da política. Essas associações são formadas através do engajamento cívico de indivíduos voltados aos mais variados objetivos, desde a defesa de categorias profissionais específicas à formação de agremiações político-partidárias.

O engajamento cívico pode ser entendido como as atividades voluntárias que as pessoas exercem em suas comunidades, locais de trabalho, igrejas, e demais contextos sociais (FIORINA, 2001, p.5). Essas atividades variam de acordo com seus graus de politização (FIORINA, idem), de maneira que muitas delas podem ou não estar associadas a políticas públicas empreendidas pelo Estado.

A importância do engajamento cívico para a sustentação dos regimes democráticos foi enfatizada por Alexis de Tocqueville ([1835] 2004), um de seus principais estudiosos e entusiastas. O aristocrata e pensador político francês, quando da sua visita aos Estados Unidos, na segunda metade século XIX, viu no livre associativismo um dos principais sustentáculos do regime democrático daquele país.

A disposição para formar associações cívicas seria, segundo Tocqueville ([1835] 2004), difusa, uma vez que os americanos “de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos” (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p.131) uniram-se incessantemente em torno de objetivos comuns. Sobre o papel das associações para a vitalidade da democracia, escreveu:

[...] o país mais democrático da terra é aquele, dentre todos, em que os homens mais aperfeiçoaram em nossos dias a arte de perseguir em comum o objeto de seus desejos comuns e aplicaram ao maior número de objetos essa nova ciência. (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p. 132).

A ciência da associação seria central para a viabilização do avanço das demais ciências, uma vez que “o progresso de todas as outras depende do progresso desta” (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p. 135). A própria manutenção da ordem civilizada dependeria da capacidade de desenvolver a “arte de se associar”.

Embora muitas das associações observadas por Tocqueville ([1835] 2004) não fossem essencialmente políticas em suas finalidades, o pensador francês via uma relação simbiótica entre as associações civis e as associações políticas:

[...] a política generaliza o gosto e o hábito da associação; ela cria o desejo de se unir e ensina a arte de fazê-lo a uma multidão de homens que, do contrário, teriam sempre vivido sozinhos. A política não apenas faz nascer muitas associações, como cria associações, vastíssimas. (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p.142)

Tocqueville ([1835] 2004) entendia ambos os tipos de associativismo voluntário, tanto o “civil” quanto o “político”, como formas de evitar pretensões de atentados contra o estado democrático. Embora desse maior destaque à liberdade associativa sem conteúdo político, Tocqueville ([1835] 2004) via também nas associações políticas um importante pilar da defesa da liberdade. “É no seio das associações políticas que os americanos [...] adquirem, cada dia, o gosto geral da associação e se familiarizam com seu emprego” (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p.145), escreveu. O desfrutar de uma

liberdade associativa “perigosa”, isto é, da liberdade de associação política, diminuiria os perigos da liberdade para a democracia.

A relativa autonomia da sociedade civil frente aos poderes estatais explicaria “por que essa gente tão ocupada não se sente tentada a conturbar o Estado nem a destruir um repouso público que lhes é proveitoso” (TOCQUEVILLE, *idem*). Essas inferências foram reforçadas pelo contexto histórico testemunhado pelo autor, caracterizado pela forte centralização estatal de poderes vivida pela França, logo após a revolução ocorrida ao fim do século XVIII.

Em suma, o engajamento da sociedade civil seria fundamental para a segurança dos regimes democráticos. Sem ele, a tendência para a formação de governos tirânicos seria favorecida, tendo em vista a impossibilidade de controlar o poder concentrado dos governantes.

John Stuart Mill (1851), outro a enfatizar a importância da participação cívica, via a ação voluntária humana como educativa, capaz de tornar o ser humano mais independente e competente. Segundo Mill (1851), a forma ideal de governo seria aquela na qual os cidadãos não apenas gozam de soberania popular, mas aquela em que são convidados a participar ativamente, exercendo funções públicas:

The ideally form of government is that in which the sovereignty, or the supreme power in the last resort, is vested in the entire aggregate of the community; every citizen not only having a voice in the exercise of that ultimate sovereignty, but being, at least occasionally, called to take an actual part in the government, by the personal discharge of some public function, local or general [...] (MILL [1851] apud BAUM, 2000, p. 234)

Participar, ainda que indiretamente, das decisões do governo seria uma forma de impedir que as lideranças políticas distorcessem a essência da soberania popular. A noção de que cidadãos engajados em questões de interesse público contribuem para o fortalecimento da democracia é difusa no histórico da literatura recente (ALMOND & VERBA, [1963] 1989; PATEMAN, 1970; PUTNAM, 2000; FUKUYAMA, 2001), de maneira que diversos teóricos atuais a advogam, independentemente de suas orientações ideológicas. Segundo Fiorina (1999):

[...] conservatives applaud a means of addressing societal problems that does not involve the coercive power of government, while liberals appreciate voluntaristic approaches as the principal ones available at a time when popular support for activist government is at low ebb. (FIORINA, 1999, p.395)

Apesar do entusiasmo quanto ao engajamento cívico por parte da literatura, seus males também não deixaram de ser enfatizados por outros autores. Como destacou Fiorina (1999), uma sociedade politicamente engajada não é um sinônimo inequívoco de fortalecimento da democracia, pelo contrário, o alto envolvimento dos cidadãos com a política pode representar sentimentos de ódio, desespero, ou outras motivações as quais não são vistas como benéficas para o convívio em uma sociedade democrática.

Segundo Fiorina (1999) e Fiorina & Abrams (2008), os indivíduos mais participantes seriam consideravelmente mais radicais e intolerantes que o cidadão mediano, independentemente de seus posicionamentos ideológicos. O radicalismo seria uma característica das elites partidárias e dos indivíduos mais engajados, responsável por afastar a maioria das pessoas de assuntos da esfera pública. Desse quadro resultaria uma polarização política capaz de distorcer a agenda pública em determinadas questões, favorável às preferências de minorias extremistas mobilizadas.

Por outro lado, Abramowitz & Saunders (2005) afirmam o extremismo ser uma tendência mais ampla nos EUA, não sendo restrito a uma minoria politicamente ativa. Dessa forma, afirmam os autores, não faria sentido associar a disposição para o engajamento à polarização política.

Segundo Putnam (2000), parte da comunidade cívica norte-americana, nas décadas de 1950 e 1960, não estava voltada ao fomento de princípios democráticos universalistas, pelo contrário, buscava a manutenção de instituições sectárias e a barragem de direitos civis a determinadas parcelas da população. No entanto, o autor acredita o engajamento estar mais associado à tolerância e aos princípios de igualdade (PUTNAM, 2000, p.358).

De todo modo, as inferências de Tocqueville, Mill e outros autores sobre a dimensão participativa da democracia serviram de base para a ênfase dada ao engajamento cívico pela ciência política, além de terem influenciado construções teóricas sobre o associativismo e a participação política, tais como a da teoria do capital social, a qual será abordada na seção seguinte.

1.2. Capital Social e Confiança Interpessoal

Uma das principais formulações teóricas voltadas a explicar as razões que norteiam o engajamento cívico e suas implicações para a democracia é a teoria do capital social. Baseada em concepções neo-Durkheimianas (SKOCPOL & FIORINA, 1999), onde a socialização desempenha papel fundamental para a formação de normas sociais de reciprocidade e de laços de confiança entre os indivíduos, a teoria do capital social tem como um de seus principais elementos constituintes o conceito de confiança interpessoal.

O problema da confiança para o desempenho das instituições democráticas foi enfatizado, primeiramente, por Almond & Verba ([1963] 1989), em seu estudo comparativo sobre a cultura política de cinco países: EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália, e México. A falta de confiança entre as pessoas seria característica da cultura de países de origem latina, marcados pela presença de sujeitos “paroquiais”, isto é, alienados da política e pouco participativos em assuntos da esfera pública.

O capital social passou a ganhar mais destaque no meio acadêmico a partir das décadas de 1980 e 1990, quando do período de redemocratização vivenciado por diversos países da América Latina e do Leste Europeu. Em um dos primeiros escritos sobre o capital social, Coleman (1988) enfatizou a confiabilidade do meio social como um de seus elementos-chave:

In explicating the concept of social capital, three forms were identified: obligations and expectations, which depend on the trustworthiness of the social environment, information-flow capability of the social structure, and norms accompanied by sanctions. (COLEMAN, 1988, S119)

De acordo com Coleman (1988), as interações sociais são caracterizadas por transações que geram expectativas e obrigações entre os indivíduos. Essas expectativas e obrigações são sustentadas pela confiabilidade do meio social, a qual atua como uma instituição informal garantidora da cooperação. A confiança entre as pessoas confere maior previsibilidade às relações humanas, caracterizadas pela incerteza.

Embora o conceito de capital social tenha ganhado maior destaque dentre as abordagens “culturalistas”, é importante notar que a elaboração original de Coleman

(1988) buscava uma aproximação entre os estudos da economia e da sociologia, de modo que sua concepção de capital social está mais associada à ideia de racionalidade do comportamento humano que de cultura.

Embora o termo “confiança” possa assumir significados diversos na literatura, Coleman (1990) destacou a incorporação de riscos à decisão individual sobre agir ou não (COLEMAN, 1990, p. 61). A disposição para assumir riscos também foi enfatizada por outros autores como uma das principais características da confiança (DASGUPTA, 2000; SCHOORMAN & MAYER & DAVIS, 2007).

Essa disposição seria baseada em expectativas de reciprocidade quanto ao comportamento alheio (GAMBETTA, 1988; PUTNAM, 2006; HARDIN, 1992, LEVI, 1998), isto é, a confiança implica conferir liberdade de ação a outrem para afetar interesses próprios do indivíduo (HARDIN, 1992, p.154).

Um dos principais efeitos gerados pela difusão da confiança interpessoal seria, de acordo com Coleman (1988), a redução dos custos de transação nas trocas de mercado. A força dos laços sociais teria a capacidade de gerar a confiança necessária para o funcionamento da economia, reduzindo a necessidade de instituições formais custosas responsáveis por reforçar termos de contratos (COLEMAN, 1988, S99).

Ainda que os fundamentos da teoria do capital social possam ser atribuídos a Coleman (1988), a teoria ganhou notoriedade com a obra de Putnam ([1993] 2006). Em seu estudo sobre a Itália, no período pós-instituição de governos regionais, Putnam ([1993] 2006) identificou a confiança como um elemento central do capital social para a facilitação de ações coordenadas: “... o capital social diz respeito a características da organização social, como *confiança*¹, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, [1993] 2006, p.177).

Segundo Putnam ([1993] 2006), as disparidades entre os desempenhos dos governos do Norte e do Sul da Itália poderiam ser atribuídas aos diferentes estoques de capital social dessas regiões. O melhor desempenho político-institucional da região Norte frente à região Sul seria explicado por uma maior presença de instituições

¹ O grifo é meu.

participativas autônomas da sociedade civil, propiciadas pela confiança interpessoal difusa. Como destacou Rennó (2003):

A lógica do argumento de Putnam é que uma sociedade civil ativa é fundamental para o fortalecimento de uma ordem política democrática. Nessa lógica, uma sociedade democrática precede um regime democrático eficiente. Segundo essa mesma lógica, incentivos externos, impostos de cima para baixo, para a participação em associações da sociedade civil são contraproducentes e mais onerosos do que mecanismos de mobilização espontâneos oriundos do interesse individual ou comunitário. (RENNÓ, 2003, p.73)

Nesse sentido, Putnam ([1993] 2006) entende que algumas características do meio social são capazes de fomentar (ou minar) a mobilização da sociedade civil em torno de interesses coletivos, afetando o desempenho do regime democrático de forma mais ampla. As normas sociais constituintes do capital social deveriam ser internalizadas pelos membros da sociedade, de maneira a conferir maior previsibilidade à conduta dos indivíduos. A confiança interpessoal seria o produto do compartilhamento dessas normas, responsável por aumentar os incentivos à cooperação voluntária e, conseqüentemente, reduzir os incentivos para comportamentos egoístas e oportunistas.

A confiança interpessoal é entendida por Putnam ([1993] 2006) como indispensável para a vitalidade de associações secundárias voltadas ao provimento de bens coletivos. A evidência dos efeitos positivos da confiança sobre a ação coletiva estaria, de acordo com o autor, no sucesso das instituições informais de poupança, as associações de crédito rotativo, na Itália e em muitos outros países. Quando há confiança entre as pessoas, afirma o autor, essas associações prosperam mesmo “quando não há um Leviatã pronto para punir a deserção” (PUTNAM, [1993] 2006, p.178).

Nesse sentido, a importância do capital social seria diretamente proporcional ao nível de complexidade das sociedades, dada a demanda por relações comerciais entre os diversos agentes econômicos. Isso porque as vantagens do oportunismo seriam maiores nas sociedades complexas, em virtude da crescente impessoalidade das relações humanas associadas ao desenvolvimento econômico. Os estoques de capital social seriam, portanto, imprescindíveis para a formação de associações autônomas da sociedade civil, capazes de aumentar a eficiência dos governos democráticos e do mercado.

Putnam ([1993] 2006) conclui, invocando Tocqueville ([1854] 2004), que a “fertilidade” do solo no qual as instituições se sustentam é um fator crucial para seu sucesso. Isto é, as virtudes da sociedade civil, dentre as quais a confiança interpessoal seria uma das mais importantes, contribuem para o surgimento e para a manutenção da vida associativa, fazendo a democracia “funcionar”.

Na mesma linha seguida por Putnam ([1993] 2006), Banfield (1958) atribuiu ao “familismo imoral”, um conjunto de orientações subjetivas egoístas e restritas ao âmbito da família, o insucesso das organizações cívicas na região de Montegrano, ao sul da Itália. O individualismo predatório seria responsável por impedir o alastramento da confiança interpessoal, enfraquecendo a capacidade organizativa dos membros daquela comunidade em torno de empreendimentos coletivos. A incapacidade de manter organizações para além do estado e da igreja retardaria o desenvolvimento econômico e político da região.

Por sua vez, Inglehart (1988) identificou a confiança interpessoal como um dos principais componentes de uma “síndrome” de atitudes positivas em relação à vida, a qual estaria relacionada a padrões político-culturais de longa duração. Assim como Putnam ([1993] 2006) e Banfield (1958), Inglehart (1988) entende haver uma relação de causalidade entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico, embora o autor reconheça os dados de sua pesquisa não serem suficientes para estabelecer-se essa relação (INGLEHART, 1988, p. 1219).

A relação de causalidade estabelecida entre confiança interpessoal e engajamento cívico defendida pelos teóricos supracitados é, de fato, sustentável do ponto de vista lógico. Em contextos sociais caracterizados pela difusão da confiança entre as pessoas, os indivíduos têm maiores incentivos para interagir com estranhos e, conseqüentemente, engajar-se em ações coletivas. Dessa forma, o surgimento de instituições destinadas ao provimento de bens coletivos poderia ser facilitado, dado que os incentivos para o oportunismo seriam consideravelmente menores.

Não obstante a aparente relevância teórica da confiança interpessoal para a ação coletiva, a constatação de quedas dos níveis de participação cívica nos Estados Unidos (PUTNAM, 2000) revelou a necessidade de uma análise mais cuidadosa sobre as causas do envolvimento dos cidadãos em associações, sindicatos, partidos e demais organizações da sociedade civil.

De acordo com Putnam (2000), a comunidade cívica norte-americana passou por um processo de mudanças drásticas a partir da década de 1970, sendo o declínio do comparecimento às urnas e da participação direta em associações voluntárias uma das principais. A queda do associativismo nos EUA representaria um enigma a ser decifrado, uma vez que “the last three decades have seen no general decline in free time in America that might explain civic disengagement” (PUTNAM, 2000, p. 190).

Putnam (2000) associa essa tendência a uma queda nos níveis de confiança interpessoal e institucional. Cidadãos menos confiantes em seus pares estariam menos propensos a formar associações e, portanto, a participar mais ativamente de assuntos de interesse público.

É necessário destacar, contudo, que os achados de Putnam (2000) contradizem parte de suas premissas encontradas em Putnam ([1993] 2006). Isso porque o autor entende as características do capital social como resistentes à ação do tempo, ou seja, a tendência para a formação de associações secundárias nas regiões mais “cívicas” da Itália seria perene, estando presente em diferentes contextos históricos.

Com a queda da confiança interpessoal e do engajamento cívico nos EUA pós-década de 1960, a longevidade dos efeitos do capital social foi colocada em xeque. Jackman & Miller (1998) realçam esse problema: “in his equally well known “bowling alone” thesis, offered as an elaboration of the argument from the Italian case, “Civic America” is said to have evaporated in just two decades!” (JACKMAN & MILLER, 1998, p.57).

Apesar da aparente consonância entre a queda da confiança e da participação cívica constatada por Putnam (2000), diversos autores questionaram a ideia de que os Estados Unidos estaria se tornando menos “cívico” com o passar do tempo (JACKMAN & MILLER, 1998; COHEN, 1999; BRADY et al, 1995). O que estaria acontecendo, afirmam esses críticos, é uma mudança na forma de participação cívica, onde as antigas formas de engajamento seriam substituídas por formas mais episódicas:

The political engagement of contemporary citizens is episodic and increasingly issue-oriented. Membership in political parties, labor unions, and traditional voluntary associations may have declined, but the willingness of Americans to mobilize periodically on local and national levels around concerns that affect them cannot be deduced from this fact. The new action repertoires invented by civic and political actors cannot be assessed by criteria derived from older forms. (COHEN, 1999, p. 225)

Nesse sentido, a relação estabelecida entre confiança e participação passou a ser alvo de frequentes questionamentos. Essas críticas evidenciaram a dificuldade em estabelecer-se uma relação de causalidade direta entre confiança interpessoal e engajamento cívico. O problema dos mecanismos causais propostos pelos teóricos do capital social será abordado a seguir.

1.3. Confiança Interpessoal e Participação: o problema dos mecanismos causais

Apesar da aparente robustez dos pressupostos da teoria do capital social, parte da literatura sobre o tema questiona a centralidade da confiança interpessoal para o fomento ao engajamento cívico (GAMBETTA, 1988, 2000; LEVI, 1998; JACKMAN & MILLER, 1998; HARDIN, 1999; JOHNSON, 2003). De acordo com esses críticos, a maioria dos teóricos do capital social falha ao tentar estabelecer uma relação causal direta entre confiança interpessoal e participação cívica. Segundo Gambetta (2000):

[...] actions which are dependent on other people's cooperation are *independent* of trust: for any given level of trust, they may or may not be initiated depending on our particular predispositions and interests. That is, we cannot only expect the threshold to vary *subjectively*, as a result of individual predispositions (one's inclination to take risks or degree of tolerance of potential disappointment); we can also expect it to vary in accordance with *objective* circumstances (GAMBETTA, 2000, p. 222).

Em sua obra, Putnam ([1993] 2006) não direciona atenções para as predisposições individuais ao engajamento cívico. Essa é uma das principais críticas feitas à abordagem “culturalista” do capital social, tendo em vista o estruturalismo metodológico adotado por esses autores. Como destaca Margaret Levi (1998), a confiança não é, por definição, um equivalente da cooperação, embora essa associação seja comum (LEVI, 1998, p. 2).

Segundo Hardin (1992), a confiança é um atributo gerado dentro das relações interpessoais, sendo a experiência do indivíduo o principal fator determinante. O ato de

confiar é vinculado a um compartilhamento de interesses complementares entre dois atores, ou seja, um “interesse encapsulado” (HARDIN, 1992). Com isso, a confiança interpessoal assume um caráter essencialmente endógeno e instrumental às interações vivenciadas pelos indivíduos.

O conceito de confiança como interesse encapsulado está diretamente relacionado aos incentivos que motivam os atores a ingressarem em relações de risco. Nessa interpretação, a confiança emerge como produto da busca pela realização interesses, de modo que, ao contrário do que propõem alguns teóricos do capital social (PUTNAM, [1993] 2006; FUKUYAMA, 2001; INGLEHART, 1988), não faria sentido pensar a confiança interpessoal como um fator causal do engajamento cívico.

O conceito de capital social originalmente tratado por Coleman (1988, 1990) compreendia os incentivos inerentes à motivação individual para participar de ações coletivas. Em que pese a importância da confiança interpessoal para o capital social, Coleman (1988, 1990) também enfatizou as necessidades dos indivíduos de buscar ajuda e a disponibilidade de outras fontes de auxílio, tais como o próprio governo, como estímulos à participação cívica (COLEMAN, 1990, p.307).

Como resumiram Jackman & Miller (1998): “The proposition that joining groups is a simple function of trust slights the issue of motivation.” (JACKMAN & MILLER, 1998, p.58). Essa crítica também foi destacada por Johnson (2003). Segundo o autor, a abordagem de Putnam ([1993] 2006) é marcada não pela presença de atores intencionais, mas por uma população que reproduz, passivamente, padrões comportamentais culturalmente determinados (JOHNSON, 2003, p. 105).

Além disso, a correlação encontrada por Putnam ([1993] 2006) entre capital social e participação cívica não é acompanhada de uma explanação causal clara sobre os mecanismos que conectam essas variáveis (JOHNSON, idem). Isso porque o autor parece atribuir maior importância à ideia de “equilíbrio social” que às relações entre as variáveis contidas em sua formulação teórica. Ao presumir a existência de um ciclo virtuoso entre confiança interpessoal e participação cívica, Putnam ([1993], 2006) não explicitou como as normas de reciprocidade características do capital social podem operar entre diferentes indivíduos com diferentes interesses.

Além disso, há de se considerar a possibilidade de a confiança interpessoal ser um produto das interações com estranhos. Indivíduos mais motivados a se engajarem em ações coletivas podem aprender a confiar em outras pessoas, isto é, a predisposição individual para a interação com outros pode ser o estopim da confiança. Sobre seus achados a respeito da relação recíproca entre engajamento cívico e confiança interpessoal Brehm & Rahn (1997) escreveram:

[...] we found this reciprocal relationship was quite asymmetric, where the effect of civic engagement on interpersonal trust was much stronger than the reverse effect. [...] If one suspected that cooperative solutions depended first and foremost upon an ecology of trusting people, then one might expect that the relationship between beliefs about human nature and participation would be the stronger one: positive beliefs about others begats participation, which may cycle, but it is the initial state of trust that prompts the cycle. Instead, we find that participation is more efficient in bolstering positive impressions of others. (BREHM & RAHN, 1997, p.1017)

Ainda que a confiança interpessoal possa ser capaz de reduzir algumas das incertezas características da ação coletiva, os incentivos para o engajamento cívico podem continuar sendo pouco atraentes aos indivíduos por razões que escapam à teoria do capital social proposta por Putnam ([1993] 2006) e outros autores (INGLEHART, 1988; FUKUYAMA, 2001).

Outro problema comum presente em diversos estudos sobre confiança interpessoal é que essa variável tende a ser tomada como irrevogavelmente desejável, o que pode levar a diagnósticos equivocados sobre os problemas característicos de ações coletivas. Segundo Levi (1996), a *desconfiança* pode ser uma resposta normativamente apropriada, de acordo com o contexto em que os atores estão inseridos:

When some fundamental interests are divergent – as between workers and management or between competing ethnic, religious, or racial groups – or when citizens are concerned about protecting themselves from incursions of state power or from intolerant majorities, there is good reason for the parties to be wary of each other. (LEVI, 1996, p.4)

A ideia de que a desconfiança pode atuar como o sustentáculo de instituições sociais e políticas complexas foi mais bem traduzida por Gambetta (1988), em seu estudo sobre a Máfia italiana. A desconfiança difusa por entre os membros da organização criminosa seria responsável por garantir a aquiescência das normas instituídas por esses mesmos membros.

É possível que a falta de atenção aos incentivos individuais para a participação cívica e política seja responsável pelo desempenho empírico decepcionante (SELIGSON & RENNÓ, 2000) da confiança interpessoal como fator causal do engajamento cívico. Embora se possa atribuir esses problemas a uma deficiência metodológica (SELIGSON & RENNÓ, idem), as questões elucidadas pelos críticos da teoria do capital social parecem indicar que se trata mais da necessidade de uma reformulação teórica. *Em outras palavras, é possível que a teoria esteja propondo um efeito o qual a confiança por si só não é capaz de produzir.* Evidentemente, esse problema teórico acaba por se manifestar, também, como um problema metodológico, uma vez que o efeito esperado da confiança interpessoal sobre o engajamento cívico influencia a opção metodológica do observador.

É verdade que o capital social não se resume à confiança entre as pessoas, ele também contempla as redes de contatos, os sistemas de participação cívica, e as normas que compõem o tecido social, variáveis tidas como importantes para a viabilização do engajamento cívico. Não obstante, a confiança interpessoal é “a variável central no estudo da cultura política e do capital social” (RENNÓ, 2001, p.34), dado que, na perspectiva de seus estudiosos, maiores níveis de confiança tornam “mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia” (RENNÓ, idem).

Se há problemas teóricos envolvidos no conceito de capital social, é necessário elucidá-los. Os incentivos individuais para a participação em empreendimentos coletivos constituem o cerne da teoria da escolha racional, a ser abordada na seção seguinte.

1.3. Racionalidade e Ação Coletiva.

Parte das críticas feitas aos pressupostos da teoria do capital social origina-se da teoria da escolha racional. Essa teoria entende a ação humana como instrumental e

caracterizada por uma consistência entre meios e fins, onde os atores individuais buscam a maximização da utilidade, isto é, da satisfação derivada de suas decisões. Nas palavras de Elster (1989):

Rational action, then, involves three optimizing operations: finding the best action, for given beliefs and desires; forming the best grounded belief, for given evidence; and collecting the correct amount of evidence, for given desires and prior beliefs. (ELSTER, 1989, p.4)

Os indivíduos racionais procuram estimar os custos e benefícios associados às suas ações antes de tomarem suas decisões, visando à minimização dos primeiros e a maximização dos últimos, baseados nas informações de que dispõem, em suas experiências, e em suas crenças. Aplicando-se esta lógica ao engajamento cívico tem-se que: “Civic engagement occurs where the costs of involvement are low and the benefits of succesful action are high. But if the costs outweigh the likely advantages, no rational actor will engage.” (PATTIE & SEYD & WHITELEY, 2003, pp.443-444)

Como mencionado anteriormente, a participação eleitoral em massa já foi extensamente analisada pelos estudiosos do comportamento político e das instituições, especialmente pelos teóricos da escolha racional. Esses estudos foram motivados, sobretudo, pela importância do voto como instrumento de legitimação democrática e por sua centralidade como forma de participação política mais difusa dentre os cidadãos. O comparecimento às urnas é tido como um indicador do engajamento cívico, ou seja, maior participação eleitoral significa uma sociedade mais politicamente mobilizada e envolvida nos assuntos de interesse público.

A principal questão de interesse dos teóricos da escolha racional envolvida na participação eleitoral diz respeito às motivações individuais que propulsionam o comparecimento às urnas, especialmente em contextos onde o voto é facultativo. Essas motivações são centrais para a compreensão do ato de votar, uma vez que a probabilidade de um eleitor definir qual candidato será o vencedor tende a ser praticamente nula quanto maior for o número de eleitores participantes (DOWNS, 1957).

De acordo com Downs (1957), a participação eleitoral seria, basicamente, definida pela seguinte equação:

$$R = P(B) - C$$

Onde R representa a recompensa derivada do ato de votar, ou seja, a utilidade esperada da participação do eleitor, B define-se pelo diferencial de utilidade partidária, isto é, a diferença entre a expectativa de ganhos com a vitória do candidato preferido e a expectativa de perdas com a vitória do candidato opositor, P é a probabilidade de vitória de cada candidato, e C diz respeito aos custos de votar (FIGUEIREDO, 2008, p.111).

Assim, os eleitores optarão por participar quando perceberem que os benefícios excedem os custos da participação ($P(B) > C$, $R > 0$), caso contrário, abster-se-ão (FIGUEIREDO, idem). A participação política no processo eleitoral e em ações coletivas de maneira geral constitui, portanto, uma função da utilidade esperada da ação individual, onde os custos e benefícios são ponderados. Dado que o valor de $P(B)$ tende a ser sempre menor que o de C , uma vez que o peso do voto de um único eleitor tende a ser insignificante para a determinação do resultado de uma eleição, os indivíduos racionais não teriam incentivos para votar.

Uma vez que, em determinadas situações, não é possível excluir-se do ganho de um esforço coletivo aqueles que não contribuíram para tal, um indivíduo racional tem incentivos consideráveis para não cooperar quando uma ação coletiva assume caráter inclusivo, isto é, quando seu produto é um bem usufruído por todos. Nas palavras de Mancur Olson (1965): “[...] a collective good is, by definition, such that other individuals in the group cannot be kept from consuming it once any individual in the group provided it for himself.” (OLSON, 1965, p.35)

Sendo provedores de bens públicos, os governos formados através de eleições não excluem do benefício desses bens aqueles que se abstêm do processo eleitoral. Como lembrou Figueiredo (2008), sobre a participação do eleitor: “Por que participar, então, se um governo será eleito e, seja ele qual for, ninguém ficaria excluído dos benefícios indivisíveis que ele certamente produzirá?” (FIGUEIREDO, 2008, p.119).

Dessa forma, os indivíduos racionais todos teriam razões para se absterem do processo eleitoral, pegando “carona” nos resultados de esforços alheios. Essa é a natureza dos dilemas do voto e de outras formas de participação, onde a característica inclusiva dos bens públicos confere aos indivíduos incentivos para não participar de ações coletivas.

Sem embargo, a participação em eleições, assim como outras formas de participação política, é uma realidade cotidiana dos regimes democráticos. Esse fato constitui o cerne do paradoxo da participação, já tão extensamente estudado pela ciência política (DOWNS, 1957; OLSON, 1965; RIKER & ORDESHOOK, 1968; FERREJOHN & FIORINA, 1974; ALDRICH, 1993).

Para explicar a participação eleitoral Riker & Ordeshook (1968) propuseram um modelo onde o voto é tomado como um fim em si. Isto é, os eleitores participam do processo eleitoral não apenas com o intuito de eleger seus candidatos favoritos, mas também em virtude das satisfações oriundas do cumprimento do dever cívico (o fator “D”), da expressão de uma preferência partidária, e do próprio ato de votar e se informar sobre a política (RIKER & ORDESHOOK, 1968, p. 28)

Esse conjunto de satisfações inerentes ao voto proposto por Riker & Ordeshook (1968) pode ser traduzido para o engajamento cívico em associações voluntárias. Aqueles que se engajam no provimento de bens públicos podem fazê-lo com vistas a expressar opiniões sobre uma determinada questão, interagir com pessoas do seu meio social ou pela simples satisfação do envolvimento em assuntos públicos. Whiteley (1995), por exemplo, encontrou evidências da importância da dimensão expressiva do ativismo partidário como um dos benefícios que incentivam a participação.

Entretanto, de acordo com Ferejohn & Fiorina (1974) a solução proposta por Riker & Ordeshook (1968) torna a participação em ações coletivas isenta de uma dimensão instrumental, o que, conseqüentemente, tornaria inócuas as contribuições da teoria da escolha racional para a compreensão da ação coletiva. Seria necessário, portanto, a existência de razões instrumentais associadas à participação, ou seja, o indivíduo racional deveria encontrar motivações nos resultados esperados de ações coletivas que pudessem justificar sua decisão de participar.

Segundo Aldrich (1993), a decisão individual de votar está vinculada a outras razões instrumentais para além da eleição do candidato favorito. A sustentação do regime democrático constitui, portanto, um dos principais objetivos do eleitor que opta, em eleições voluntárias, por colocar seu voto na urna.

Mais uma vez, analogamente, é possível imaginar que tais razões estejam ligadas ao engajamento cívico em formas menos convencionais de participação. Ingressar em

associações voluntárias e demais organizações da sociedade civil poderia ser uma forma de proteger o regime democrático contra insurgências de grupos ou contra o abuso de poder por parte de lideranças.

No entanto, é fundamental destacar as diferenças entre a participação eleitoral e outras formas de participação política. Embora o peso do voto de um único eleitor seja ínfimo em relação ao total de votos depositados nas urnas de uma disputa eleitoral, fazendo com que sua capacidade de aumentar o valor de P seja desprezível, os custos da participação eleitoral são, também, relativamente muito baixos (ALDRICH, 1993; WHITELEY, 1995). Somando-se isso à incerteza inerente aos resultados do processo eleitoral, capaz de atuar como uma “fonte da motivação para a ação” (FIGUEIREDO, 2008, p.217), a racionalidade ganha força como fator explicativo do voto.

Outras formas de participação, tais como aquelas encontradas em associações voluntárias, partidos políticos, sindicatos, atividades comunitárias, conselhos políticos locais e protestos também são caracterizadas, basicamente, pelos mesmos problemas que caracterizam o voto, ou seja, pelos incentivos à imobilização.

Assim como na participação eleitoral, a probabilidade de um indivíduo representar a diferença necessária para o provimento de um bem público em outras formas de participação política pode ser consideravelmente baixa, o que abre espaço para o problema do “carona”. Entretanto, ao contrário da participação eleitoral, outros tipos de participação mais direta envolvem custos consideravelmente mais altos (WHITELEY, 1995).

Como apontaram Pattie et al. (2003), as atividades de engajamento cujos custos são relativamente mais baixos são aquelas que, em geral, contam com o maior número de participantes. Sobre os resultados de um *survey* sobre engajamento cívico na Inglaterra escreveram:

Relatively low cost actions were the most widely reported. By far the most common action, for instance, was donating money to an organization [...] Voting in local elections was the next most commonly reported action, followed by signing a petition. [...] in general, forms of action that involved working collectively were less widely indulged in than those that could be carried out by individuals. Only 5 percent said they had attended a political meeting in the previous 12 months, only 4 percent said they had participated in a public demonstration or formed a group of like-minded citizens, and only 1 percent said they had participated in an illegal protest. (PATTIE et al., 2003, p. 447)

Esses tipos de participação, não raro, exigem a presença constante dos indivíduos em reuniões deliberativas, eleições interinas, votações, e outras atividades as quais acarretam custos notáveis para os envolvidos. Nesse sentido, é necessário investigar quais incentivos, positivos e negativos, estão envolvidos na decisão individual sobre o ato de se engajar em tais tipos de ação coletiva. Essa investigação é crucial para que se possa compreender qual o efeito da confiança interpessoal para o engajamento cívico.

Apesar da importância da participação política “extra-eleitoral” (ALONSO & VERBA, 1965; PUTNAM, 2000; PATEMAN, 1970), pouca atenção foi dada a esse tema dentro da ciência política. O foco da participação, especialmente dentre os teóricos da escolha racional, tem sido sobre a instituição do voto. Assim destacou Leighley (1995): “It is somewhat ironic that the very type of participation that Olson focused on, group membership, has received the least attention by scholars using rational choice models.” (LEIGHLEY, 1995, p.194)

Para Olson (1965), a propensão individual para participar de associações é inversamente proporcional ao tamanho do grupo em questão: “(...) the larger the group, the less it will further its common interests” (OLSON, 1965, p.36). Assim como no paradoxo da participação eleitoral, à medida que aumenta o número de indivíduos engajados em associações da sociedade civil, aumentam os incentivos individuais para se “pegar carona”.

Com isso, segundo Olson (1965), a solução para o problema da participação estaria na instituição de incentivos seletivos, ou seja, incentivos os quais somente aqueles que contribuem para o provimento do bem coletivo podem usufruir. Esses incentivos seriam indispensáveis para garantir a cooperação dos membros de entidades coletivas. De acordo com o autor:

These “selective incentives” can be either negative or positive, in that they can either coerce by punishing those who fail to bear an allocated share of the costs of the group action, or they can be positive inducements offered to those who act in the group interest. (OLSON, 1965, p.51)

É importante destacar que, como lembrou Olson (1965), os incentivos à participação em ações coletivas não se resumem, em absoluto, a ganhos ou perdas

financeiros. Os benefícios sociais podem, dessa forma, exceder os custos econômicos (OLSON, 1965, p. 60).

A rigidez normativa de algumas igrejas protestantes seria, por exemplo, segundo Iannaccone (1994), um forte incentivo seletivo à participação para seus membros. Essa rigidez excluiria membros pouco engajados e fomentaria a participação dentre aqueles que se dispusessem a seguir determinadas diretrizes, evitando o problema do “carona”.

Contudo, mesmo em contextos onde há incentivos aparentemente suficientes para a participação, os indivíduos podem não se engajar. Muitas das pessoas que dispõem dos recursos para participar não o fazem, outras são motivadas, mas não agem, e muitas outras são convidadas a se engajar, mas recusam-se a fazê-lo (FIORINA, 2001, p.18). Essa inação de coletividades com interesses comuns deu origem ao conceito de “grupos latentes”, empregado por Olson (1965).

Portanto, os custos e os benefícios associados à participação em associações voluntárias podem atuar como fortes incentivos ou desincentivos para o engajamento cívico. A ausência dessas variáveis em pesquisas sobre o capital social pode implicar problemas analíticos, atribuindo à confiança interpessoal uma influência sobre a ação coletiva a qual ela pode não ser capaz de exercer.

Outra importante dimensão da confiança diz respeito às instituições políticas. É fundamental levar em conta o papel das instituições públicas para o fomento à participação política, uma vez que elas são responsáveis por conferir maior previsibilidade aos ambientes político e social. Essas questões serão discutidas na seção seguinte.

1.5. Instituições Públicas, Confiança e Engajamento

A importância das instituições como provedoras de incentivos ao comportamento dos atores parece ser amplamente reconhecida na ciência política contemporânea. Ainda que haja considerável divergência quanto à matriz desses incentivos, se formal ou informal, se institucional-legal ou cultural, a ciência política entende essas instituições como centrais para a realização de ações coletivas. Nas palavras de Hall e Taylor (2003):

[...] os enfoques “calculador” e “cultural” da relação que liga as instituições à ação constata ambas que as instituições influenciam a ação ao estruturarem as expectativas relativas às ações futuras dos outros atores, ainda que os modelos que propõem da origem dessas expectativas sejam ligeiramente diferentes. (HALL & TAYLOR, 2003, p.220)

As instituições são responsáveis por conferir previsibilidade aos ambientes social, político e econômico, através da imposição de limites ao comportamento dos indivíduos, restringindo oportunidades e alternativas disponíveis, e aumentando a probabilidade de determinados tipos de comportamento (BARLEY & TOLBERT, 1997). Sendo as instituições centrais para a compreensão dos incentivos que norteiam as decisões dos atores, é necessário estudar a natureza da sua relação com o engajamento cívico. Como observou Moisés (2005), as instituições políticas desempenham dois importantes papéis nas democracias:

[...] a primeira envolve a distribuição do poder de tomar decisões que afetam a coletividade; a segunda assegura a participação dos cidadãos na avaliação e no julgamento que fundamenta o processo de tomada dessas decisões. Por um lado, trata-se de controlar o poder para que não tolha a liberdade dos cidadãos ou distorça os objetivos da vida pública; por outro, trata-se de assegurar que, como membros da comunidade política, os cidadãos possam transformar suas demandas, aspirações, interesses e preferências em políticas a serem adotadas pelo poder público. (MOISÉS, 2005, p. 35)

O problema da confiança nas instituições tem sido extensamente analisado pela ciência política (MISHLER & ROSE, 2005; NEWTON & NORRIS, 1999; PUTNAM, 1995; HARDIN, 2002), ainda que sob diferentes enfoques. Na medida em que o desempenho das instituições políticas pode fomentar diferentes tipos de

comportamentos por parte dos atores, o nível de confiança dos cidadãos nessas instituições pode surtir efeitos diretos sobre a propensão dos indivíduos para participar mais ativamente de assuntos de interesse coletivo.

De acordo com Hardin (2002), a *desconfiança* nas instituições é a base do constitucionalismo liberal estadunidense, uma vez que o perigo da concentração de poderes nas mãos de lideranças políticas representa uma constante. Não apenas o surgimento dessas instituições é derivado da desconfiança, como também a sua manutenção depende dessa atitude, argumenta o autor.

Nesse sentido, a difusão da desconfiança sobre as instituições poderia ser entendida como um catalisador da participação cívica. Indivíduos relutantes em confiar em seus governos e representantes poderiam se mostrar mais inclinados ao voluntarismo justamente por acreditarem que as instituições públicas não são dignas de sua confiança para o provimento de bens públicos.

Entretanto, outros autores enfatizaram a desconfiança nas instituições como prejudicial à cooperação e solidariedade social características do associativismo. De acordo com Moisés (2005):

[...] a desconfiança generalizada e continuada nas instituições públicas fundamentais, no caso de democracias que ainda enfrentam o desafio de enraizar a sua justificação ético-política nos hábitos e nas condutas dos cidadãos, pode evidenciar dificuldades de funcionamento do regime, ao comprometer ações de coordenação, de cooperação e de solidariedade social. (MOISÉS, idem)

Nessa linha de pensamento, se o desempenho das instituições é tomado como abaixo do esperado pelos cidadãos, a disseminação de condutas avessas à cooperação torna-se uma regra da estrutura social. Quando os indivíduos não contam com as instituições públicas para a resolução de conflitos, a capacidade de mobilização e a autonomia da sociedade civil passam a estar comprometidas.

Em que pesem as divergências quanto ao papel da confiança nas instituições para o engajamento cívico, parece claro que uma análise compreensiva dos incentivos que motivam a participação cívica deve incluir as visões dos cidadãos sobre as instituições formais da democracia. De fato, as relações interpessoais que eventualmente

dão origem a organizações da sociedade civil não se dão em um meio a um vácuo institucional-legal.

Além desses incentivos, há outros fatores os quais podem estimular ou desestimular o engajamento cívico, como o status socioeconômico dos indivíduos. A seção seguinte irá se voltar a essa questão.

1.6. O Papel do Status Socioeconômico e de Outros Recursos para a Participação

Os problemas do status socioeconômico individual e da disponibilidade de recursos como fatores de influência sobre o engajamento cívico contam com uma extensa literatura (VERBA & SCHLOZMAN & BRADY, 1995; COHEN et al., 2001; MCCARTHY & ZALD, 1977; PATTIE et al., 2003). Há diversas evidências empíricas do papel de fatores tais como a renda, o nível de escolaridade, e o tempo à disposição dos indivíduos como propulsores da participação.

De fato, a ideia de que indivíduos mais escolarizados, com maiores níveis de renda, e com mais tempo livre à disposição são mais inclinados a se engajar tem sólido fundamento teórico. Mais escolaridade, frequentemente, está associada a mais consumo de informação sobre a política (DELLI CARPINI, 1999). Pessoas mais informadas podem se sentir mais propensas ao engajamento por estarem cientes de possíveis mazelas de natureza política ou socioeconômica, além de serem mais proeminentes em suas redes de contatos pessoais. Sobre o efeito da educação para o comparecimento às urnas, constatado por meio de um experimento natural, Sondheimer e Green (2010) escreveram:

[...] it is possible that increased educational attainment expands one's social networks and thus likelihood of participating in community and political endeavors. Educated individuals are more likely to have politically involved people in their network of friends and coworkers and are also more likely to receive attention from political campaigns. Thus, education may set in motion not only changes in outlook but also changes in the way that one is engaged by one's social and political environment. (Sondheimer & Green, 2010, p.186)

Nesse sentido, a educação formal pode representar um fator de peso no estímulo ao contato dos indivíduos com a política.

A renda, por sua vez, indica a capacidade individual para arcar com os eventuais custos financeiros da participação. Pessoas com maiores níveis de renda podem se envolver em atividades mais dispendiosas, tais como o financiamento de campanhas partidárias, por exemplo. O tempo também seria crucial para a participação, de maneira que indivíduos com diferentes rotinas diárias poderiam ser mais ou menos inclinadas a se engajar. Como resumiram Brady et al. (2000):

Particular resources would appear to be germane to – indeed, under circumstances, essential to – particular forms of participation. We can distinguish three kinds of participatory acts: acts that take time (campaign work, informal community activity and the like); acts that require money (contributions to candidates, parties, or political causes); and voting (with no money and relatively little time requirement). We would expect that a mixture of resources would be needed for each. (BRADY et al., 2000, p. 254)

Ao serem incluídas variáveis tais como as supracitadas, é possível ter uma visão mais precisa sobre alguns dos custos e benefícios esperados do engajamento para os indivíduos, enfatizados pela teoria da escolha racional.

A importância do status socioeconômico individual e de outros recursos para o estudo do engajamento cívico precisa ser considerada, uma vez que diferenças a nível individual nessas variáveis frequentemente implicam diferenças na propensão para uma participação mais ativa dos indivíduos nos assuntos da vida pública. Segundo Nagel (1987), a correlação direta entre status e participação aparece com uma regularidade “monótona” (NAGEL, 1987, p. 59).

Tendo em vista a dimensão racional e utilitária do comportamento humano, o papel das instituições políticas e a relevância do status socioeconômico para o engajamento cívico, é necessário investigar qual o papel da confiança interpessoal na resolução dos dilemas da ação coletiva. O efeito confiança não parece ser direto, mas condicional para a participação em ações coletivas. A seção seguinte é voltada a esse efeito.

1.7. O Efeito Condicional da Confiança Interpessoal para o Engajamento

Como foi mencionado anteriormente, a confiança pode ser considerada um incentivo positivo para o engajamento cívico, reduzindo as incertezas quanto ao comportamento de outros atores envolvidos em ações coletivas. Dado que grande parte dos problemas de interesse das ciências sociais envolve a coordenação de expectativas dos atores diante de incertezas (RUNGE, 1984, pp. 175-176), a confiança interpessoal figura como importante elemento teórico sobre a participação política.

De acordo com Runge (1984), os dilemas da ação coletiva estão associados a um problema de garantia (*assurance problem*). No problema da garantia, as escolhas interdependentes dos atores criam incentivos para o estabelecimento e a manutenção de instituições que coordenam expectativas baseadas em regras de justiça (RUNGE, 1984, p. 154). Diante de expectativas devidamente coordenadas, contribuições voluntárias para o provimento de bens públicos poderiam constituir estratégias de maximização de utilidade (RUNGE, *idem*).

Essa asserção é compatível com alguns dos pressupostos da teoria do capital social, uma vez que a confiança interpessoal é tida como uma *instituição informal* capaz de reduzir a incerteza característica do engajamento cívico. A confiança não é, de fato, um objeto de interesse exclusivo dos estudiosos do capital social. Os teóricos da escolha racional também voltam suas atenções para as relações de confiança inerentes às ações coletivas. Segundo Arrow (1972): “It can be argued that much of the economic backwardness in the world can be explained by the lack of mutual confidence.” (ARROW, 1972, p. 357)

O problema da incerteza é característico das interações entre atores na teoria dos jogos. No “dilema do prisioneiro”, a estratégia ótima para ambos os atores envolvidos é a deserção. A cooperação seria a estratégia de maior risco para ambos, em virtude da possibilidade de deserção, levando a um resultado individualmente ótimo, porém, coletivamente sub-ótimo. Essa estratégia seria, de acordo com a teoria dos jogos, independente das expectativas quanto às ações de outros atores.

Entretanto, Runge (1984) e outros autores (ELSTER, 1979; NURMI, 1977; BAUMOL, 1976) contestam essa ideia, afirmando a importância das expectativas sobre as estratégias de outros jogadores:

Wherever benefits and costs are a function of the total actions of the group, it seems implausible that decisions to contribute are unaffected by expectations of the decisions of others (see Elster, 1979; Nurmi, 1977). Formally, in all nonseparable cases, optimal choices are defined in terms not only of one's own choice variable but also the choices of others (Baumol, 1976). (RUNGE, 1984, p.160)

Se as expectativas quanto à conduta de outrem podem ser consideradas importantes para a decisão individual sobre cooperar ou desertar em dadas situações, as instituições desempenham papel crucial no fomento à cooperação, conclui Runge (1984). Isso porque, na presença de instituições capazes de reduzir incertezas, a cooperação passaria a ser, assim como a deserção, uma estratégia ótima, do ponto de vista da teoria dos jogos. Dessa forma, é possível que a confiança interpessoal, uma instituição informal, seja relevante para a resolução dos dilemas da ação coletiva.

Embora essa seja uma das premissas da teoria do capital social, a desconsideração das motivações individuais para o engajamento cívico por parte de muitos de seus defensores conferiu à confiança interpessoal uma centralidade duvidosa na análise do engajamento cívico. Isto é, em geral, esses autores parecem entender a predisposição para o engajamento como uma regra do comportamento dos atores, sendo a falta de confiança entre as pessoas o principal empecilho, mas há evidências que indicam o contrário (FIORINA, 1999; 2001).

As inconsistências dos achados empíricos sobre o estudo da relação entre confiança interpessoal e engajamento cívico parecem indicar a necessidade de uma nova operacionalização dessa variável. De acordo com Rennó (2001), o conceito de confiança interpessoal “não pode ser tomado como causa de participação política reduzida e pouca participação em associações” (RENNÓ, 2001, p.55). A confiança teria um papel diferente sobre o engajamento cívico de acordo com o contexto analisado (RENNÓ, *idem*).

Por outro lado, Ponte (2010) encontrou, no México, indícios de que a confiança entre as pessoas representa um importante diferencial entre aqueles que participam ativamente da vida pública e os que não o fazem. Brehm & Rahn (1997) encontraram

uma relação consistente entre confiança interpessoal e engajamento cívico, embora a conexão causal dessa relação pareça ser, segundo os autores, consideravelmente mais forte quando a confiança interpessoal é tomada como variável dependente, isto é, quando entendida como uma consequência, não como causa, do engajamento cívico.

Aqueles que participam das atividades de entidades coletivas, afirmam os autores, tendem a desenvolver maior confiança em outras pessoas através de sua experiência, interagindo com outros indivíduos em sucessivas situações nas quais a confiança é necessária. Assim, a confiança interpessoal seria endógena ao engajamento cívico.

Jackman & Miller (1998) também entendem o capital social como endógeno à participação. Dessa forma, somente a experiência do engajamento cívico seria capaz de gerar a confiança interpessoal que Putnam ([1993] 2006) entende como variável causal da participação em associações voluntárias. A cooperação e a confiança seriam geradas por arranjos institucionais capazes de aumentar os custos da deserção, aumentando os incentivos à participação.

Se o efeito da confiança for tomado como condicional para a participação em ações coletivas, aproximando-o à concepção de capital social originalmente proposta por Coleman (1988, 1990), é possível que seu papel se torne mais nítido. Nesse sentido, a confiança interpessoal, quando aliada a motivações individuais, poderia potencializar a propensão de um indivíduo engajar-se no provimento de bens públicos. Analogamente, é possível imaginar que a falta de confiança possa minar a disposição para a participação cívica.

A relação indireta entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico já foi testada por alguns autores (KWAK et al., 2004; ROSE, 2005), apresentando resultados divergentes. No estudo de Kwak et al. (2004), através de um modelo de equações estruturais, a confiança interpessoal foi interagida com diferentes formas de engajamento cívico, tais como a socialização informal, a participação em questões de interesse público e o comparecimento a igrejas.

Os resultados encontrados por Kwak et al. (2004) revelaram uma interação positiva e estatisticamente significativa. Nas palavras dos autores:

Analytically, we expected social association measures to positively interact with trust so that the influence of social associations would be greater for those who were higher on the trust item. Findings supported this expectation, as all three interaction terms were significant and positive at $p < .05$ level. Associational activities themselves tended to lead participants to cooperatively engage to common problems in community, but the significant interaction effects indicate that individuals' generalized trust in others was more likely to facilitate this process. (KWAK et al, 2004, p. 648)

No entanto, é preciso enfatizar que, como se discutirá mais adiante, a forma como os modelos interativos vêm sendo apresentados em diversos trabalhos da ciência política é inadequada e não permite a inferência de relações condicionais entre variáveis.

Por sua vez, Mishler & Rose (2005) não encontraram evidências da relevância da confiança interpessoal para o envolvimento das pessoas com a política. Em contraste, de acordo com os autores, a confiança nas instituições tem um forte efeito positivo sobre a predisposição individual para a participação cívica:

Institutional trust has important consequences in one other respect: it contributes significantly to political involvement. Citizens who are more trusting of political institutions are more likely to vote, follow politics, feel a sense of civic duty and have high levels of political knowledge. Interpersonal trust, however, has virtually no effects in these regards. (MISHLER & ROSE, 2005)

Embora os dilemas da ação coletiva característicos do engajamento cívico envolvam relações de confiança entre as pessoas, onde a decisão entre cooperar ou desertar é atrelada às expectativas dos atores quanto ao curso de ação a ser tomado por seus pares, é necessário saber o que *impulsiona* as pessoas a se engajarem. Isto é, há um caminho a ser percorrido antes que a confiança interpessoal possa ser considerada relevante para o engajamento cívico.

A confiança interpessoal não parece ter o efeito de impulsionar o engajamento, mas de estimular aqueles que dispõem de tal impulso a contribuírem ativamente para o provimento de bens coletivos. Isso quer dizer que, *ceteris paribus*, a confiança interpessoal pode aumentar as chances de uma pessoa se engajar no provimento de bens coletivos quando aliada à percepção dos custos e dos benefícios individuais e coletivos do engajamento.

A interação da confiança interpessoal com esses fatores aproxima o conceito à abordagem de autores como Coleman (1988) e Hardin (1992). Nesse sentido, o problema da confiança passa a estar atrelado às expectativas de benefícios e custos da ação coletiva, as quais, por sua vez, incidem sobre a propensão dos indivíduos para interagir e participar mais ativamente de assuntos de interesse público.

A inconsistência dos achados sobre a relação entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico parece ser devida a expectativas teóricas equivocadas, as quais ignoram o possível efeito condicional da confiança associada a motivações individuais para a participação política.

Dessa forma, a teoria aqui proposta afirma que o efeito da confiança interpessoal sobre a propensão ao engajamento é condicionado pelas expectativas de custos e benefícios vinculadas à decisão de participar. Entre dois indivíduos envolvidos na decisão de trabalhar ou não, voluntariamente, para um partido político, por exemplo, se os demais fatores determinantes forem mantidos iguais e constantes, o efeito da confiança interpessoal sobre a propensão ao engajamento cívico será diferente para ambos, dependendo de suas motivações para a ação coletiva.

Em suma, a confiança interpessoal deve interagir com a disposição de um indivíduo para se engajar, de acordo com suas percepções subjetivas dos custos e dos benefícios da ação coletiva. Essa interação deve ser positiva para os benefícios da participação e negativa para seus custos, de maneira que a confiança interpessoal deve surtir um efeito positivo sobre a predisposição para o engajamento cívico entre indivíduos cujas percepções de benefícios são altas e percepções de custos são baixas.

As conclusões dos teóricos do capital social, em especial, daqueles alinhados à corrente “culturalista”, sobre a relação simbiótica entre confiança interpessoal e engajamento cívico parecem precipitadas e insuficientes para a compreensão do fenômeno da participação, necessitando, portanto, serem revisitadas e reformuladas. Esses estudiosos atribuem à confiança interpessoal um poder explicativo sobre o engajamento cívico que carece de clareza teórica e lastro empírico consistente.

Entretanto, as críticas aqui feitas ao papel atribuído à confiança interpessoal por diversos autores não têm por objetivo descartar completamente os conceitos estabelecidos pela teoria do capital social, mas chamar atenção para eventuais

problemas analíticos que possam comprometer as capacidades de descrição e predição da participação política à luz da teoria. É possível que a confiança interpessoal tenha papel de importância na resolução do paradoxo da participação, quando ligada a outros fatores essenciais que constituem o fenômeno do engajamento cívico.

Nesse sentido, a hipótese a ser testada neste trabalho é a seguinte:

H1 – A confiança interpessoal tem um efeito condicional positivo sobre o engajamento cívico quando aliada a expectativas altas de benefícios e percepções baixas de custos da participação.

Nessa hipótese, espera-se que o efeito condicional da confiança interpessoal apareça quando essa variável for interagida com as percepções individuais de custos e benefícios da participação. Ou seja, embora não exista uma relação causal direta entre a confiança e a participação, há uma relação condicional positiva entre essas duas variáveis.

A interação entre a confiança e as percepções de custos e benefícios da participação deve ser positiva e estatisticamente significativa para menores valores das primeiras e maiores valores das últimas. Isto é, quanto maior for a percepção de custos, menor o efeito marginal da confiança interpessoal sobre a propensão de um indivíduo se engajar. Em contraste, prevejo o efeito marginal da confiança como positivo e estatisticamente significativo para maiores valores das percepções de benefícios da participação.

Tendo a hipótese sido levantada, é necessário esclarecer como ela será testada. O capítulo seguinte é destinado à metodologia empregada neste trabalho para o estudo da relação entre confiança interpessoal e engajamento cívico.

2. Metodologia de Pesquisa

2.1. O Banco de Dados

Com o objetivo de investigar os fatores causais ligados ao engajamento cívico, este trabalho utilizou-se de um survey, o British Election Study (BES) de 2005. Tendo em vista a impossibilidade da manipulação experimental de diversas das variáveis do estudo, tais como o interesse por política e a confiança interpessoal, uma vez que essas variáveis encontram-se dadas nos indivíduos, o survey mostrou-se como o instrumento mais adequado para a análise da participação cívica.

A escolha pelo banco de dados do BES 2005 foi baseada, principalmente, na alta representatividade da amostra e na correspondência das perguntas contidas no questionário do survey inglês com os temas de interesse teórico desta pesquisa. Por fim, coletar dados sobre o engajamento cívico britânico pode ser uma boa forma de analisar as premissas teóricas do capital social, uma vez que a Inglaterra é tida como um país onde a confiança interpessoal e a propensão para a participação cívica são altamente difusas (ALMOND & VERBA, 1989).

O BES 2005 foi dividido em duas ondas, uma pré e outra pós-eleições, conduzidas entre fevereiro e março de 2005, e maio e julho do mesmo ano, respectivamente. O survey britânico também realizou uma pesquisa complementar, via internet, realizada pela empresa *YouGov*, com o intuito de estudar diferenças em relação à coleta de dados face a face. Esta pesquisa se utilizou da onda pós-eleições, conduzida pelo *National Centre for Social Research*, com entrevistas face a face e estrutura de dados de corte transversal.

A amostragem foi realizada em múltiplos estágios, a partir de uma primeira amostra de 128 distritos eleitorais distribuídos da seguinte forma: 77 na Inglaterra, 22 na Escócia e 22 em Gales. Os distritos eleitorais foram selecionados com base em três critérios de estratificação: I – marginalidade eleitoral nas eleições de 2001 (distritos

marginais foram considerados como aqueles onde a diferença de intenções de voto entre os dois primeiros partidos não fosse maior que 10%); II – regiões geográficas; III – densidade populacional (SANDERS et al, 2006).

Dentro de cada distrito eleitoral, duas subdivisões administrativas foram escolhidas aleatoriamente e, dentro de cada subdivisão administrativa, endereços residenciais foram selecionados com probabilidades iguais a partir de um arquivo nacional de endereços postais. Os endereços das subdivisões administrativas foram selecionados segundo a seguinte lógica: Inglaterra (24 endereços por subdivisão), Escócia e Gales (27 endereços por subdivisão).

Em residências com mais de um morador, o respondente da pesquisa foi selecionado aleatoriamente, dentre os elegíveis, com base no método Kish Grid² (SANDERS et al, idem). A amostra utilizada nesta pesquisa é composta por 3177 entrevistados na onda pós-eleições, sendo os participantes adultos com 18 anos ou mais vivendo na Grã-Bretanha. As entrevistas foram auxiliadas pela tecnologia CAPI (*Computer-Assisted Personal Interview*) e tiveram duração média de 35 minutos.

A seção seguinte trata das variáveis dependentes e independentes escolhidas para o modelo, as quais foram construídas a partir de perguntas retiradas do questionário do BES 2005.

² O entrevistador listava as pessoas elegíveis por ordem alfabética e selecionava uma delas utilizando números aleatórios gerados por computador.

2.2. Variáveis Dependentes e Independentes do Modelo

O questionário do BES 2005 contém diversas perguntas as quais serviram de base para a definição das variáveis dependentes e independentes desta pesquisa. As perguntas que constituem as variáveis dependentes são compostas por escalas que mensuram o quanto os entrevistados se sentem dispostos a se engajarem em determinadas atividades.

Para mensurar a propensão dos indivíduos para o engajamento cívico foram utilizadas perguntas com escalas que variam de 0 (muito pouco provável) a 10 (muito provável). Os tipos de atividades contemplados são os seguintes:

Participação em campanhas de partidos políticos – Dentre as variáveis dependentes selecionadas relativas à propensão para o engajamento, a participação em campanhas político-partidárias foi a que apresentou a menor média. Os entrevistados se mostraram muito pouco dispostos a se trabalharem para um partido político.

Participação em protestos – Assim como na propensão para o engajamento em partidos políticos, os entrevistados declararam-se muito pouco inclinados a se envolverem em protestos, embora relativamente mais dispostos a participar de tal tipo de ação coletiva.

Participação em associações voluntárias – Os entrevistados revelaram-se mais propensos ao associativismo, em comparação à participação em campanhas partidárias ou em protestos. Ainda assim, a propensão média da amostra indicou que a inclinação ao não-engajamento em associações voluntárias aparece como dominante.

TABELA 1 - Variáveis Dependentes

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	N
Trabalhar para um Part. Político	1,21	2,11	0	10	3554
Participar de um Protesto	2,57	2,88	0	10	3548
Fazer Parte de uma Associação	4,54	3,53	0	10	3549

Como o engajamento cívico abriga um amplo leque de atividades distintas, não faz sentido agrupá-las em um índice único, como observou Rennó (2003). Como se verá mais adiante, o efeito da confiança interpessoal varia de acordo com o tipo de mobilização coletiva em questão, de maneira que um índice de engajamento composto pelas variáveis dependentes acima poderia distorcer a interpretação de resultados.

A seguir, apresento a relação de variáveis independentes. Algumas dessas variáveis foram compostas por índices originados a partir da média de duas ou mais perguntas retiradas do questionário. A escolha pela construção de índices é justificada pela cautela quanto ao problema dos erros de mensuração que permeiam os surveys, especialmente no tocante às atitudes políticas dos entrevistados. Dessa forma, este trabalho seguiu as orientações de Ansolabehere et al. (2008) para a elaboração de indicadores de atitudes. De acordo com os autores:

[...] constructing scores by averaging several items together – either by taking the simple arithmetic mean or by using factor analysis – yields much better estimates of respondents’ underlying issue preferences. Averaging multiple items reduces the variance of the measurement error at roughly the rate of one over the items used. (ANSOLABEHERE et al, 2008, p.216)

Os questionário com as perguntas selecionadas encontra-se em anexo. A distribuição de frequências das variáveis pode ser visualizada na Tabela II. Como variáveis independentes foram incluídas:

Confiança interpessoal – Mensurada a partir de duas perguntas, assumindo um intervalo de 0 (nenhuma confiança) a 10 (total confiança), sobre as expectativas dos indivíduos quanto ao comportamento das pessoas em geral. Um índice de confiança foi construído a partir da média das duas seguintes perguntas:

[bq56]

Now, I'd like to ask you about another topic. On balance, would you say that most people can't be trusted or that most people can be trusted? Please use the 0 to 10 scale to indicate your view.

(Please take answers from this card)

0 Most people can't be trusted

- 1 one*
- 2 two*
- 3 three*
- 4 four*
- 5 five*
- 6 six*
- 7 seven*
- 8 eight*
- 9 nine*
- 10 Most people can be trusted*

[bq57]

Do you think that most people you come into contact with would try to take advantage of you if they got the chance or would they try to be fair? Please use the 0 to 10 scale again, where 0 means would try to take advantage and 10 means would try to be fair.

(Please take your answers from this card.)

0 Try to take advantage

- 1 one*
- 2 two*
- 3 three*
- 4 four*
- 5 five*
- 6 six*
- 7 seven*
- 8 eight*
- 9 nine*
- 10 Try to be fair*

Como se pode perceber através da Tabela 2, o nível médio de confiança dos entrevistados encontra-se acima do ponto médio da escala, o que parece indicar uma ligeira tendência dos entrevistados em confiar em outras pessoas. Minha expectativa é de que o efeito dessa variável seja positivo para todas as variáveis dependentes.

Custos da participação – Mensurado a partir da percepção individual do esforço e do tempo exigidos para o envolvimento com a política. A pergunta que compõe esta variável é a seguinte:

[bq22d]

IF FIRST ITEM AT BQ22: Please tell me how far you agree or disagree with each of the following statements:

IF NOT FIRST ITEM AT BQ22: (And how much you agree or disagree with this statement:)

It takes too much time and effort to be active in politics and public affairs.

(Please take your answers from this card.)

1 Strongly agree

2 Agree

3 Neither agree nor disagree

4 Disagree

5 Strongly disagree

A ordem das respostas foi invertida, de forma que valores mais altos representassem maiores percepções de custos. Os entrevistados reportaram uma tendência ao entendimento de que a participação política requer muito tempo e esforço.

É importante destacar que essa pergunta foi feita *antes* daquelas referentes à participação política, o que ajuda a amenizar eventuais vieses de respostas socialmente desejáveis. Respostas negativas prévias em perguntas sobre engajamento poderiam induzir uma justificativa da não participação pelos entrevistados nessa pergunta, aumentando a frequência daqueles que dizem concordar com a afirmação. O efeito desta variável deve aparecer como negativo, já que o custo de oportunidade do ato de se engajar pode representar um desincentivo à participação;

Benefícios da participação – Índice composto de duas variáveis baseadas nas expectativas de benefícios individuais e coletivos originados da participação política, com intervalo de 1 (concorda fortemente) e 5 (discorda fortemente). As perguntas se referem ao quanto o entrevistado concorda com a afirmação de que a participação política é um bom meio para se obter benefícios para si e para grupos com os quais as

pessoas se importam. A codificação da variável foi invertida, de maneira que valores mais altos representassem maiores expectativas de benefícios da participação.

A variável é composta pelas seguintes perguntas:

[bq22c]

IF FIRST ITEM AT BQ22: Please tell me how far you agree or disagree with each of the following statements:

IF NOT FIRST ITEM AT BQ22: (And how much you agree or disagree with this statement:)

Being active in politics is a good way to get benefits for me and my family.

(Please take your answers from this card.)

1 Strongly agree

2 Agree

3 Neither agree nor disagree

4 Disagree

5 Strongly disagree

[bq22e]

IF FIRST ITEM AT BQ22: Please tell me how far you agree or disagree with each of the following statements:

IF NOT FIRST ITEM AT BQ22: (And how much you agree or disagree with this statement:)

Being active in politics is a good way to get benefits for groups that people care about, like the pensioners or the disabled.

(Please take your answers from this card.)

1 Strongly agree

2 Agree

3 Neither agree nor disagree

4 Disagree

5 Strongly disagree

Há uma pequena tendência dos entrevistados em concordar com a afirmação, tendo em vista a média da distribuição de frequências. Ou seja, em geral, os entrevistados

parecem crer no potencial da participação política como meio para o provimento de bens individuais e coletivos. Nesse sentido, minha expectativa é que o efeito desta variável seja positivo, aumentando a disposição de um indivíduo se engajar em qualquer uma das três formas de participação contempladas;

Renda – Nível de renda familiar semanal e anual. A renda média anual dos entrevistados encontra-se na faixa de £20.000-£25.000, enquanto a renda média semanal gira em torno de £385-£480, tomando por base a codificação da variável. Seu efeito deve aparecer como positivo, dado que a renda pode influenciar a capacidade que um indivíduo tem de arcar com os custos da participação;

Idade – A idade média dos entrevistados que compõem a amostra encontra-se de acordo com a tendência demográfica europeia, indicando uma população mais velha. Essa variável deve apresentar um efeito negativo, dado que o envelhecimento reduz a disposição para atividades mais dispendiosas, tais como as que compõem as variáveis dependentes desta pesquisa;

Confiança nas instituições – Constituída por duas medidas de confiança, também com intervalo de 0 (pouca confiança) a 10 (muita confiança). Um índice foi construído a partir da média de duas perguntas sobre o nível de confiança dos entrevistados em duas diferentes instituições: o governo e o parlamento.

O nível médio de confiança dos entrevistados encontra-se apenas um pouco acima da média da escala, o que parece indicar certo resguardo por parte dos cidadãos em confiarem nas instituições. Minha expectativa é que o efeito desta variável seja negativo, uma vez que a desconfiança nas instituições públicas pode levar os indivíduos a se engajarem, dada sua postura crítica frente ao desempenho dessas mesmas instituições;

Eficácia política externa – Mensura o quanto os entrevistados crêem que seus representantes se esforçam para fazer valer os interesses de seus eleitores. Minha expectativa é que seu efeito seja positivo, tendo em vista que representantes mais responsivos podem reforçar a percepção de que o engajamento surte efeitos sobre as decisões das lideranças políticas;

Eficácia política interna – Estimada a partir de perguntas que medem a percepção que os indivíduos têm sobre sua capacidade de influenciar as decisões da política. Seu efeito

deve ser positivo, traduzindo uma maior disposição para o engajamento quanto mais alta for a percepção de influência individual sobre os processos políticos;

Interesse por política – Baseado em perguntas sobre interesse geral por política e atenção em assuntos relacionados à política. Índice construído com base na média de duas perguntas. Espero um efeito positivo para esta variável, dado que pessoas mais interessadas pela política devem se sentir mais dispostas a se engajar;

Educação – Idade com a qual o indivíduo concluiu a educação em tempo integral (*full time education*). O nível mínimo indica educação primária, enquanto o máximo indica nível superior. Em consonância com grande parte da literatura sobre educação e participação política, espero o efeito desta variável mostrar-se como positivo. Indivíduos com maiores níveis de educação formal têm mais capacidade para compreender os processos políticos da democracia, o que pode estimulá-los a se envolver em outras formas de participação além da eleitoral;

Conhecimento político – Escala desenvolvida com base em oito perguntas sobre política, com variados níveis de especificidade. A média da variável indica que o nível médio de conhecimento dos entrevistados é relativamente alto. Essa variável foi recodificada, de forma que “1” indicasse a resposta certa e “0” a resposta errada ou a opção “não sabe”.

Da mesma forma que o interesse por política, minha expectativa para o efeito desta variável é que ele seja positivo, uma vez que indivíduos mais informados sobre a política são, conseqüentemente, mais interessados por ela e mais inclinados a se engajarem;

Sexo – A amostra apresentou uma ligeira tendência à predominância de mulheres. A variável dicotômica “sexo” foi recodificada de forma que “1” indicasse homens e “0” mulheres. Esta é a única variável para a qual não apresento expectativas teóricas sobre seu efeito.

TABELA 2 - Variáveis Independentes

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	N
Confiança Interpessoal	6,29	1,83	0	10	3539
Custos da Participação	3,12	0,93	1	5	3531
Benefícios da Participação	2,72	0,71	1	5	3485
Renda	5,46	3,34	1	13	4036
Idade	50,48	16,95	18	97	3548
Confiança nas Instituições	5,12	2,12	0	10	3490
Eficácia Externa	3,38	0,93	1	5	3299
Eficácia Interna	2,63	2,28	0	10	3543
Interesse por Política	0,51	0,08	0,12	0,90	3552
Educação	2,56	1,53	1	5	4036
Conhecimento Político	5,43	1,75	0	8	3554
Sexo	0,45	0,49	0	1	3554

Fonte: British Election Study 2005

A seção seguinte será voltada ao detalhamento do modelo de base para o teste empírico da hipótese condicional levantada no Capítulo I.

2.3. O Efeito Interativo da Confiança Interpessoal e o Modelo de Base

Para testar o efeito condicional da confiança interpessoal sobre o engajamento cívico é necessário, antes, esclarecer como a interação teoricamente esperada irá operar

no modelo empírico. A hipótese condicional levantada no capítulo teórico será testada empiricamente por meio de um modelo interativo, onde algumas das variáveis independentes são multiplicadas entre si.

De acordo com Brambor et al. (2006), a interação de variáveis na ciência política é justificada pela natureza da relação condicional existente entre contextos institucionais e atores. Os estudos sobre as instituições, formais ou informais, frequentemente estabelecem que a relação entre “inputs” e resultados na política varia de acordo com o contexto institucional no qual os atores estão inseridos (BRAMBOR et al., 2006, p.1). Isto é, dada a natureza multifacetada de vários fenômenos políticos, faz sentido pensar na existência de interações entre variáveis.

De fato, já na década de 1980 havia o reconhecimento de que os simples modelos aditivos aplicados à ciência política eram incapazes de capturar a complexidade de alguns fenômenos de interesse da disciplina:

Given the complexity of many political phenomena, it often makes sense to admit the possibility of nonadditivity or interaction, as it is more commonly called. Here the possibility is allowed that the effect of an independent variable may vary, depending on the level of some other variable. The common prescription for admitting such a possibility is to include a multiplicative term in the regression equation – a term that is the product of the two independent variables thought to interact in their effects on the dependent variable. (FRIEDRICH, 1982, pp. 797-798)

Nesse sentido, o propósito de um modelo interativo é especificar as condições sob as quais uma relação causal entre uma variável independente X e uma variável dependente Y é enfraquecida ou fortalecida (AIKEN & WEST, 1991, p.2). Isto é, frequentemente, o estabelecimento de uma relação de causalidade implica um conjunto de condições o qual precisa estar presente para que uma causa teoricamente definida possa surtir seu efeito sobre um fenômeno específico (BRAMBOR et al, 2006, p.2).

No caso do presente trabalho, o efeito da confiança interpessoal sobre o engajamento cívico é entendido como condicionado por duas variáveis: as percepções dos benefícios e dos custos da participação cívica. Dessa forma, espera-se que a confiança interpessoal atue indiretamente em conjunto com essas variáveis na propensão individual ao engajamento.

Antes de proceder à análise, é importante detalhar alguns cuidados referentes à interação de variáveis em modelos aplicados à ciência política. Esses cuidados são de suma importância para a construção de um modelo empírico adequado, ainda que a interação de variáveis seja um recurso aparentemente simples e altamente difuso em diversos trabalhos.

Apesar da proliferação de pesquisas as quais se valem do teste empírico de efeitos condicionais, poucas pesquisas seguem diretrizes básicas ao estabelecerem interações entre variáveis. Segundo Brambor et al. (2006), em um levantamento de 156 artigos nas principais revistas americanas especializadas, apenas 10% dos trabalhos seguiram quatro importantes recomendações para a correta especificação de modelos interativos. São elas:

- I. Incluir todos os termos constitutivos do modelo;
- II. Interpretar corretamente esses termos;
- III. Calcular efeitos marginais das variáveis independentes;
- IV. Prover medidas de incerteza.

A inclusão dos termos constitutivos do modelo é a mais intuitiva e, logo, a mais seguida nas pesquisas com efeitos interativos. Nesse sentido, se um modelo compreende duas variáveis independentes, X e Z, e uma interação entre essas variáveis, XZ, todos esses termos devem ser incluídos no modelo. Caso um ou mais termos constitutivos sejam omitidos, os parâmetros das variáveis serão estimados com viés, como será demonstrado abaixo.

Assumindo-se Y e X como variáveis contínuas, e Z como uma variável dicotômica que assume o valor de 1 quando uma determinada condição se faz presente e 0 para a ausência da mesma condição, temos o seguinte modelo interativo (BRAMBOR et al., 2006):

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 Z + \beta_3 XZ + \varepsilon \quad (1)$$

Quando a condição Z é ausente, ou seja, quando Z = 0:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \varepsilon \quad (2)$$

Na Eq. (1), o parâmetro β_1 corresponde ao efeito sobre a variável dependente, Y, da mudança de uma unidade em X quando a condição Z está ausente (o efeito marginal de X, quando $Z = 0$, é β_1). Se $Z = 1$, a Eq. (1) pode ser assim descrita:

$$Y = (\beta_0 + \beta_2) + (\beta_1 + \beta_3)X + \varepsilon \quad (3)$$

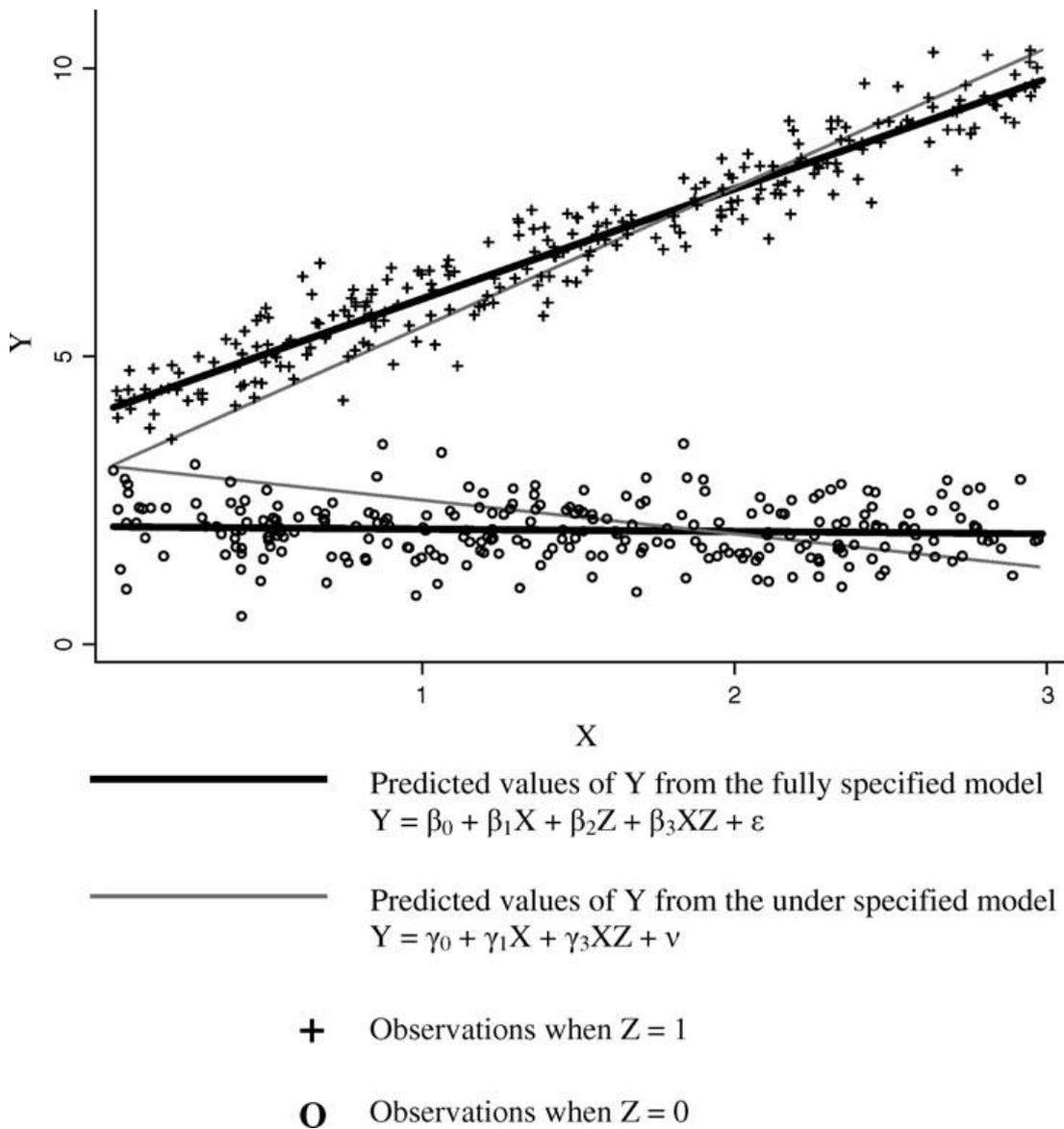
Na Eq. (3), temos o efeito da mudança de uma unidade em X sobre Y quando a condição Z está presente, o que leva a $\beta_1 + \beta_3$ (o efeito marginal de X, quando $Z = 1$, é $\beta_1 + \beta_3$). Dada uma hipótese condicional que prevê um efeito positivo de X sobre Y quando (e somente quando) Z está presente, tem-se que β_1 é zero e $\beta_1 + \beta_3$ é positivo (BRAMBOR et al., 2006, p.3). Isto é, a inclinação da reta do parâmetro β_1 é nula, enquanto a do parâmetro $\beta_1 + \beta_3$ assume algum valor positivo.

Nesse sentido, a omissão de um dos termos constitutivos, especialmente quando não acompanhada de expectativas teóricas bem especificadas, pode comprometer seriamente a interação estabelecida por um modelo. Embora essa orientação possa ser aparentemente trivial, muitos pesquisadores se esquecem de sua importância. Tomando por exemplo a Eq. (1), a omissão do termo Z implica assumir que β_2 é igual a zero. Com isso, a omissão de Z resulta em um modelo com parâmetros enviesados:

$$Y = \gamma_0 + \gamma_1 X + \gamma_3 XZ + \nu \quad (4)$$

Ainda que haja razões teóricas para a omissão do termo Z, ou seja, mesmo quando o pesquisador crê o efeito de Z ser nulo quando fora de uma interação com X, sua omissão não é indicada. O mesmo é válido para quando a teoria prevê que Z não terá efeitos sobre a variável dependente, Y, quando X for zero. Em suma, *independentemente das expectativas teóricas do observador, todos os termos envolvidos na interação devem ser apresentados tanto separadamente quanto em conjunto*. Isso se justifica pelo fato de β_2 não representar o efeito médio de Z sobre Y, mas o efeito de Z sobre Y quando X é igual a zero. A Figura 1 ilustra as consequências da omissão de um dos termos constitutivos do modelo interativo.

FIGURA 1 – Modelo com Termos Omitidos vs. Modelo Completo



Fonte: Brambor et al. (2006)

A possibilidade de erros na teoria proposta pelo observador reforça a necessidade de inclusão de todos os termos no modelo, uma vez que β_2 pode ser diferente de zero, o que aumenta o risco de vieses na estimação dos demais parâmetros, caso Z se correlacione com X ou XZ (BRAMBOR et al., 2006, p.5). A omissão de um dos termos em modelos interativos implica vieses semelhantes à especificação de um

modelo aditivo simples sem o termo constante, β_0 , quando a linha de regressão é forçada a passar pela origem, independentemente dos dados em questão (BRAMBOR et al., 2006, p.6; BRAUMOELLER, 2004, p.5).

Um exemplo de como a omissão de termos interativos pode gerar vieses na estimação dos parâmetros pode ser encontrado na pesquisa de Mozaffar et al. (2003) sobre o efeito da interação entre a magnitude dos distritos eleitorais, a fragmentação étnica e a concentração geográfica na determinação do número de siglas partidárias em alguns países africanos. De acordo com os autores, contrariando boa parte da literatura (DUVERGER, 1954; RIKER, 1982; AMORIM NETO & COX, 1997; CLARK & GOLDBERGER, 2006), a fragmentação étnica leva a uma *redução* no número de partidos políticos.

Entretanto, segundo com Brambor et al. (2005), os achados de Mozaffar et al. (2003) são consequência de uma especificação inadequada do modelo interativo proposto pelos autores. Ao omitirem quatro termos constitutivos, Mozaffar et al. (2003) induziram vieses na estimação de seu modelo, assumindo, implicitamente, que os parâmetros omitidos eram iguais a zero (BRAMBOR et al., 2005, p.3). Essa omissão deveria ser acompanhada por expectativas teóricas bem esclarecidas, o que não foi o caso da pesquisa dos autores.

Na verdade, Mozaffar et al. (2003) não poderiam assumir a possibilidade do número de grupos étnicos (um dos termos envolvidos nas interações que foram omitidos) como 0, uma vez que isso seria ilógico e sem qualquer sentido teórico. Ao reproduzirem os resultados de Mozaffar et al. (2003), incluindo os termos omitidos, Brambor et al. (2005) concluíram que a fragmentação étnica *aumenta* o número de partidos legislativos, como apontam os resultados de grande parte da literatura sobre o tema.

Como destacaram Brambor et al. (2006), seria possível argumentar que a inclusão de todos os termos no modelo poderia implicar aumento de multicolinearidade, o que, por sua vez, alargaria os erros-padrão e comprometeria a significância estatística do termo interativo. Ainda que essa possibilidade seja real, a omissão de termos não se justifica, tendo em vista que os coeficientes dos termos interativos não indicam o efeito médio de uma variável, como acontece nos modelos aditivos convencionais.

Nesse sentido, é natural esperar a ocorrência de alterações nos coeficientes do modelo, em consequência da inclusão de todos os termos, sem que isso represente um problema de multicolinearidade. Segundo Friedrich (1982):

Multicollinearity does not “distort” the b_1 and b_2 coefficients in an interactive model as compared with an additive model. These changes occur not because multicollinearity makes the estimates “extremely unreliable” [...] – or unreasonable – why is a coefficient from an additive model inherently any more reasonable than one from an interactive model? Rather, the changes occur because the coefficients in an interactive model describe relationships between variables in different terms than do the coefficients in an additive model – as conditional relationships rather than general relationships. (FRIEDRICH, 1982, p.803)

O problema da multicolinearidade se deve, acima de tudo, à escassez de informações disponíveis nos dados, o que termina por implicar o alargamento dos erros-padrão. De acordo com Gujarati (2000), a multicolinearidade é um fenômeno de regressão da amostra, dado que a ocorrência de relações lineares entre variáveis pode ser constatada em amostras específicas, embora tais relações não ocorram na população (GUJARATI, 2000, p.325).

Como destacou Wooldridge (2010), a preocupação com graus elevados de correlação entre variáveis não difere da preocupação com uma amostra de tamanho pequeno, dado que ambos aumentam a variação dos parâmetros estimados (WOOLDRIDGE, 2010, p.93). Além disso, como a amostra do BES 2005 é relativamente grande, a multicolinearidade passa a ser uma preocupação de menor importância nesta pesquisa.

Com isso, a crítica referente à multicolinearidade dos modelos interativos torna-se, frequentemente, exagerada (BRAMBOR et al., 2006, p.8). Portanto, são bastante raros os casos nos quais o observador encontra razões teóricas robustas para a omissão de algum dos termos de seu modelo interativo. O modelo construído para esta pesquisa não se enquadra nesses casos, de modo que não há omissões de quaisquer termos.

Outro importante ponto ressaltado por Brambor et al. (2006) diz respeito aos níveis de significância dos parâmetros de interação. A peculiaridade dos modelos multiplicativos reside no fato de os níveis de significância dos parâmetros de interação não serem de interesse direto do pesquisador. Ao recorrer a modelos interativos, o

observador deve focar-se, sobretudo, no efeito marginal de X sobre Y, bem como de Z sobre Y. Na Eq. (1), esse efeito marginal é dado por:

$$\partial Y/\partial X = \beta_1 + \beta_3 Z \quad (5)$$

Para o efeito marginal de Z sobre Y:

$$\partial Y/\partial Z = \beta_2 + \beta_3 X \quad (6)$$

O efeito marginal corresponde à variação de Y em função de X (ou de Z) para diferentes valores da variável Z (ou X). Esse efeito pode ser calculado pela diferença entre os valores esperados de Y em função de valores relevantes de X ou de Z. Considere a seguinte equação:

$$\hat{y} = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_x X + \hat{\beta}_z Z + \hat{\beta}_{xz} XZ \quad (7)$$

De acordo com Kam & Franzese (2005), o pesquisador pode calcular os valores previstos da variável independente Y variando os valores de Z e mantendo X constante em algum valor de interesse (como a média, por exemplo). Dessa forma, é possível estimar o impacto das mudanças de X sobre Y através de uma simples substituição de valores com a variável condicionante Z variando a intervalos especificados pelo observador.

A segunda recomendação apontada por Brambor et al. (2006) refere-se à interpretação dos elementos constitutivos do modelo. Dado que um efeito interativo representa uma hipótese condicional, isto é, uma hipótese na qual o efeito de uma variável independente X sobre uma variável dependente Y é condicionado por outra variável independente Z, não é correto interpretá-lo como o efeito médio da mudança de X sobre a variável dependente, como ocorre nos modelos de mínimos quadrados mais comuns.

Em outras palavras, assim como nos modelos não-lineares, os coeficientes dos parâmetros de interação estimados não correspondem aos efeitos médios das variáveis independentes sobre a variável dependente. Esse ponto também foi abordado por Kam & Franzese (2005):

[...] the researcher who equates a coefficient in an interactive model to an effect is treading on hazardous ground. At best the researcher will be telling a story about an effect that applies to only one of several possible conditions (e.g., when $z = 0$). At worst, the researcher will be telling a story about an

effect that applies in no logically possible condition – an effect that is logically meaningless. (KAM & FRANZESE, 2005, p.21)

Além disso, é errônea a afirmação de que um coeficiente significativo e positivo em X (ou Z) implica um efeito positivo de X (ou Z) sobre Y (BRAMBOR et al., 2006, p.10). A mesma lógica é inválida, evidentemente, para efeitos negativos. É importante ressaltar a interpretação dos termos constitutivos, tendo em vista o grande percentual (mais de 60%) de artigos levantados por Brambor et al. (2006) os quais cometeram erros nessa etapa de análise.

O cálculo dos efeitos marginais das variáveis independentes constitui a terceira importante recomendação apontada por Brambor et al. (2006). A maioria das tabelas em trabalhos sobre efeitos interativos apresenta somente os parâmetros do modelo especificado. Embora esse seja o procedimento padrão para modelos aditivos, a mesma prática não pode ser aplicada aos modelos interativos. Isso porque, como já foi exposto nas Eq. (1), (2) e (3), os parâmetros do modelo indicam somente o efeito de X sobre Y quando a variável condicional, Z, é zero, o que é frequentemente insustentável dos pontos de vista teórico e empírico.

O efeito condicional de X sobre a variável dependente Y também não pode ser inferido a partir do nível de significância ou da magnitude do coeficiente de interação, XZ. Como destacaram Brambor et al. (2006)

[...] it is perfectly possible for the marginal effect of X on Y to be significant for substantively relevant values of the modifying variable Z even if the coefficient on the interaction term is insignificant. Note what this means. It means that one cannot determine whether a model should include an interaction term simply by looking at the significance of the coefficient on the interaction term. (BRAMBOR et al., 2006, p.12)

Dependendo dos tipos de variáveis envolvidas na interação, o pesquisador necessitará prover diferentes informações para facilitar a interpretação dos coeficientes dos termos interativos do modelo. No caso de variáveis dicotômicas, basta a inclusão dos efeitos marginais de X quando Z é 0 e quando Z é 1, além dos respectivos erros-padrão. Para variáveis contínuas, torna-se necessário o recurso a gráficos para explicitar o teste da hipótese condicional.

Como última recomendação do teste de hipóteses condicionais Brambor et al. (2006) apontam o cálculo de uma medida de incerteza, isto é, de um intervalo de

confiança do efeito marginal de uma variável independente para um valor além de zero da variável modificadora. Esse ponto também é enfatizado por Kam & Franzese (2005). Segundo os autores, essa medida é importante uma vez que a lógica dos modelos de mínimos quadrados ordinários implica a suposição de que Z é fixo em amostras repetidas e que os estimadores dos parâmetros carregam consigo determinado grau de incerteza (KAM & FRANZESE, 2005, p.32).

Com isso, o efeito estimado de X sobre Y será caracterizado por um nível de incerteza que depende de Z. Isto é, assim como os efeitos de X sobre Y variam de acordo com os valores de Z, os erros-padrão dos efeitos de X sobre Y também variam. Consequentemente, não é possível estabelecer-se um único efeito de X sobre Y quando X interage com Z, o que acarreta a inexistência de uma única variância do efeito interativo de X com Z.

Para determinados valores de Z, o efeito marginal de X sobre Y pode mostrar-se estatisticamente significativo, enquanto para outros valores esse mesmo efeito pode ser insignificante (KAM & FRANZESE, 2005, p.33). Esse efeito somente se torna claro por meio de representações gráficas, recurso pouco presente em artigos que se utilizam de modelos interativos.

Todas essas observações são essenciais para a correta aplicação de um modelo interativo. A teoria exposta no capítulo anterior prevê duas variáveis modificadoras do efeito da confiança interpessoal sobre a propensão para o engajamento: as percepções de custos e de benefícios derivados da participação. Nesse sentido, o modelo testado pode ser especificado como:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 Z + \beta_3 W + \beta_4 XZ + \beta_5 XW + \beta_6 ZW + \beta_7 XZW \quad (8)$$

Onde X = confiança interpessoal, Z = custos da participação e W = benefícios da participação. Uma vez que a correta estimação dos efeitos marginais pressupõe a inclusão de todos os termos constitutivos, a equação acima compreende todas as possíveis combinações desses termos. Após a correta estimação do modelo, é possível obter-se o efeito marginal de X (confiança interpessoal) para diferentes valores de Z (custos da participação) e W (benefícios da participação):

$$\partial Y / \partial X = \beta_1 + \beta_4 Z + \beta_5 W + \beta_7 ZW \quad (9)$$

A partir dessa especificação, o modelo aplicado nesta pesquisa é descrito da seguinte forma, onde apenas as variáveis de interesse estão expostas:

$$\text{Engajamento Cívico} = f [\beta_0 + \beta_1 \text{confiança interpessoal} + \beta_2 \text{custos} + \beta_3 \text{benefícios} + \beta_4 \text{custos} * \text{confiança interpessoal} + \beta_5 \text{benefícios} * \text{confiança interpessoal} + \beta_6 \text{custos} * \text{benefícios} + \beta_7 \text{confiança interpessoal} * \text{custos} * \text{benefícios} + \dots + \varepsilon]$$

O capítulo seguinte apresenta os resultados do modelo de mínimos quadrados ordinários descrito acima.

3. Resultados do Modelo Empírico e Implicações Teóricas

A ideia da hipótese condicional aqui testada é investigar como a confiança interpessoal pode atuar no nível individual em face de diferentes incentivos. Como lembrou Rennó (2001), “[...] certos indivíduos são mais afetados pela confiança interpessoal do que outros.” (RENNÓ, 2001, p.55) Dessa forma, ao contemplar a dimensão instrumental da participação cívica, ou seja, ao incorporar elementos relativos às motivações individuais para o engajamento, a hipótese condicional aqui apresentada visa preencher lacunas teóricas associadas ao conceito de capital social.

Como ressaltado na hipótese levantada no Capítulo I, minha expectativa é de que a confiança interpessoal tenha um efeito condicional sobre o engajamento cívico. Embora essa variável possa relacionar-se positivamente com o engajamento, seu efeito não deve ser direto, mas condicionado pelas percepções de custos e expectativas de benefícios do engajamento. O efeito condicional da confiança interpessoal será testado por meio da interação entre as variáveis de confiança e as variáveis de custos e benefícios do engajamento.

Ao interagir a confiança interpessoal com as percepções de custos e de benefícios do engajamento cívico, espero encontrar, respectivamente, uma relação inversa e uma relação direta entre essas variáveis e o efeito marginal da confiança. Argumento que o efeito marginal da confiança sobre a propensão ao engajamento cívico será maior quanto maior for a percepção de benefícios e menor a percepção de custos associados à participação.

Essa expectativa é baseada nas premissas teóricas da teoria da escolha racional, as quais preveem que um indivíduo somente irá se engajar no provimento de um bem público quando sua percepção de benefícios for maior que sua percepção de custos. Dessa forma, faz sentido esperar que a confiança interpessoal só represente um diferencial positivo sobre a propensão para o engajamento cívico entre indivíduos suficientemente motivados.

Com isso, a teoria aqui apresentada incorpora elementos da motivação (e da desmotivação) individual para a ação coletiva, os quais foram enfatizados por diversos teóricos da escolha racional. Como lembrou Fiorina (2001), faltam aos modelos de participação variáveis que sejam capazes de capturar a motivação para o engajamento:

I think the missing explanatory variable is motivation. [...] Having observed participators in recent years I have concluded that the principle factor motivating them is that they care deeply about the subject of their participation, although why they do often escapes me. They are intense and their intensity leads to their participation. (FIORINA, 2001, p.18)

Nesse sentido, procuro aproximar o estudo da confiança do individualismo metodológico³. A combinação de fatores ligados à motivação (benefícios individuais e coletivos), desmotivação (tempo e esforço destinados ao engajamento) e confiança pode servir ao propósito de identificar as razões das incongruências dos achados nos estudos sobre o capital social.

Como se verá logo abaixo, o aparente efeito direto da confiança interpessoal sobre a disposição para o engajamento é, na verdade, condicionado por fatores motivacionais. Para efeito de ilustração, serão apresentados dois modelos: um sem termos interativos, outro incluindo esses termos. Como destacaram Brambor et al. (2006), quando há uma relação condicional subespecificada entre duas variáveis, o coeficiente de uma variável X em um modelo linear incondicional é ponderado pelos efeitos marginais de um modelo interativo:

[...] the coefficient on X in the unconditional linear-additive model is the weighted average of the conditional marginal effects in the interaction model. Consequently, the marginal effect of X in the unconditional model is sensitive to the distribution of the conditioning variable in the sample. [...] The point here is that one should use conditional tests to examine conditional hypotheses since the failure to do this produces an estimate of the unconditional relationship that reflects not only the underlying causal relationship between X and Y but also the distribution of the conditioning variable Z. In other words, it makes little sense to talk about the unconditional or average effect of X on Y when you have a conditional hypothesis. (BRAMBOR et al, 2006, p.11)

³ Concordando com Brehm & Rahn (1997): “The collective manifestation of social capital must be sustainable at the level of individual civic engagement and in individual attitudes toward others.” (BREHM & RAHN, 1997, p.1017)

Nesse sentido, o pesquisador pode encontrar um coeficiente positivo e estatisticamente significativo de X em um modelo sem termos interativos e concluir que isso implica um efeito direto dessa variável sobre Y. Contudo, esse resultado pode apenas refletir um efeito condicional subjacente de X para determinados valores de uma variável condicionante Z. Em outras palavras, o coeficiente de X pode ser “inflado” por uma relação condicional que não foi especificada pela teoria nem pelo modelo. Esse ponto também foi enfatizado por Kam & Franzese (2005):

An alternative strategy would be to estimate a different model, one without interaction terms(s), and simply evaluate the usual *t*-test on the appropriate coefficient, on *x* or on *z*. This alternative would reveal directly whether, “on average” or “generally”, *x* or *z* had a non-zero effect on *y*. However, if the true relationship really is interactive, then this alternative model is mis-specified, so these *t*-tests would be, at minimum, inefficient. (KAM & FRANZESE, 2005, p.36)

A seguir, apresento os resultados do modelo aplicado às três variáveis dependentes aqui abordadas. Em primeiro lugar, analiso a propensão para o engajamento em partidos políticos, uma forma de participação que exige maior disponibilidade de tempo. A participação em uma campanha partidária inclui atividades como a distribuição de panfletos, confecção de cartazes e bandeiras, levantamento de recursos, acompanhamento de eleições internas, presença em discursos, dentre outras as quais podem se estender ao longo de todo um ano eleitoral.

A segunda forma de participação analisada é o engajamento em protestos. Esse tipo de atividade é, em geral, fundamentado por contingências específicas. Ou seja, o ato de protestar não ocorre com a regularidade de outras formas de participação institucionalizadas, como o voto ou mesmo o engajamento partidário.

O engajamento em associações voluntárias constitui a terceira variável dependente contemplada. Como será detalhado mais adiante, esse tipo de participação não necessariamente está vinculado a algum objetivo intrinsecamente político. Isto é, aqueles que fazem parte dessas associações podem não estar interessados em uma relação direta com o Estado.

3.1. Participação em Partidos Políticos

A Tabela 3 apresenta os resultados do modelo de mínimos quadrados ordinários para a variável dependente de disposição individual para o engajamento partidário. O Modelo I corresponde à regressão sem interações entre a confiança interpessoal e as variáveis de percepções de custos e expectativas de benefícios do engajamento. O Modelo II inclui os termos interativos e mantém as demais variáveis de controle do Modelo I.

Surpreendentemente, os resultados do Modelo I apontam para um efeito *negativo* e significativo da confiança interpessoal sobre a propensão para o engajamento em partidos políticos. Não obstante, é necessário enfatizar que o Modelo I estabelece uma relação direta e incorretamente especificada entre a confiança interpessoal e o engajamento em partidos.

A interpretação dos resultados do Modelo I poderia levar à inferência de que a confiança interpessoal afeta negativamente *e incondicionalmente* a disposição para o engajamento partidário. Contudo, como se verá mais adiante, o efeito da confiança sobre a propensão para o engajamento é condicionado pelas variáveis de custos e de benefícios da participação.

A Tabela 3 também revela um significativo efeito negativo de outra variável de interesse: a percepção de custos da participação. O coeficiente da percepção de custos converge com os achados de Pattie et al (2003) sobre a forte tendência da maioria das pessoas a se engajar politicamente em atividades pouco dispendiosas, as quais pouco afetam suas rotinas diárias.

A tendência de evitar atividades políticas que demandam tempo e recursos foi enfatizada por Fiorina (2001), ao comentar os resultados encontrados por Verba et al (a) (1995) em “Voice and Equality”: “[...] most people who are efficacious and dutiful nevertheless are not going to sit through a three-hour city council meeting or spend their Saturday afternoon at a caucus [...]” (FIORINA, 2001, p.18). É necessário ressaltar,

porém, que os coeficientes das variáveis de interesse no Modelo I fazem parte de um modelo condicional subespecificado, de modo que suas interpretações são limitadas.

Por outro lado, o sinal da variável de percepção de benefícios contraria as expectativas teóricas previamente estabelecidas. Quanto mais as pessoas percebem que podem obter benefícios individuais e coletivos participando mais ativamente da política, menos se sentem dispostas a trabalhar para um partido político. É um resultado contraditório e que, a princípio, não parece fazer sentido.

No entanto, esse resultado pode ser o reflexo do problema do “carona”, no qual os indivíduos percebem os benefícios de sua participação no provimento de bens públicos, mas a possibilidade de “pegar carona” e obter os mesmos benefícios sem contribuir para o bem público em questão acaba representando um incentivo maior à imobilização política. Há, evidentemente, de se reconhecer a possibilidade de falhas na mensuração da percepção de benefícios, tanto individuais quanto coletivos.

Antes de detalhar o efeito condicional da confiança interpessoal, vale mencionar os efeitos de algumas das variáveis de controle incluídas no modelo. Uma das variáveis cujos coeficiente e nível de significância se sobressaem é a eficácia interna. Já há alguns anos, a literatura sobre eficácia interna vem enfatizando o quanto a percepção individual de influência sobre a política pode suplantar eventuais obstáculos desmotivadores da participação. Nas palavras de Madsen (1987):

[...] self-referent thought in general and self efficacy judgements in particular mediate the relationship between knowledge and action, affecting both motivation and behavior. [...] People who perceive themselves to be efficacious resolutely confront environmental demands, whether emanating from private worlds or public. In so doing, they allocate attention and effort with relative efficiency, and they are not easily discouraged by obstacles. (MADSEN, 1987, p.571)

Nesse sentido, fica claro que indivíduos os quais acreditam na eficácia de suas ações na política são mais propensos a se engajarem em partidos políticos.

Outra variável de controle que aparece como relevante para o engajamento em siglas partidárias é o conhecimento político. Seu coeficiente e sua significância estatística apontam que esta variável está vinculada à disposição para o contato com a política por meio de instituições partidárias.

Tabela 3 – Disposição para Trabalhar para um Partido

	Modelo I	Modelo II
Variável	Coefficiente (Erro-padrão)	Coefficiente (Erro-padrão)
Confiança Interpessoal	- 0,05** (0,02)	- 0,01 (0,20)
Custos da Participação	- 0,32*** (0,03)	- 0,08 (0,42)
Benefícios da Participação	- 0,19*** (0,47)	- 0,39 (0,47)
Confiança x Custos		- 0,03 (0,06)
Confiança x Benefícios		- 0,03 (0,07)
Custos x Benefícios		- 0,01 (0,14)
Confiança x Cust. x Benef.		- 0,00 (0,01)
Renda	- 0,02 (0,01)	- 0,02 (0,01)
Idade	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)
Confiança nas Instituições	- 0,00 (0,02)	- 0,00 (0,02)
Eficácia Externa	0,03 (0,04)	0,03 (0,04)
Eficácia Interna	0,21** (0,02)	0,21** (0,02)
Interesse por Política	- 0,64 (0,40)	- 0,64 (0,41)
Educação	0,10** (0,03)	0,10** (0,03)
Conhecimento Político	0,10** (0,02)	0,10** (0,02)
Sexo	0,05 (0,07)	0,06 (0,07)
Constante	1,84 (0,36)	1,54 (1,37)
N	3177	3177
R² Ajustado	0,1122	0,1125
*p < 0,05 **p<0,01***p<0,001		

Fonte: British Election Study 2005

O efeito positivo do conhecimento político sobre o engajamento cívico vem sendo constatado por boa parte da literatura sobre o tema (DELLI CARPINI, 1999;

SCHLOZMAN et al. 1995). Segundo Delli Carpini (1999), cidadãos mais informados tendem a ser mais interessados por política, além de mais inclinados a se engajarem em formas menos convencionais de participação, tais como o engajamento partidário ou em reuniões comunitárias (DELLI CARPINI, 1999, p. 17).

É interessante observar que o interesse por política, por sua vez, não apenas mostrou-se estatisticamente insignificante como negativamente relacionado ao engajamento. Isso se deve, provavelmente, ao viés de aquiescência associado às perguntas sobre interesse por política.

Os entrevistados podem sentir-se inclinados a afirmarem que têm interesse pelo assunto, com o intuito de não aparecerem como “alienados” em uma pesquisa. Em outras palavras, afirmar ter interesse pela política é uma resposta socialmente desejável que pode acobertar sentimentos de indiferença. Entretanto, a bateria de perguntas sobre conhecimento político é capaz de capturar com maior precisão o interesse que os entrevistados têm por questões relativas à política. Pessoas mais interessadas por política frequentemente são mais informadas sobre assuntos relativos a ela.

A educação também se mostrou como um fator de importância para uma maior propensão ao trabalho para um partido político, com um coeficiente significativo ao nível de 99%. Esse resultado condiz com os achados de diversos autores (Brady et al., 1995; Sondheimer & Green, 2010) acerca da relevância da educação formal para o fomento à participação política. As variáveis de renda, idade, confiança nas instituições e eficácia externa, por outro lado, falharam em apresentar resultados estatisticamente significantes.

O Modelo II inclui os termos interativos, mantendo as variáveis de controle do Modelo I. Note-se que os coeficientes dessas variáveis permanecem todos praticamente inalterados. Quando há alguma alteração, como no caso da variável “sexo”, ela é insignificante, de modo que se mantém a interpretação dos coeficientes dessas mesmas variáveis contidas no Modelo I.

Até pouco tempo, a tendência predominante na literatura para a interpretação do Modelo II seria de desconsiderar as interações em virtude de sua insignificância estatística. De fato, a julgar pelo nível de significância das variáveis interativas da tabela acima, é tentador inferir a inexistência de relações condicionais entre a confiança

interpessoal e as percepções de custos e benefícios da participação política. Essa conclusão é, na melhor das hipóteses, apressada.

Como vem sendo enfatizado pela literatura recente sobre modelos interativos (BRAMBOR et al., 2005; KAM & FRANZESE, 2005; BRAUMOELLER, 2004), os coeficientes e níveis de significância das variáveis interativas presentes nas tabelas podem conduzir a interpretações errôneas sobre as relações condicionais estabelecidas entre as variáveis pelo observador:

[...] the consequences of misinterpretation of coefficients become more severe as the number of variables increases: far from telling us something universal about the relationship between X_3 and Y , for example, a significant and positive β_3 tells us nothing when either $X_1 \neq 0$ or $X_2 \neq 0$. One might reasonably wonder whether theories about social phenomena really make predictions about the sign and magnitude of most of these coefficients. (BRAUMOELLER, 2004, p.5)

Tendo em vista que, no Modelo II, as variáveis de confiança interpessoal, de custos e de benefícios da participação foram interagidas, seus coeficientes e níveis de significância têm muito pouco a dizer sobre seus respectivos impactos na propensão de um indivíduo para trabalhar ou não para um partido político. Os coeficientes das interações e das variáveis envolvidas nelas tampouco revelam qualquer informação relevante a respeito do *efeito* condicional da confiança.

O coeficiente da confiança interpessoal, por exemplo, indica o impacto do aumento de uma unidade nessa variável sobre a propensão para o engajamento quando os valores das demais variáveis envolvidas na interação, custos e benefícios da participação, são iguais a zero. Esse é um cenário de pouca relevância teórica que poderia ser resumido da seguinte forma: “participar da política não implica qualquer custo e não traz qualquer benefício”. É difícil imaginar que um indivíduo tenha expectativas nulas para *ambos* os custos e benefícios da participação⁴.

Dessa forma, para uma visualização adequada do efeito marginal da confiança interpessoal em função das percepções de custos e benefícios do engajamento cívico é

⁴ Seria mesmo possível afirmar que, ao menos no que diz respeito aos custos da participação, há sempre de se esperar que esse valor seja diferente de zero. Isso porque há um custo de oportunidade associado ao ato de se engajar, o que exige certa quantidade de tempo do qual o indivíduo precisa dispor.

necessário recorrer a gráficos que ilustrem como o efeito de uma variável X muda de acordo com os valores de outras variáveis Z e W, em um modelo interativo.

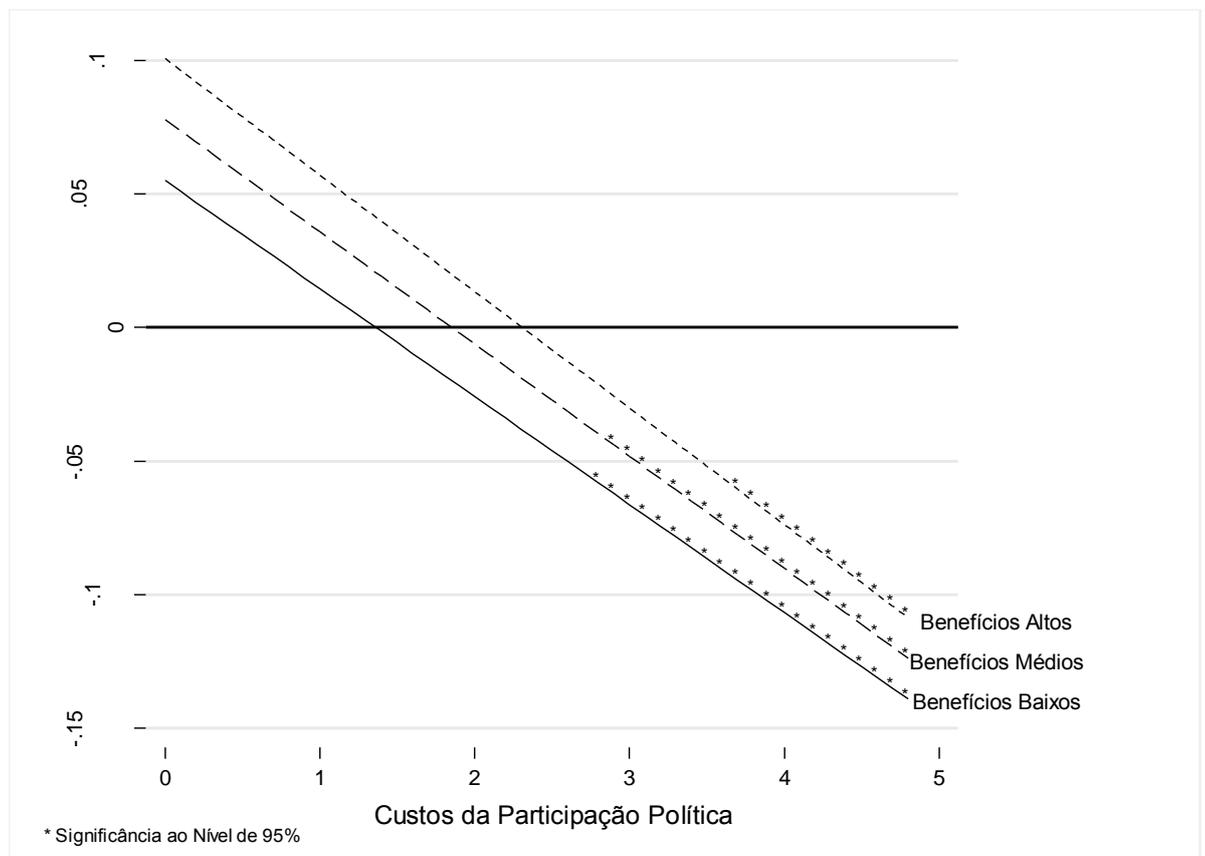
A Figura 2⁵ exibe o efeito marginal da confiança interpessoal (X), resultante da interação com diferentes valores das variáveis sobre percepção dos custos (Z) e dos benefícios (W) da participação, sobre a variável dependente de propensão para trabalhar para um partido (Y). A confiança interpessoal é interagida para todos os valores da percepção de custos, mas apenas para alguns valores de interesse das expectativas de benefícios ($\mu - \sigma$, “Benefícios Baixos”; μ , “Benefícios Médios”; $\mu + \sigma$, “Benefícios Altos”, sendo “ μ ” a média da variável e “ σ ” o seu desvio-padrão). A opção por esses valores da variável de benefícios é justificada pelo fato de que grande parte da amostra se encontra entre esses valores, o que evita a inclusão de dados discrepantes na visualização do gráfico.

Minha expectativa teórica é de que *a confiança só deverá apresentar um efeito marginal positivo e significativo em cenários onde valores mais baixos da percepção de custos ($Z < 3$) são acompanhados por valores mais altos da percepção de benefícios ($w = \mu + \sigma$)*. Em outras palavras, para que a confiança interpessoal aumente a propensão individual ao engajamento cívico é necessário que a percepção de benefícios seja suficientemente alta e a percepção de custos seja suficientemente baixa. Fora desse cenário, espero o efeito da confiança ser nulo.

A partir da Figura 2 é possível perceber como o efeito da confiança interpessoal sobre a propensão para o engajamento partidário é decrescente quanto maior for a percepção que o indivíduo tem dos custos da participação. Os asteriscos nas linhas indicam o intervalo em que o efeito marginal da confiança é estatisticamente significativo sobre a variável dependente. Ou seja, quanto mais o indivíduo entende que o esforço e o tempo necessários para trabalhar para um partido político são relativamente altos, mais a confiança interpessoal *reduz* a propensão individual ao engajamento em uma sigla partidária, mesmo entre aqueles com expectativas altas de benefícios da participação.

⁵ Detalhes sobre os cálculos necessários para a geração dos efeitos marginais contidos nos gráficos encontram-se no Anexo II.

FIGURA 2 – Efeito Condicional da Confiança Interpessoal sobre a Disposição para o Engajamento Partidário



Fonte: British Election Study 2005

Por outro lado, a expectativa de benefícios individuais e coletivos relaciona-se positivamente com o efeito marginal da confiança interpessoal. Quanto maior for a crença de que a participação política é capaz de render benefícios individuais e coletivos, mais positivo é o efeito da confiança interpessoal. Entretanto, é possível perceber que o efeito marginal positivo da confiança não é estatisticamente significativo, ao contrário de seu efeito negativo.

O efeito marginal da confiança interpessoal passa a assumir valores *negativos* e estatisticamente significantes à medida que a percepção de custos se aproxima de 3, independentemente do valor das expectativas de benefícios. Esse resultado contraria as expectativas teóricas previamente estabelecidas, as quais previam que o efeito da confiança seria nulo para valores mais altos da percepção de custos da participação.

Os achados desta pesquisa convergem com aqueles encontrados por Rennó (2001, 2003), para o contexto latino-americano, e Pattie et al. (2003), para o contexto britânico, o mesmo aqui analisado, os quais identificaram uma relação negativa entre a confiança interpessoal e o engajamento em organizações político-partidárias. Entretanto, a confiança só afeta negativamente a disposição para o engajamento quando a percepção de custos é mais alta, ou seja, em indivíduos menos motivados o efeito negativo da confiança é mais pronunciado.

Vale lembrar que o efeito condicional negativo da confiança interpessoal é mantido após um teste F dos termos interativos (β_1 [Confiança Interpessoal] = β_2 [Custos da Participação] = β_3 [Benefícios da Participação] = β_4 [Confiança x Custos] = β_5 [Confiança x Benefícios] = β_7 [Confiança x Custos x Benefícios] = 0, Prob > F = 0.00), descartando a possibilidade de o resultado ser apenas um produto da amostra.

Esse efeito vai à contramão da teoria do capital social, a qual prevê que a confiança atua como um estímulo positivo da cooperação entre membros da sociedade civil. De acordo com os resultados, pessoas mais confiantes e com expectativas mais positivas quanto ao comportamento alheio se distanciam de uma participação mais ativa em questões de interesse público pela via partidária. Não obstante, o efeito negativo da confiança só é significativo quando as percepções de custos da participação são mais altas.

Note-se que o efeito marginal negativo da confiança é amenizado diante de maiores expectativas de benefícios e de uma menor percepção de custos da participação. Quando as expectativas de custos da participação são muito baixas ($Z=1$), a confiança interpessoal tem um efeito marginal positivo, embora estatisticamente insignificante, sobre a propensão para o engajamento partidário.

Os resultados da Figura 2 contrariam, ainda que parcialmente, não apenas as hipóteses aqui levantadas, mas, também, as relações de causalidade previstas pelos teóricos do capital social. A confiança interpessoal parece *afastar* as pessoas da participação em partidos políticos, não aproximá-las, mesmo quando condicionada por fatores ligados à motivação individual para o engajamento.

Independentemente da relação entre as expectativas de benefícios e de custos da participação política, a confiança não apareceu como um facilitador da cooperação, pelo contrário, mostrou-se desfavorável ao contato mais direto das pessoas com a política. Nesse sentido, ainda que haja, de fato, um condicionamento do efeito da confiança interpessoal sobre a inclinação para o engajamento, esse efeito é sempre negativo.

Como destacou Rennó (2003), a relação inversa entre a confiança interpessoal e o engajamento em partidos políticos levanta a hipótese de que a mobilização política é motivada pela *desconfiança* entre as pessoas (RENNÓ, 2003, p. 78). É possível que indivíduos simpáticos a partidos com determinadas ideologias desconfiem daqueles que defendem ideais diferentes dos seus, o que pode levá-los a se engajarem em uma legenda partidária específica.

De fato, é de se esperar que a lógica da disputa político-partidária, caracterizada por antagonismos e pela disputa por recursos, seja fundamentada na desconfiança entre grupos de interesse. Ainda assim, o teste t ($\Pr T > t = 0.79$) não indica que, necessariamente, pessoas menos confiantes sejam mais dispostas a se engajarem em partidos. Ou seja, ao testarmos a diferença entre as médias de disposição para o engajamento partidário dentre os menos confiantes e os mais confiantes, não se constata uma diferença significativa entre esses grupos.

É importante lembrar que a Figura 2 captura efeitos condicionais negativos e estatisticamente significantes da confiança interpessoal sobre a variável dependente os quais não foram demonstrados pelo Modelo II, que contém as variáveis interativas. Com isso, é possível inferir a existência de uma relação condicional entre as percepções de custos e benefícios da participação e a confiança interpessoal, ainda que essa relação seja oposta àquela prevista pela hipótese levantada no Capítulo I.

Isso revela a necessidade de uma mudança nas práticas de demonstração e interpretação de efeitos interativos nos modelos aplicados à ciência política, acompanhada de uma renovação metodológica dos testes de hipóteses condicionais. Ao contrário do recurso às tabelas, a utilização de gráficos permite que o observador visualize não apenas *se* a interação ocorre entre as variáveis de seu modelo, mas também *de que forma* essa interação acontece.

Entretanto, deve-se enfatizar que o efeito marginal da confiança interpessoal, ao ser comparado às demais variáveis do modelo, não é relevante o suficiente para que essa variável possa representar um fator chave do desengajamento em partidos políticos.

Para estimar a magnitude do efeito marginal da confiança, em comparação aos de variáveis como a eficácia interna e o conhecimento político, basta tomar dois valores de interesse de cada uma destas últimas, $\mu - \sigma$ e $\mu + \sigma$, multiplicá-los por seus coeficientes e retirar a média. Esse é um método tradicionalmente usado em pesquisas com modelos de regressão e que permite estimar valores interessantes que se distanciam da média da distribuição de uma variável. Dessa forma, é possível perceber como a confiança interpessoal não é determinante na disposição de um indivíduo se engajar em um partido político.

Como revela o gráfico, enquanto a confiança interpessoal tem um efeito negativo máximo de - 0.15 (quando as expectativas de benefícios são baixas e as percepções de custos são máximas), a eficácia interna e o conhecimento político apresentam efeitos médios de 0.50 e 0.53, respectivamente. Isso quer dizer que, em uma escala de propensão ao engajamento partidário que vai de 0 a 10, a confiança interpessoal tem um efeito marginal negativo de, no máximo, - 0,15, o que equivale a menos de 1,5% do total dessa mesma escala, enquanto os efeitos médios da eficácia interna e do conhecimento político equivalem, somados, a quase 10% dela.

Os efeitos da eficácia interna e do conhecimento político são, no mínimo, três vezes maiores que o efeito condicional da confiança interpessoal na disposição para o envolvimento direto com algum partido político. Portanto, embora a confiança desestime o engajamento em partidos, não parece sensato atribuir a essa variável um papel de grande relevância no distanciamento das pessoas dessas instituições. Embora a confiança interpessoal possa desestimular a disposição ao engajamento partidário, essa variável não parece representar um empecilho central a essa forma de participação.

3.2. Participação em Protestos

A Tabela 4 exibe os resultados dos mesmos modelos aplicados na Tabela 3 para outra variável dependente: a propensão para a participação em protestos. Essa forma de engajamento difere consideravelmente daquela referente às siglas partidárias por constituir um tipo de ação coletiva de natureza esporádica e menos estruturada (RENNÓ, 2003). Dessa forma, muitos daqueles que se engajam em protestos podem fazê-lo de forma ocasional, sem aderir a organizações específicas.

Tabela 4 – Disposição para Participar de um Protesto

Variável	Modelo I	Modelo II
	Coefficiente (Erro-padrão)	Coefficiente (Erro-padrão)
Confiança Interpessoal	0,05* (0,28)	0,28 (0,28)
Custos da Participação	- 0,26*** (0,57)	0,44 (0,57)
Benefícios da Participação	- 0,24** (0,63)	- 0,19 (0,63)
Confiança x Custos		- 0,11 (0,09)
Confiança x Benefícios		- 0,06 (0,10)
Custos x Benefícios		- 0,22 (0,20)
Confiança x Cust. x Benef.		0,03 (0,03)
Renda	- 0,00 (0,01)	- 0,00 (0,02)
Idade	- 0,02*** (0,00)	- 0,02*** (0,00)
Confiança nas Instituições	- 0,09*** (0,02)	- 0,09*** (0,03)
Eficácia Externa	- 0,06 (0,05)	- 0,06 (0,06)
Eficácia Interna	0,27** (0,02)	0,27** (0,02)
Interesse por Política	0,45 (0,54)	0,43 (0,55)
Educação	0,09** (0,03)	0,09* (0,03)
Conhecimento Político	0,17*** (0,03)	0,17*** (0,03)

Sexo	- 0,12 (0,10)	- 0,13 (0,10)
Constante	3,62 (0,49)	2,21 (1,85)
N	3176	3176
R ² Ajustado	0,1084	0,1082
*p < 0,05 **p < 0,01 ***p<0,001		

Fonte: British Election Study 2005

Ao contrário do efeito constatado para a propensão ao engajamento em siglas partidárias, no Modelo I, a confiança interpessoal aparece como *positiva* e estatisticamente significativa para o engajamento em protestos, embora seu efeito seja relativamente fraco. No entanto, como foi ressaltado anteriormente, o Modelo I é subespecificado e traduz um efeito incondicional da confiança o qual, como demonstro, não se sustenta empiricamente.

Assim como na tabela anterior, as variáveis de controle permaneceram virtualmente inalteradas em ambos os modelos, com ou sem variáveis interativas. As únicas mínimas alterações ocorrem em duas variáveis sem significância estatística, “sexo” e “interesse por política”, de maneira que não mudam a interpretação dos coeficientes das demais variáveis de controle. Quanto às interações entre a confiança interpessoal e as variáveis “condicionantes” presentes no Modelo II, mais uma vez, não é possível fazer interpretações teoricamente relevantes a partir da Tabela 4.

Novamente, a variável de custos da participação apresenta um efeito negativo e significativo sobre a disposição para a participação, contribuindo para uma redução na tendência ao engajamento em protestos. Como destacaram Pattie et al. (2003), comentando seus resultados, poucas pessoas parecem se dispor a participar de demonstrações públicas de descontentamento: “(...) only 4 percent said they had participated in a public demonstration or formed a group of like-minded citizens, and only 1 percent said they had participated in an illegal protest.” (PATTIE et al., 2003. p. 447).

O tempo e os esforços de mobilização necessários para a organização de um grupo de protestantes parecem afastar as pessoas desse tipo de atividade. Na distribuição de frequências da variável de inclinação para o protesto, apenas cerca de 10% da amostra deu respostas entre 7 e 10, indicando uma forte tendência por parte dos

entrevistados em evitar mobilizações desse tipo. Evidentemente, esse resultado é influenciado pela própria natureza irregular dos protestos, que não ocorrem em períodos definidos como as eleições ou as campanhas partidárias.

Contudo, é interessante notar que o coeficiente dos custos da participação mostrou-se menor no caso dos protestos, em comparação ao engajamento em partidos e em associações voluntárias. Por se tratar de uma forma de participação que tende a ser eventual para muitas pessoas, é bem provável que o custo de oportunidade associado ao ato de protestar seja menor que aquele da participação político-partidária ou em associações, as quais exigem disposição presencial mais frequente. Ainda assim, a interpretação desse coeficiente é limitada, já que a variável de custos faz parte dos termos interativos do Modelo II.

Assim como no engajamento em partidos políticos, a variável de benefícios da participação apresentou um coeficiente *negativo* e estatisticamente significativo, contrariando as expectativas teóricas. Como mencionado anteriormente, esse resultado pode ser um indício do problema do “carona”, entretanto, a hipótese de vieses nas respostas às perguntas que compõem a variável é igualmente plausível.

De maneira geral, no que tange às variáveis de controle, os resultados da Tabela 4 são bastante semelhantes àqueles encontrados na Tabela 3, referentes à disposição para trabalhar para algum partido, exceto pelas variáveis de idade e confiança nas instituições. A eficácia interna e o conhecimento político, novamente, apresentam coeficientes positivos e estatisticamente significantes.

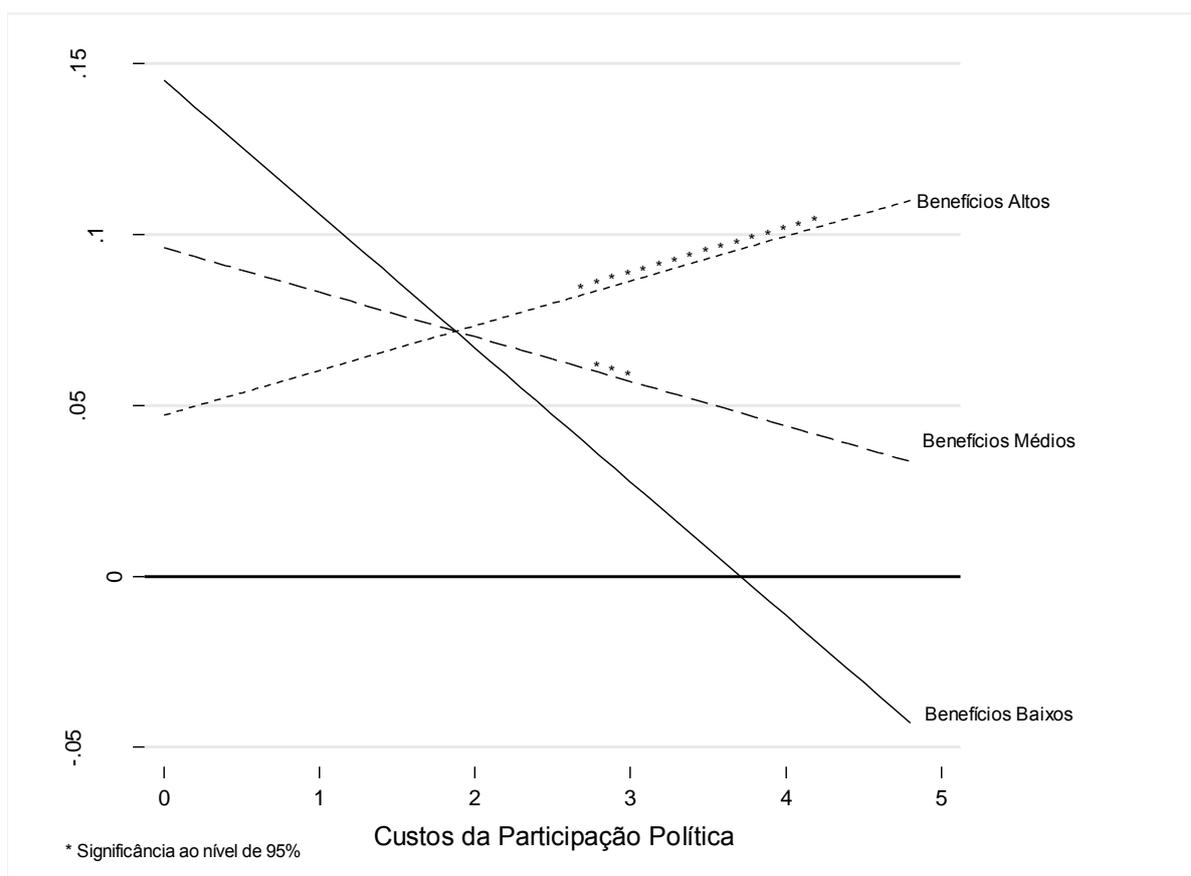
Em contraste à variável dependente do engajamento partidário, a Tabela 4 indica que os mais jovens são mais propensos a se engajarem em protestos que os mais velhos. Por sua vez, a confiança nas instituições apresentou um efeito negativo e estatisticamente significativo. De fato, faz sentido esperar que aqueles que menos confiam nas instituições públicas são os mesmos que mais se dispõem a participar de protestos, dada sua postura crítica em relação a essas mesmas instituições.

Embora o teste F aponte o efeito das variáveis interativas como nulos (β_1 [Confiança Interpessoal] = β_2 [Custos da Participação] = β_3 [Benefícios da Participação] = β_4 [Confiança x Custos] = β_5 [Confiança x Benefícios] = β_7 [Confiança x Custos x Benefícios] = 0, Prob > F = 0.16), a representação gráfica das interações presentes no

modelo indicam um efeito condicional e significativo da confiança interpessoal sobre a inclinação para o protesto. Nesse sentido, as inferências sobre essas interações são mais bem capturadas através da Figura 3.

Ao contrário dos resultados da Figura 2, a Figura 3 revela um efeito marginal *positivo* e estatisticamente significativo da confiança interpessoal quando as expectativas de benefícios e de custos da participação são relativamente altas. A confiança interpessoal mostrou um efeito marginal positivo e estatisticamente significativo sobre a propensão para o engajamento em protestos dentre aqueles que apresentaram expectativas altas ($\mu + \sigma$) de benefícios derivados da participação política.

FIGURA 3 – Efeito Condicional da Confiança Interpessoal sobre a Disposição para o Engajamento em Protestos



Fonte: British Election Study 2005

No entanto, esse mesmo efeito mostrou-se diretamente proporcional às expectativas de custos da participação. Quanto maiores os custos, maior o efeito marginal da confiança sobre a propensão ao engajamento em protestos. Sem embargo, o efeito marginal positivo da confiança interpessoal perde significância dentre aqueles com expectativas altas de benefícios quando a percepção de custos, Z , se aproxima de seu valor máximo. O efeito marginal da confiança para as expectativas médias e baixas de benefícios foi decrescente, embora positivo e insignificante (exceto para um pequeno intervalo das expectativas médias de benefícios), quanto maiores as percepções de custos.

Analogamente à Tabela 3, no caso dos protestos, o efeito marginal e significativo da confiança interpessoal para diferentes valores de custos e benefícios não é capturado pela Tabela 4. Resta saber por que a confiança mostrou-se positivamente relevante para os protestos, mas não para o engajamento em partidos políticos.

É possível que a natureza dos protestos implique maiores riscos para os envolvidos (i.e confrontos com a polícia ou com grupos de protestantes rivais), o que aumentaria a importância da confiança social como garantidora da coesão de grupo, fomentando expectativas positivas acerca da conduta alheia e reduzindo a sensação de risco associada a esse tipo de ação coletiva.

Ademais, vale mencionar que as obras de Putnam ([1993] 2006) e outros teóricos do capital social associavam a confiança interpessoal a comportamentos aquiescentes com as leis (RENNÓ, 2001, p.38). No entanto, os achados desta pesquisa indicam que ela pode servir, também, à contestação pública dessas mesmas leis.

Chama atenção a relação positiva da percepção de custos da participação com o efeito marginal da confiança, quando há expectativas altas de benefícios. O tempo e esforço dispensados à participação parecem contribuir para um efeito positivo da confiança sobre a propensão para o engajamento em protestos. Quanto maiores as percepções de benefícios e de custos do engajamento, maior o efeito marginal da confiança sobre a propensão para participar de um protesto.

Essa relação direta com os custos significa que a confiança só representa um diferencial para a propensão ao engajamento quando um indivíduo passa a entender que a participação política exige muito de seu tempo e de seus esforços. Aqueles que

percebem os benefícios do engajamento em protestos como altos e seus custos como baixos são pouco afetados pela confiança, ou seja, sua participação nesse tipo de atividade não parece depender de suas expectativas quanto à conduta de outras pessoas. Essa conclusão se aproxima da perspectiva teórica de Gambetta (2000), a qual prevê que ações baseadas na cooperação podem ser iniciadas independentemente da confiança, *dependendo dos interesses em questão*.

Em suma, a confiança parece ter um efeito compensatório em relação aos custos do engajamento em protestos. Diante de expectativas altas de benefícios do protesto, quanto mais um indivíduo é desmotivado a participar de tal atividade, em virtude de seus custos, mais a confiança representa um incentivo positivo compensatório ao engajamento nesse tipo de ação coletiva.

Por fim, é necessário destacar a irrelevância da confiança interpessoal quando as expectativas de benefícios da participação são médias ou baixas. Quando não há percepções altas de benefícios sobre o engajamento em protestos, a confiança interpessoal ainda exerce efeitos positivos, porém estatisticamente insignificantes e decrescentes (novamente, exceto para um pequeno intervalo das expectativas médias de benefícios), quanto maior a percepção de custos. Nesse sentido, a natureza instrumental da ação coletiva aparece como um importante fator que condiciona o efeito da confiança sobre a disposição individual para a participação em protestos.

Em comparação aos efeitos de variáveis de controle como a eficácia interna e o conhecimento político, o efeito marginal positivo da confiança interpessoal mostrou-se um pouco menos relevante para os protestos que para o engajamento em partidos, apesar de positivo. Enquanto a confiança interpessoal tem um efeito marginal máximo e significativo de cerca de 0,10, a eficácia interna e o conhecimento político têm efeitos médios de 0,65 e 0,92 (calculados pela média dos valores de $\mu - \sigma$ e $\mu + \sigma$), respectivamente.

Isto é, enquanto o efeito condicional da confiança representa cerca de 1% do total da escala de propensão ao engajamento em protestos, a eficácia interna e o conhecimento político correspondem a quase 15% dessa mesma escala, em conjunto. Portanto, a confiança interpessoal desempenha um papel de menor importância na disposição para o protesto, mesmo quando aliada a fatores motivacionais da participação.

3.3. Participação em Associações Voluntárias

A terceira variável dependente de propensão para o engajamento refere-se às associações voluntárias. Essas associações seriam, segundo Tocqueville ([1835] 2004), “escolas da democracia”. Nelas, os cidadãos aprenderiam os valores do associativismo e da cooperação, essenciais para a manutenção de um regime democrático. A Tabela 5 apresenta os resultados dos modelos I e II para a disposição ao associativismo.

Dentre todas as variáveis dependentes aqui analisadas, a propensão para o engajamento em associações voluntárias foi a mais afetada pela confiança interpessoal. A Tabela 5 indica um aparente efeito direto e positivo da confiança sobre a propensão ao associativismo. Esse efeito é, entretanto, condicional, como será demonstrado a seguir.

Os custos da participação política, assim como nos modelos anteriores, têm um efeito negativo sobre a disposição individual de se associar. O coeficiente dessa variável é exatamente o mesmo daquele constatado para o engajamento em partidos políticos. Embora muitas dessas associações possam, a princípio, ter motivações apolíticas (recreativas, como as associações esportivas, por exemplo), o tempo e o esforço necessários à participação na política e em assuntos de interesse público incidem negativamente sobre a propensão ao associativismo.

Isto é, ainda que o engajamento em associações voluntárias não esteja imbricado à política, ele pode ser voltado ao provimento de bens públicos, de forma que o envolvimento direto com algumas dessas associações pode implicar custos de oportunidade relevantes. Em suma, os custos do engajamento em associações diferem daqueles constatados para formas mais esporádicas e menos estruturadas de participação, como no caso dos protestos.

Tabela 5 – Disposição para Participar de uma Associação

Variável	Modelo I	Modelo II
	Coefficiente (Erro-padrão)	Coefficiente (Erro-padrão)
Confiança Interpessoal	0,09** (0,33)	0,21 (0,33)
Custos da Participação	- 0,32*** (0,68)	0,15 (0,68)
Benefícios da Participação	- 0,15 (0,08)	0,87 (0,75)
Confiança x Custos		- 0,02 (0,01)
Confiança x Benefícios		-0,10 (0,12)
Custos x Benefícios		-0,28 (0,23)
Confiança x Cust. x Benef.		0,02 (0,04)
Renda	0,05** (0,02)	0,05** (0,02)
Idade	- 0,02*** (0,00)	- 0,02** (0,00)
Confiança nas Instituições	-0,05 (0,02)	-0,05 (0,03)
Eficácia Externa	-0,10 (0,07)	-0,10 (0,07)
Eficácia Interna	0,24*** (0,02)	0,24*** (0,03)
Interesse por Política	- 0,07 (0,65)	- 0,10 (0,65)
Educação	0,34*** (0,04)	0,35*** (0,04)
Conhecimento Político	0,21*** (0,03)	0,21*** (0,04)
Sexo	- 0,56*** (0,12)	- 0,57*** (0,12)
Constante	3,99 (0,59)	2,19 (2,20)
N	3174	3174
R ² Ajustado	0.1436	0.1442
*p < 0,05 **p < 0,01 ***p<0,001		

Fonte: British Election Study 2005

Por outro lado, os benefícios da participação aparecem negativamente correlacionados com a propensão para o associativismo, embora o coeficiente dessa variável seja insignificante. Entretanto, como se verá mais abaixo, a percepção de benefícios tem um efeito condicionante positivo sobre a confiança interpessoal, somente capturado pela Figura 4.

No que tange às variáveis de controle, em contraste ao engajamento em partidos e protestos, a Tabela 5 aponta o gênero como um fator relevante para o engajamento em associações voluntárias. A codificação da variável (1 para homens, 0 para mulheres) indica uma maior tendência das mulheres para se engajarem nessas associações.

Outra peculiaridade da propensão ao associativismo é o fator renda. O engajamento em associações voluntárias é positivamente afetado pelo nível de renda, embora seu coeficiente seja relativamente fraco (efeito médio de 0,27) em comparação a outras variáveis de controle do modelo, tais como a eficácia interna (efeito médio de 0,58) e o conhecimento político (efeito médio de 1,13).

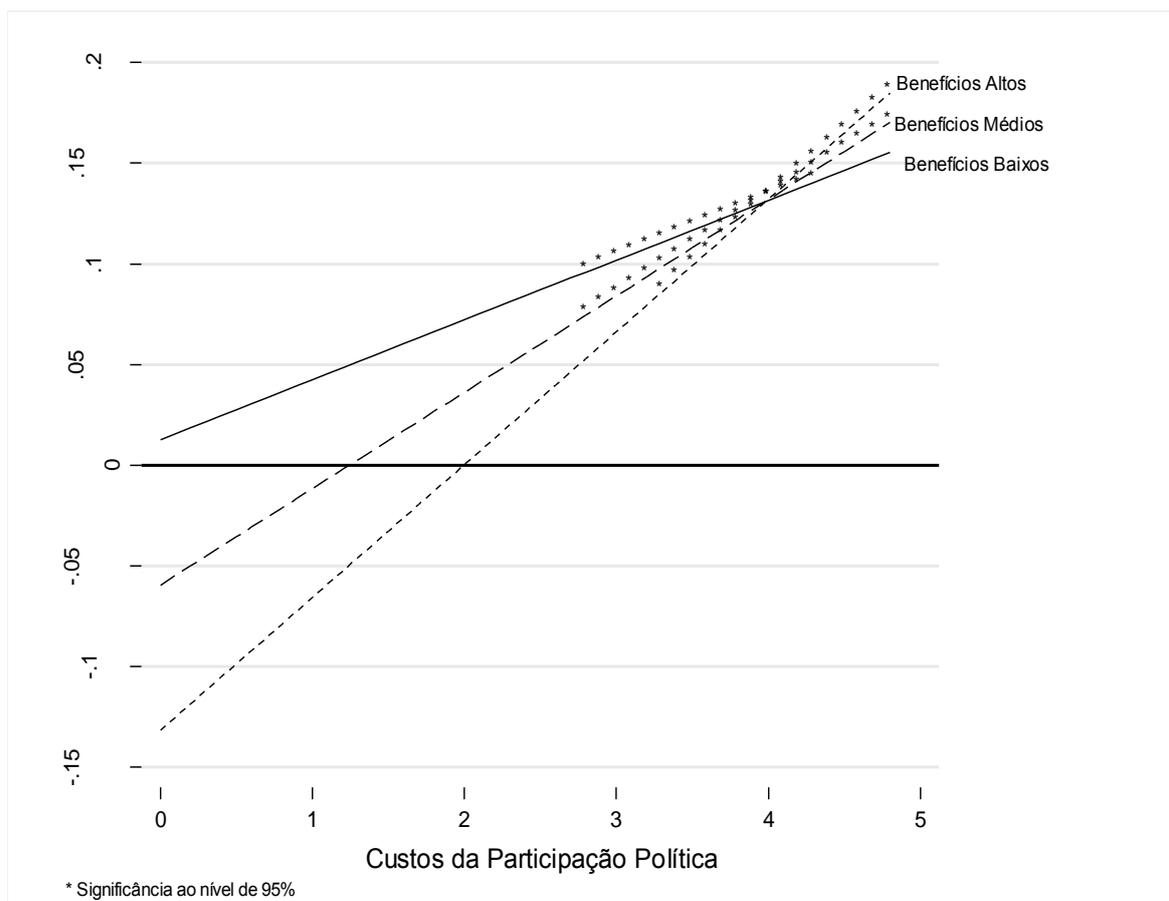
Assim como nas tabelas anteriores, os coeficientes das variáveis de controle permanecem inalterados após a inclusão dos termos interativos. Nenhuma das interações contidas na tabela é mostrada como estatisticamente significativa, o que poderia levar à ideia de inexistência de relações condicionais entre as variáveis multiplicadas. Contudo, a Figura 4 mostra o contrário.

A Figura 4 ilustra um interessante resultado sobre o efeito marginal da confiança interpessoal para a propensão ao engajamento em associações. A relação entre o efeito da confiança e os custos da participação é direta, embora não sempre positiva, para quaisquer níveis de expectativas de custos ou benefícios originados da participação política, ainda que essa relação só atinja significância a partir do momento em que os custos da participação começam a se aproximar de 3.

Isto é, quanto mais um indivíduo entende que sua participação em assuntos de interesse público requer muito de seu tempo e de seu esforço, mais a confiança interpessoal representa um diferencial positivo na propensão individual para o engajamento em associações. Resumindo, a confiança aparece como facilitadora da cooperação quanto mais a participação em associações voluntárias tende a ser vista como uma atividade dispendiosa.

É possível perceber que os efeitos marginais da confiança são virtualmente idênticos a partir do momento em que os custos são maiores ou iguais a 4, independentemente das expectativas de benefícios. Isso ocorre, provavelmente, em virtude do pequeno número de observações em que a percepção de custos é máxima, o que acaba alargando o intervalo de confiança.

FIGURA 4 – Efeito Condicional da Confiança Interpessoal sobre a Disposição para o Engajamento em Associações Voluntárias



Fonte: British Election Study 2005

Dentre as variáveis dependentes contempladas, o efeito marginal positivo da confiança interpessoal apresentou sua maior relevância na propensão ao associativismo. A confiança mostrou-se como um estímulo positivo à disposição individual para ingressar em associações, quando aliada a aspectos motivacionais. Esse resultado

diverge daqueles encontrados nas pesquisas de Rennó (2001, 2003), ainda que para outro contexto, e Pattie et al. (2003), onde a confiança foi constatada como negativamente relacionada ao associativismo.

A confiança aparece, no caso das associações voluntárias, como um facilitador da cooperação, como prevê a teoria do capital social. Entretanto, é necessário que as percepções de custos e de benefícios atinjam determinados pontos para que o efeito da confiança seja positivo e relevante para a propensão ao engajamento nessas associações. Quando a percepção de custos do engajamento é baixa, a confiança tem efeitos insignificantes e até mesmo negativos, independentemente das expectativas de benefícios.

É possível que indivíduos mais confiantes sejam mais dispostos a se comunicarem com pessoas que fazem parte de seus círculos sociais, dando margem à formação de associações voluntárias capazes de canalizar interesses específicos. Suas expectativas positivas quanto ao comportamento alheio podem facilitar a interação social necessária para a formação dessas associações, compensando eventuais custos vinculados ao associativismo.

Ao contrário dos partidos políticos, as associações voluntárias não necessariamente visam influenciar os processos de tomada de decisão na política. Nesse sentido, frequentemente, o associativismo está vinculado a interações “endógenas” entre seus membros. Isto é, aqueles que compõem associações voluntárias podem não estar interessados no conflito característico da interação político-partidária, mas em reforçar vínculos de cooperação com pessoas que fazem parte de suas comunidades ou grupos de interesse.

De acordo com Rennó (2003), há uma notável diferença entre associações de âmbito nacional, com objetivos políticos voltados para a disputa da alocação de recursos, e as associações locais, voltadas à resolução de problemas quotidianos (RENNÓ, 2003, p.72). A confiança interpessoal, de acordo com os resultados acima, tem o efeito de incentivar a formação de grupos de cidadãos com interesses em comum, preocupados com o provimento de bens coletivos em seus círculos sociais. Esse efeito, por sua vez, é condicionado pelas expectativas individuais de custos e de benefícios da ação coletiva.

Embora os objetivos primários dessas associações não sejam necessariamente políticos, é interessante observar que a confiança tem maiores efeitos quanto maior for a expectativa de benefícios da participação na política e em questões de interesse público. Quanto mais um indivíduo entende que sua participação é capaz de trazer benefícios para si e para outras pessoas, maior é o efeito positivo da confiança sobre a propensão para o engajamento em tais associações.

Os resultados da Figura 4 demonstram a existência de uma interação consistente entre a confiança e as motivações individuais para o engajamento cívico, reforçada pelo test F (β_1 [Confiança Interpessoal] = β_2 [Custos da Participação] = β_3 [Benefícios da Participação] = β_4 [Confiança x Custos] = β_5 [Confiança x Benefícios] = β_7 [Confiança x Custos x Benefícios] = 0, Prob > F = 0.02). Embora a relação entre a confiança e os custos da participação seja contrária àquela prevista no início deste capítulo, há uma relação condicional entre os interesses próprios dos indivíduos e suas impressões sobre o comportamento de outras pessoas. As razões instrumentais da participação reforçam o efeito positivo da confiança para a ação coletiva.

Apesar de seu efeito condicional positivo, a confiança interpessoal permanece como uma variável de relativa pouca importância na propensão individual ao associativismo. Enquanto seu efeito marginal máximo atinge cerca de 0,20 sobre a escala de onze pontos da variável dependente, os efeitos médios da eficácia interna (0,58) e do conhecimento político (1,13) se mostram consideravelmente mais importantes para o engajamento em associações voluntárias.

É bem verdade que a obra de Putnam ([1993] 2006) faz menção ao papel de interesses individuais e comunitários para o sucesso das associações da sociedade civil. Entretanto, a falta de variáveis que expliquem como esses interesses se manifestam entre diferentes indivíduos e como esses mesmos interesses se relacionam com a confiança interpessoal comprometia a clareza do vínculo causal estabelecido pela teoria do capital social. A ênfase de parte dos teóricos do capital social sobre variáveis sistêmicas suscitou debates sobre a possibilidade de uma falácia ecológica sustentada pela teoria, isto é, sobre relações causais constatadas em nível agregado, mas não em nível individual (SELIGSON, 2002).

Algumas importantes inferências podem ser feitas a partir dos resultados dos modelos aplicados para as três variáveis dependentes. A primeira delas é que, como

previa a hipótese H1, o efeito da confiança interpessoal sobre a inclinação para o engajamento é moderado pelas percepções de custos e de benefícios da participação. A percepção de benefícios interage positivamente com a confiança interpessoal, isto é, o efeito positivo da confiança tende a ser maior quanto maiores forem as expectativas de benefícios derivados do engajamento, para todas as variáveis dependentes contempladas.

A percepção de custos, por sua vez, apresentou efeitos negativos para todas as variáveis dependentes contempladas, embora com diferentes magnitudes. Quanto mais a forma de engajamento demanda da presença do participante, menor parece ser sua disposição de envolvimento. Esse resultado reforça a necessidade de inclusão de variáveis as quais possam capturar fatores de desmotivação para o engajamento nos modelos empíricos aplicados à ciência política.

No que diz respeito ao seu efeito interativo, a percepção de custos assume diferentes padrões condicionais com a confiança interpessoal, dependendo do tipo de atividade em questão. No caso da inclinação para o engajamento partidário, há um efeito condicional negativo entre a confiança e os custos da participação. A partir do momento em que a percepção de custos passa a ser mais alta, assumindo valores iguais ou maiores que 3, o efeito marginal da confiança se torna negativo e significativo, desestimulando o engajamento em legendas partidárias. Esse padrão é constatado para todos os níveis de percepções de benefícios.

No que tange ao engajamento em protestos, o efeito condicional da confiança só é significativo quando *ambas* as percepções de benefícios e de custos são mais altas. Esse é um padrão de condicionamento interessante e que suscita questionamentos sobre a natureza do ato de protestar.

De acordo com os resultados, para que a confiança interpessoal tenha um efeito positivo sobre a disposição individual para o protesto, é necessário haver alta intensidade motivacional acompanhada de maiores exigências de tempo e de esforço. É possível que a confiança só exerça seu papel de facilitadora da cooperação quando a causa associada ao protesto for capaz de incitar motivações suficientes para que um indivíduo faça parte de uma atividade que é incomum ao seu cotidiano.

Quanto ao engajamento em associações voluntárias, a interação da confiança interpessoal com os custos e os benefícios da participação apresentou uma tendência positiva para quaisquer valores das variáveis condicionantes. É importante lembrar que

a disposição para o engajamento em associações foi a variável que apresentou a maior média dentre as variáveis dependentes. Nesse sentido, é bem provável que as perguntas sobre custos e benefícios da participação não necessariamente capturem a motivação inerente a esse tipo de engajamento, uma vez que elas se referem a formas de mobilização mais diretamente ligadas à política.

Outra importante observação acerca dos dados acima se refere ao efeito negativo e significativo das percepções de benefícios da participação. Ao contrário das expectativas teóricas, a percepção de benefícios não serviu como um estímulo ao engajamento. Duas explicações para esse resultado se destacam: uma teórica, outra metodológica.

Teoricamente, seria possível afirmar que a expectativa de benefícios da participação não é um fator crucial na decisão individual de se engajar. Mais importantes seriam as expectativas de custos e a relevância que o indivíduo atribui à sua participação na definição do resultado da ação coletiva. Desse modo, muitos dos que entendem o engajamento como um meio de conseguir benefícios individuais e coletivos não se sentiriam inclinados a participar, tendo em vista suas altas percepções de custos e baixas expectativas de sucesso. Some-se a isso a possibilidade de “pegar carona” e a relevância das percepções de benefícios torna-se ainda menor.

No entanto, não se pode descartar a possibilidade de erro de mensuração. Como já foi mencionado anteriormente, uma das perguntas que compõem a variável de expectativas de benefícios pode ter induzido um viés negativo nas respostas dos entrevistados.

Por fim, vale ressaltar os efeitos de três variáveis de controle (eficácia interna, conhecimento político e educação formal) que foram tão ou mesmo mais fortes que aqueles das variáveis de interesse, especialmente da confiança interpessoal. O efeito da eficácia interna indicou que a crença na capacidade individual de influenciar processos políticos é um fator crucial na disposição para o engajamento, em todas as variáveis dependentes abordadas.

A eficácia interna pode ser equivalente ao termo P da equação proposta por Downs (1957) sobre a utilidade do voto. A crença na capacidade de alterar o rumo da política representa uma probabilidade subjetiva que pode potencializar o efeito das expectativas de benefícios e, conseqüentemente, a disposição para o engajamento. Evidentemente, ao contrário do voto, não é possível estimar de maneira objetiva o

quanto a participação de um indivíduo é determinante para o sucesso de um esforço coletivo de influenciar a política (por meio de um protesto, por exemplo). Mesmo porque a própria noção de influência é objeto de intensos debates quanto à sua operacionalização em pesquisas empíricas (BACH & BARATZ, 1962; DAHL, 1958).

Quanto ao conhecimento político, seu coeficiente e sua significância estatística apontaram o quanto esta variável está vinculada à disposição para o contato com a política e as questões de interesse público. Esse resultado converge com aqueles encontrados por boa parte da literatura sobre o tema (DELLI CARPINI, 1999; SCHLOZMAN et al. 1995). Segundo Delli Carpini (1999), cidadãos mais informados tendem a ser mais interessados por política, além de mais inclinados a se engajarem em diversas formas de participação, tais como o engajamento partidário ou em reuniões comunitárias (DELLI CARPINI, 1999, p. 17).

Finalmente, o efeito da educação formal, que também foi sistematicamente positivo e relevante para todas as variáveis dependentes. Essa variável aparece como fomentadora do engajamento por uma série de razões, dentre as quais se destacam a sua capacidade de aumentar o interesse individual pela política e o seu papel na ampliação de redes de comunicação interpessoal, estimulando o contato com a política e com questões de interesse comunitário (SONDHEIMER & GREEN, 2010). Pessoas mais educadas têm mais chances de obter acesso a posições de trabalho proeminentes, aumentando seus contatos com lideranças locais e abrindo mais possibilidades de participação política.

Todas as variáveis acima tiveram efeitos consideravelmente mais relevantes que o da confiança interpessoal na disposição para o engajamento em partidos políticos, em protestos e em associações voluntárias. Nesse sentido, não é possível atribuir à falta de confiança em outras pessoas a indisposição individual para uma participação mais frequente em questões relativas à política ou de interesse coletivo. Na verdade, como se constatou para os partidos políticos, a confiança pode até mesmo desmotivar a mobilização política.

A baixa relevância da confiança interpessoal para a participação política já vem sendo constatada pela literatura há alguns anos (RENNÓ, 2001, 2003; PATTIE et al. 2003). A hipótese condicional aqui testada reforça esses achados, destacando como outras variáveis moderam o efeito da confiança e suplantam seu papel na disposição para o engajamento cívico.

Embora o efeito da confiança interpessoal possa ser positivo e significativo para determinados valores das expectativas de custos e de benefícios da participação, fica claro que esse efeito é bastante fraco quando se considera que ele é condicionado por expectativas de natureza instrumental da participação.

É possível notar que o R^2 de todas as regressões é relativamente baixo, o que poderia ser um indício de que muitas variáveis de importância não foram contempladas pelo modelo. No entanto, é necessário ter em mente que essa medida não necessariamente reflete, de maneira fidedigna, a variação da variável dependente em função das variáveis independentes do modelo.

De acordo com King (1986), o R^2 não é um estimador, pois seu cálculo não é feito a partir de um parâmetro populacional. O valor do R^2 se refere apenas a uma amostra em particular (KING, 1986, p.676), o que compromete sua validade como medida de referência para a precisão de um modelo empírico. Nesse sentido, a interpretação dos coeficientes e dos erros-padrão das variáveis do modelo seria mais importante para avaliar o quanto as variáveis independentes afetam a variável dependente em questão (KING, idem).

Isso não quer dizer, contudo, que o R^2 deva ser descartado como uma medida de valor interpretativo sobre o modelo sugerido aqui. Como destacou Luskin (1991), não basta saber se os parâmetros de um modelo são diferentes de zero, é preciso ter uma ideia do *quanto* um modelo como um todo é capaz de explicar a variação na variável dependente.

A natureza da variável dependente pode indicar o quanto o R^2 reflete sua variação. Nas palavras de Luskin (1991):

An R^2_{adj} of .35 may be high or low, depending on the ease with which y yields itself up to explanation, the exactitude with which y and the x 's have been measured, and the x 's' conceptual propinquity to y . People are less predictable than inanimate objects, individuals less predictable than aggregates, and all three sorts of entities – objects, individuals, and aggregates – less predictable in some ways than others. (LUSKIN, 1991, p. 1043)

Os fenômenos de interesse desta pesquisa, formas de participação política menos convencionais que o voto, podem depender de contingências as quais variam de acordo com determinados contextos, o que dificulta sua estimação em um modelo específico. Isso é especialmente nítido no caso dos protestos, o tipo de engajamento

menos estruturado, mais informal e, portanto, menos previsível dentre as formas de participação aqui abordadas. Nesse sentido, é preciso pensar o que implica o R^2 constatado para cada uma das variáveis dependentes contempladas, dadas suas especificidades.

A seção seguinte apresenta as conclusões desta pesquisa, abordando os horizontes teórico e metodológico sobre o estudo do engajamento cívico e do capital social.

4. Conclusões

Esta pesquisa buscou investigar o papel da confiança interpessoal para o fomento a formas de participação política diferentes da participação eleitoral. Apesar da centralidade desse conceito para a teoria do capital social, os resultados aqui expostos indicam que *não há uma relação positiva direta entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico*.

O efeito da confiança sobre o engajamento é condicionado pelas expectativas de benefícios e percepções de custos da participação. Entretanto, apesar da constatação de efeitos condicionais, a confiança não parece representar um fator de grande relevância para o envolvimento mais direto com a política por parte de membros da sociedade civil.

Como ficou claro no caso do engajamento partidário, a confiança teve um papel inverso àquele preconizado pela teoria do capital social, ainda que condicionado por expectativas de benefícios e percepções de custos. Vale notar que esses achados correspondem ao contexto britânico, o qual, na obra de Almond & Verba ([1963]1989), figura como altamente favorável ao engajamento cívico justamente em virtude dos níveis relativamente altos de confiança social constatados em regiões do Reino Unido.

Entretanto, a confiança interpessoal só exerceu efeitos negativos sobre o engajamento partidário quando a percepção de custos da participação política assumiu valores um pouco mais altos. Isto é, pessoas que já são pouco motivadas a se engajarem em partidos são ainda menos motivadas pela confiança em outras pessoas.

Esse padrão de condicionamento foi inverso àquele constatado para o engajamento em protestos e em associações voluntárias. Nesses casos, a percepção de custos da participação condicionou positivamente o efeito da confiança sobre a propensão ao protesto e ao associativismo. Quanto maiores os custos, maiores os efeitos marginais da confiança interpessoal. Especificamente, o efeito da confiança só se mostrou positivo para os protestos quando expectativas altas de benefícios foram associadas a percepções altas de custos da participação.

O efeito condicional diferenciado da confiança para diferentes de formas de engajamento suscita a interessante hipótese levantada por Pattie et al. (2003) de que a

confiança é “uma faca de dois gumes”. Como destacam os autores, pessoas muito confiantes podem se tornar ativas por acreditarem que suas ações surtirão efeito sobre o sistema político, já que podem contar com a ajuda de outros. Da mesma forma, aqueles que muito confiam em outras pessoas podem acreditar que seus interesses estão bem resguardados por pessoas idôneas tanto na política quanto em suas comunidades locais, o que pode servir como um incentivo à inação.

Inversamente, a *desconfiança* pode fomentar a ação de ativistas os quais temem que a ação de grupos com interesses antagônicos aos seus possam prejudicá-los. Por outro lado, a proliferação da desconfiança entre as pessoas poderia dar margem ao cinismo político e à total descrença na capacidade de mudança do status quo através da participação política.

De todo modo, o que é mais interessante notar sobre os achados desta pesquisa é que a confiança interpessoal necessita estar atrelada a determinados aspectos motivacionais da participação para que ela surta algum efeito positivo, ainda que modesto, sobre a propensão ao engajamento cívico. Não faz sentido, portanto, esperar que a simples impressão positiva sobre a conduta de outrem sirva como o principal motor da participação em organizações e movimentos coletivos da sociedade civil.

Faça-se justiça, a teoria do capital social, especialmente de acordo com a leitura de Coleman (1990), entende que o interesse individual é importante para o surgimento de redes de cooperação autônomas da sociedade civil frente ao Estado. Não obstante, o nexó entre a confiança interpessoal e os interesses que dão origem a essas redes ainda parece ter sido muito pouco explorado pela ciência política.

Nesse sentido, a opção metodológica adotada neste trabalho procurou explicitar o vínculo causal entre a confiança, as motivações e a participação cívica. As hipóteses e modelos condicionais podem contribuir para avanços no teste de teorias sobre fenômenos complexos que envolvem múltiplos fatores. A maioria dos fenômenos de interesse da ciência política e das demais ciências sociais é de natureza multifacetada, o que dificulta o estabelecimento de relações causais simples e incondicionais.

É necessário, entretanto, conter o entusiasmo em relação às hipóteses condicionais. No plano teórico, é preciso que a hipótese levantada seja suficientemente robusta a ponto de justificar o recurso a um modelo interativo. Isto é, um modelo interativo não deve ser confundido com a multiplicação de variáveis sem relações devidamente estabelecidas pela teoria proposta pelo observador. Além disso, é

necessário cuidado para que a parcimônia, a clareza e o valor explicativo de uma hipótese condicional não sejam comprometidos. O “condicionamento” excessivo de uma hipótese pode refletir uma teoria que tem pouco a acrescentar ao entendimento de fenômenos políticos.

No plano metodológico, concordando com Braumoeller (2004), a ciência política ainda precisa avançar em questões fundamentais sobre os modelos interativos. Como foi demonstrado nesta pesquisa, é preciso ir além da simples interpretação de coeficientes e níveis de significância de termos interativos ao se testar uma hipótese condicional. Somente através de gráficos que possam capturar a amplitude completa de uma interação entre variáveis o pesquisador pode fazer inferências teoricamente relevantes sobre a relação condicional proposta por sua teoria.

Esse cuidado metodológico permitiu a constatação de uma relação condicional entre o efeito da confiança interpessoal e as motivações para o engajamento cívico. Em dois tipos de participação, protestos e associações voluntárias, a confiança apareceu como facilitadora da cooperação *quando condicionada pelas percepções de custos e expectativas de benefícios da participação*. No caso do engajamento partidário, embora um efeito condicional tenha sido também constatado pelos gráficos, a confiança apareceu como um desincentivo à participação *quando a percepção de custos mostrou-se relativamente alta*.

Desse modo não faz sentido pensar que a confiança interpessoal seja capaz de afetar as pessoas da mesma forma. Independentemente de como a confiança seja entendida, seja como uma forma de comportamento manifestada em nível individual, seja como uma instituição informal característica de determinados contextos sociais, sua capacidade de facilitar a cooperação é limitada e diferenciada. Indivíduos muito motivados a participar da política, isto é, indivíduos cujas expectativas de benefícios são altas e percepções de custos são baixas, não parecem ser afetados pela confiança interpessoal da mesma forma que aqueles um pouco menos motivados, ou seja, aqueles com expectativas altas de benefícios, porém percepções altas de custos da participação.

Sem embargo, é fundamental reconhecer as falhas e as limitações deste trabalho. Em primeiro lugar, não é tarefa simples mensurar percepções de custos e expectativas de benefícios da participação política. As variáveis aqui apresentadas representam apenas uma primeira tentativa de operacionalizar conceitos propostos pela teoria da escolha racional. Isso fica claro a partir do momento em que se assume a possibilidade

de os custos da participação, isto é, o tempo e o esforço dedicados ao engajamento, representarem uma espécie de benefício àqueles envolvidos em formas de participação política menos convencionais.

Outra limitação desta pesquisa diz respeito à ausência de algumas variáveis de importância teórica para o engajamento cívico. O modelo aqui testado não incluiu variáveis ligadas à mobilização política por lideranças locais, um fator que pode servir como um contrapeso aos custos da participação. Pessoas estimuladas a se engajarem por líderes de partidos, sindicatos ou associações podem alterar suas visões sobre a política e suas expectativas quanto ao resultado de sua participação.

Uma interessante hipótese que não foi testada se refere ao efeito condicional dos custos e dos benefícios da participação. É teoricamente plausível a ideia de que os custos da participação têm efeitos condicionais, dependendo do nível de confiança em outras pessoas de um indivíduo. Como as hipóteses condicionais são simétricas, seria possível testar como a *confiança* condiciona os efeitos das percepções de custos e expectativas de benefícios da participação política sobre a propensão ao engajamento. Pesquisas futuras poderão analisar esse ponto a fundo.

No que tange às implicações práticas desta pesquisa, chama atenção o fato de que a confiança interpessoal tenha mostrado um efeito modesto quando comparada à percepção de eficácia política interna e ao conhecimento político. Essas variáveis mostraram-se consideravelmente mais importantes que a confiança para o estímulo à participação cívica.

O fomento à participação cívica parece depender muito mais da difusão do conhecimento sobre a política e, logo, do interesse por ela. Há evidências de que o conhecimento político está fortemente relacionado ao nível de educação formal (DELLI CARPINI, 1999), outra variável de importância presente no modelo aqui proposto. Nesse sentido, é de se esperar que um aumento do nível de educação formal conduza um aumento da proximidade dos cidadãos com instituições participativas da democracia. Ainda assim, essa previsão é bastante questionável.

Mesmo ao aliar a confiança a motivações individuais para o engajamento, afastando-a de uma abordagem cultural estruturalista, sua importância mostrou-se secundária. Nesse sentido, é problemática a asserção de que a crença na desonestidade alheia possa ser um elemento chave da indiferença política ou do insucesso de instituições democráticas participativas.

Como foi comprovado para o caso dos partidos políticos, é possível que a falta de confiança em outras pessoas seja necessária para uma aproximação de membros da sociedade civil dessas instituições. A disputa por recursos na política não se dá em um meio idílico, sem tensões entre grupos distintos, mas entre representantes de interesses antagônicos, de maneira que a desconfiança pode representar uma resposta natural às interações da política partidária.

Essas inferências parecem reduzir consideravelmente a validade dos temores quanto ao efeito do declínio da confiança interpessoal sobre a disposição para o engajamento cívico. Embora seja possível constatarem-se quedas em ambos os níveis de confiança interpessoal e de algumas formas de engajamento cívico em determinados contextos (PUTNAM, 2000), essa relação parece estar longe de implicar causalidade.

Como foi bem observado por Cohen (1999), a queda da participação política em suas formas mais presenciais e custosas tem sido acompanhada pela ascensão de formas mais episódicas e menos dispendiosas de engajamento. A internet, com as redes sociais, blogs, portais de transparência com dados governamentais, e outros meios de comunicação tem representado um dos principais canais de engajamento da sociedade civil nos últimos anos.

Há, enfim, diversas razões para crer que a confiança interpessoal não seja o principal facilitador da cooperação que dá origem a organizações e mobilizações autônomas da sociedade civil na busca de influenciar a política. Ainda que a confiança possa estimular a participação sob determinadas condições, seu papel na resolução dos dilemas da ação coletiva vem sendo questionado por grande parte da literatura sobre o tema.

É preciso acumular mais conhecimento sobre os determinantes do engajamento cívico, o que demanda mais pesquisas que abordem outras formas de participação e outros possíveis fatores associados a esse fenômeno. Um diagnóstico parece certo, contudo: a confiança interpessoal não representa um ingrediente central na receita do “solo fértil” para as instituições a que Tocqueville se referia em seus escritos.

Referências

- AIKEN, L. & WEST, S. (1991) "Multiple Regression: Testing and Interpreting Interactions". London, Sage Publications.
- ALDRICH, J. H. (1993) "Rational Choice and Turnout". *American Journal of Political Science*, Vol. 37, N°1, pp. 246-278.
- ALMOND, G. & VERBA, S. ([1963]1989) "The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations". Sage Publications, Newbury Park.
- AMORIM NETO, O. & COX, G. (1997) "Electoral institutions: cleavage structures, and the number of parties." *American Journal of Political Science* N° 41, pp. 149-174.
- ANSOLABEHERE, S. & RODDEN, J & SNYDER, J. M. (2008) "The Strength of Issues: Using Multiple Measures to Gauge Preference Stability, Ideological Constraint, and Issue Voting". *The American Political Science Review*, Vol. 102 N°2.
- ARROW, K. J. (1972) "Gifts and Exchanges". *Philosophy & Public Affairs*, Vol. 1, N°4, pp. 343-362. Princeton University Press.
- BACHRACH, P. & BARATZ, M. S. (1962) "Two Faces of Power". *The American Political Science Review*, Vol. 56 N° 4.
- BANFIELD, E. (1958) "The Moral Basis of a Backward Society". The Free Press, New York.
- BAUM, N. (2000) "Rereading Power and in J. S. Mill". Toronto, Toronto University Press.
- BAUMOL, W.J. (1976) "It Takes Two to Tango, or Sind 'Separable Externalities' Überhaupt Möglich?" *Journal of Political Economy* 84: pp. 381- 387.
- BRADY, H. E. & SCHLOZMAN, K. L. & VERBA, S. (1995) "Beyond Ses: A Resource Model of Political Participation". *The American Political Science Review*, Vol. 89, N°2, pp. 271-294.
- BRAMBOR, T. & WILLIAM, C. & GOLDBER, M. (2005) "Are African party systems different?" Unpublished manuscript, New York University.
- _____ (2006) "Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses." *Political Analysis* 14, pp. 63–82.
- BRAUMOELLER, B. F. "Hypothesis Testing and Multiplicative Interaction Terms." *International Organization* 58, pp. 807-820.

BREHM, J. & RAHN, W. (1997) "Individual Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital" *American Journal of Political Science*, Vol. 41 N° 3, pp. 999-1023.

CLARK, W. & GOLDBERGER, M. (2006). "Rehabilitating Duverger's theory: testing the mechanical and strategic modifying effects of electoral laws." *Comparative Political Studies* N° 39, pp. 679-708.

COHEN, J. (1999) "Trust, voluntary association and workable democracy: the contemporary American discourse of civil society". In: "Democracy and Trust". Cambridge University Press, Cambridge.

COLEMAN, J. S. (1988) "Social Capital in the Creation of Human Capital". *American Journal of Sociology*, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches of Social Structure, Vol. 94, pp. S95-S120.

DAHL, R. (1958) "A Critique of the Ruling Elite Model". *The American Political Science Review*, Vol. 52 N° 2, pp. 463-469.

DASGUPTA, P. (2000) "Economic progress and the idea of social capital". In: "Social Capital: A Multifaceted Perspective". The International Bank for Reconstruction and Development, Washington.

DELLI CARPINI, M. X. (1999) "In Search of the Informed Citizen: What Americans Know About Politics and Why It Matters". Paper presented at conference on "The Transformation of Civic Life", pp. 1-39.

DOWNS, A. (1957) "An Economic Theory of Democracy". Harper & Row Publishers, New York.

DUVERGER, M. (1954) "Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State". John Wiley & Sons, Inc., New York.

ELSTER, J. (1989) "Solomonic Judgements: studies in the limitations of rationality". Cambridge University Press, New York.

_____ (1979) "Ulysses and the Sirens: Studies in Rationality and Irrationality". Cambridge, Cambridge University Press.

FIGUEIREDO, M. (2008) "A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade." Editora UFMG, Belo Horizonte; IUPERJ, Rio de Janeiro.

FEREJOHN, J & FIORINA, M. (1974) "The Paradox of Not Voting: A Decision Theoretic Analysis". *The American Political Science Review*, Vol. 68 N°2, pp. 525-536.

FIORINA, M. P. (1999) "Extreme Voices: A Dark Side of Civic Engagement". In: "Civic Engagement in American Democracy." Brookings Institution Press, Washington.

FIORINA, M. P. (2001) "Parties, Participation, and Representation in America: Old Theories Face New Realities". American Political Science Association.

FRIEDRICH, R. J. (1982) "In Defense of Multiplicative Terms in Multiple Regression Equations". American Journal of Political Science, Vol. 26 N°4.

FUKUYAMA, F. (2001) "Social Capital, Civil Society and Development". Third World Quarterly, Vol. 22, pp. 7-20.

GAMBETTA, D. (2000) "Can We Trust Trust?" In: "Trust: Making and Breaking Cooperative Relations". Department of Sociology, University of Oxford.

GUJARATI, D. M. (2000) "Econometria Básica". Editora Campus, São Paulo.

HARDIN, R. (1992) "The Street-Level Epistemology of Trust". Analyse and Kritik 14, S.152-176.

INGLEHART, R. (1988) "The Renaissance of Political Culture". The American Political Science Review, Vol. 82 Issue 4, pp.1203-1230.

JACKMAN, R. W. & MILLER, R. A. (1998) "Social Capital and Politics". Annual Review of Political Science, pp. 47-73.

JOHNSON, J. (2003) "Conceptual Problems as Obstacles to Progress in Political Science: Four Decades of Political Culture Research". Journal of Theoretical Politics, Sage Publications, London, pp. 87-115.

KAM, C. & FRANZESE, R. (2005) "Modeling and Interpreting Interactive Hypotheses in Regression Analysis: A Brief Refresher and Some Practical Advice." Unpublished Manuscript, University of Michigan.

KELLSTEDT, P. M. & WHITTEN, G.D. (2009) "The Fundamentals of Political Science Research". Cambridge University Press, New York.

KING, G. (1986) "How Not to Lie with Statistics: Avoiding Common Mistakes in Quantitative Political Science". American Journal of Political Science 30:666-87.

KWAK, N. & SHAH, D. V. & HOLBERT, R. L. "Connecting, Trusting and Participating: The Direct and Interactive Effects of Social Associations". Political Research Quarterly, Vol. 57 N° 4, pp. 643-652.

LEIGHLEY, J. E. (1995) "Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation". Political Research Quarterly, Vol. 48 N°1, pp. 181-209.

LEVI, M. (1996) "Social and unsocial capital: Review of Robert Putnam's *Making Democracy Work*." Politics and Society N°24, pp.45-55.

_____ (1998) "A State of Trust". In: "Trust and governance". Russel Sage Foundation, New York.

LUSKIN, R. C. (1991) "Abusus Non Tollit Usum: Standardized Coefficients, Correlations, and R2s". *American Journal of Political Science*, Vol. 35 N° 4, pp. 1032-1046.

MADSEN, D. (1987) "Political Self-Efficacy Tested". *American Political Science Review*, Vol. 81 N° 2, pp. 571-581.

MISHLER, W. & ROSE, R. (2005) "What Are the Political Consequences of Trust? A Test of Cultural and Institutional Theories in Russia". *Comparative Political Studies*, Vol. XX N° X.

MOISÉS, J. A. (2005) "A desconfiança nas instituições democráticas". *Opinião Pública*, Vol. 11 N° 1, Campinas.

MOZAFFAR, S. & SCARRITT, J.R & GALAICH, G. (2003) "Electoral institutions, ethnopolitical cleavages and party systems in Africa's emerging democracies". *American Political Science Review*, Vol. 97 N° 3, pp. 379-390.

NAGEL, J. H. (1987) "Participation". Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

NURMI, H. (1977) "Rationality and Public Goods: Essays in Analytical Political Theory." *Commentations Scientiarum Sociolium* 9.

NWORA, E. I. (2010) "Liberdade do Indivíduo Versus Autoridade do Estado na Filosofia Política de John Stuart Mill". Universidade de Brasília, Brasília.

OLSON, M. (1965) "The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups". Harvard University Press, Cambridge.

PONTE, Victor M. D. (2010) "Determinantes e Consequências da Desconfiança no México". In: "Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?" EDUSP, São Paulo.

PATTIE, C. & SEYD, P. & WHITELEY, P. (2003) "Citizenship and Civic Engagement: Attitudes and Behaviour in Britain". *Political Studies*, Vol. 53, pp. 443-468.

PUTNAM, R. D. (2000) "Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community". Touchstone Books.

_____ ([1993] 2006) "Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna". Editora FGV, Rio de Janeiro.

RENNÓ, L. R. (2001) "Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina". In: *Opinião Pública*, Vol. VII, nº1, pp.33-59.

_____ (2003) “Estruturas de Oportunidade e Engajamento em Organizações da Sociedade Civil: Um Estudo Comparado Sobre a América Latina”. *Revista de Sociologia Política* Nº 21, pp.71-82, Curitiba.

RIKER, W. H. “The two-party system and Duverger’s Law: an essay on the history of political science.” *The American Political Science Review*, Vol. 76, pp. 753-766.

RIKER, W. H. & ORDESHOOK, P. C. (1968) “A Theory of the Calculus of Voting”. *The American Political Science Review*, Vol. 62, Nº1, pp. 25-42.

SANDERS, D. & CLARKE, H. D. & STEWART, M. C. & WHITELEY, P. (2007) “Does Mode Matter for Modeling Political Choice?”. *Political Analysis* 15(3): 257-285.

SCHOORMAN, D.F. & MAYER, R.C. & DAVIS, J.H. (2007) “An Integrative Model of Organizational Trust: Past, Present, and Future”. *Academy of Management Review*, Vol. 32 Nº2, pp.344-354.

SELIGSON, A. L. (1999) “Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis.” *Comparative Political Studies*, Vol. 32 Nº3.

SELIGSON, M. (2002) “The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of Ecological Fallacy?” *Comparative Politics*, Vol. 34, Nº3, pp.342-362.

SELIGSON, M. & RENNÓ, L.R. (2000) “Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional”. *Dados*, Vol. 43 Nº4, Rio de Janeiro.

SKOCPOL, T. & FIORINA, M. (1999) “Making Sense of The Civic Engagement Debate.” In: “Civic Engagement in American Democracy.” *Brookings Institution Press*, Washington.

TOCQUEVILLE, A. ([1835] 2004) “A Democracia na América”. *Martins Fontes*, São Paulo.

WHITELEY, P. F. (1995) “Rational Choice and Political Participation. Evaluating the Debate.” *Political Research Quarterly*, Vol 48, Nº1, pp.211-233.

WHITELEY, P. F. & SEYD, P. (1996) “Rationality and party activism: Encompassing tests of alternative models of political participation.” *European Journal of Political Research* 29, pp. 215-234.

WOOLDRIDGE, J. (2010) “Introdução à econometria: uma abordagem moderna”. *Cengage Learning*, São Paulo.

VERBA, S. & BRADY, H. E. & SCHLOZMAN, K. L. (2000) “Rational Action and Political Activity” *Journal of Theoretical Politics* 12, Sage Publications, pp.243-268. London.

(1995) "Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics in American Politics". Cambridge, MA: Harvard University Press.

Anexo I – Perguntas Seleccionadas do British Election Study 2005

Sexo

[bq76]

INTERVIEWER TO OBSERVE AND RECORD: GENDER OF RESPONDENT

1 Male

2 Female

Idade

[bq77]

Now, a few questions about yourself and your background. What was your age last birthday?

INTERVIEWER: ENTER AGE IN YEARS

FOR 97+, CODE 97

RANGE: 18 ... 97

Educação

[bq81]

At what age did you finish full-time education?

1 15 or younger

2 16

3 17

4 18

5 19 or older

6 Still at school in full-time education

7 Still at university in full-time education

Renda

[bq84]

CARD EE 1

Which of the letters on this card represents the total income of your household from all sources before tax - including benefits, saving and so on? Please just tell me the letter.

- 1 Q
- 2 T
- 3 O
- 4 K
- 5 L
- 6 B
- 7 Z
- 8 M
- 9 F
- 10 J
- 11 D
- 12 H
- 13 P

Weekly income from all sources before tax		Annual income from all sources before tax
Less than £96	Q	Less than £5,000
£97 – £192	T	£5,001 – £10,000
£193 – £288	O	£10,001 – £15,000
£289 – £384	K	£15,001 – £20,000
£385 – £480	L	£20,001 – £25,000
£481 – £577	B	£25,001 – £30,000
£578 – £673	Z	£30,001 – £35,000
£674 – £769	M	£35,001 – £40,000

£770 – £865	F	£40,001 – £45,000
£866 – £961	J	£45,001 – £50,000
£962 – £1,153	D	£50,001 – £60,000
£1,154 – £1,346	H	£60,001 – £70,000
£1,347 or more	P	£70,001 or more

Benefícios e Custos da Participação

[bq22c01] - [bq22c20]

(*AGAIN*)

CARDD1 IF FIRST ITEM AT BQ22: Please tell me how far you agree or disagree with each of the following statements:

IF NOT FIRST ITEM AT BQ22: (And how much do you agree or disagree with this statement:)

Being active in politics is a good way to get benefits for me and my family.

(Please take your answers from this card.)

- 1 Strongly agree
- 2 Agree
- 3 Neither agree nor disagree
- 4 Disagree
- 5 Strongly disagree

[bq22e01] - [bq22e20]

CARD D1 (*AGAIN*)

IF FIRST ITEM AT BQ22: Please tell me how far you agree or disagree with each of the following statements:

IF NOT FIRST ITEM AT BQ22: (And how much do you agree or disagree with this statement:)

Being active in politics is a good way to get benefits for groups that people care about,
like pensioners or the disabled.

(Please take your answers from this card.)

- 1 Strongly agree
- 2 Agree
- 3 Neither agree nor disagree
- 4 Disagree
- 5 Strongly disagree

[bq22d01] - [bq22d20]

CARD D1 (*AGAIN*)

IF FIRST ITEM AT BQ22: Please tell me how far you agree or disagree with each of
the following statements:

IF NOT FIRST ITEM AT BQ22: (And how much do you agree or disagree with this
statement:)

It takes too much time and effort to be active in politics and public affairs.

(Please take your answers from this card.)

- 1 Strongly agree
- 2 Agree
- 3 Neither agree nor disagree
- 4 Disagree
- 5 Strongly disagree

Percepções de Eficácia Interna e Externa

[bq22h]

CARD D1 *AGAIN*

(And how much do you agree or disagree with this statement:)

My member of parliament tries hard to look after the interests of people who live in my constituency.

(Please take your answers from this card.)

- 1 Strongly agree
- 2 Agree
- 3 Neither agree nor disagree
- 4 Disagree
- 5 Strongly disagree

[bq61]

CARD Y

On a scale from 0 to 10 where 10 means a great deal of influence and 0 means no influence, how much influence do **you** have on politics and public affairs?

(Please take your answers from this card.)

- 0 No influence
- 1 one
- 2 two
- 3 three
- 4 four
- 5 five
- 6 six
- 7 seven
- 8 eight
- 9 nine
- 10 A great deal of influence

Confiança Interpessoal

[bq56]

CARD G1

Now, I'd like to ask you about another topic. On balance, would you say that most people can't be trusted or that most people can be trusted? Please use the 0 to 10 scale to indicate your view.

(Please take your answers from this card.)

0 Most people can't be trusted

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 Most people can be trusted

[bq57]

CARD G2

Do you think that most people you come into contact with would try to take advantage of you if they got the chance or would they try to be fair? Please use the 0 to 10 scale again, where 0 means would try to take advantage and 10 means would try to be

fair.

(Please take your answers from this card.)

0 Try to take advantage

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 Try to be fair

Interesse por Política

ASK ALL

[bq1]

CARD A1

Let's talk for a few minutes about politics **in general**. How much interest do you generally have in what is going on in politics?

(Please take your answers from this card)

1 A great deal

2 Quite a lot

3 Some

4 Not very much

5 None at all

[bq60]

CARD G7

On a scale of 0 to 10 how much attention do you generally pay to politics?

(Please take your answers from this card.)

0 Pay no attention

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 Pay a great deal of attention

Confiança nas Instituições

[bq20a]

CARD C5

Now, thinking about British political institutions like Parliament, please use the 0 to 10 scale to indicate how much trust you have for each of the following, where 0 means no trust and 10 means a great deal of trust.

Firstly, how much do you trust the present government?

(Please take your answers from this card.)

0 No trust

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 A great deal of trust

[bq20c1] - [bq20c2]

CARD C5 (AGAIN)

And how much do you trust British politicians generally?

0 No trust

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 A great deal of trust

Propensão ao Engajamento Cívico

[bq49e01] - [bq49e20]

CARD F3 (AGAIN)

IF FIRST ITEM AT Bq49: Now a few questions about how active you are in politics and community affairs. Let's think about the next few years. Using a scale from 0 to 10, where 0 means very unlikely and 10 means very likely, how likely is it that you will participate in a protest, like a rally or a demonstration, to show your concern about a public issue or problem?

IF NOT FIRST ITEM AT Bq49: And, how likely is it that you will participate in a protest, like a rally or a demonstration, to show your concern about a public issue or problem?

(Please take your answers from this card)

0 Very unlikely

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 Very likely

[bq49f01] - [bq49f20]

(AGAIN)

CARDF3 **IF FIRST ITEM AT Bq49:** Now a few questions about how active you are in politics and community affairs. Let's think about the next few years. Using a scale from 0 to 10, where 0 means very unlikely and 10 means very likely, how likely is it that you will be active in a voluntary organisation, like a community association, a charity group or a sports

club? **IF NOT FIRST ITEM AT Bq49:** And, how likely is it that you will be active in a voluntary organization, like a community association, a charity group or a sports club?

(Please take your answers from this card)

0 Very unlikely

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 Very likely

[bq49i01] - [bq49i20]

(*AGAIN*)

CARDF3 IF FIRST ITEM AT Bq49: Now a few questions about how active you are in politics and community affairs. Let's think about the next few years. Using a scale from 0 to 10, where 0 means very unlikely and 10 means very likely, how likely is it that you will work for a party or a candidate in an election campaign?

IF NOT FIRST ITEM AT Bq49: And, how likely is it that you will work for a party or a candidate in an election campaign?

(Please take your answers from this card)

0 Very unlikely

1 one

2 two

3 three

4 four

5 five

6 six

7 seven

8 eight

9 nine

10 Very likely

Conhecimento sobre Política

[bq64a]

Please tell me if you think that the following statements are **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.

Polling stations close at 10.00pm on election day.

FOR 'DON'T KNOW', USE CTRL + K

1 True

2 False

[bq64b01] - [bq64b20]

(Please tell me if you think this statement is **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

The Liberal Democrats favor a system of proportional representation for Westminster elections.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 True

2 False

[bq64c01] - [bq64c20]

(Please tell me if you think this statement **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

The minimum voting age is 16.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 True

2 False

[bq64d01] - [bq64d20]

(Please tell me if you think this statement **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

The standard rate of income tax payable is 26p in the pound.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 True

2 **False**

[bq64e01] - [bq64e20]

(Please tell me if you think this statement **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

The Chancellor of the Exchequer is responsible for setting interest rates in the UK.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 True

2 **False**

[bq64f01] - [bq64f20]

(Please tell me if you think this statement **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

Labour wants university students to pay a fee of up to £3,000 each year for their education.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 **True**

2 False

[bq64g01] - [bq64g20]

(Please tell me if you think this statement **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

The Conservative Party favours imposing strict limits on the number of asylum-seekers who can enter Britain each year.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 **True**

2 False

[bq64h01] - [bq64h20]

(Please tell me if you think this statement **true** or **false**. If you don't know, just say so and we will skip to the next one. Remember - true, false, or don't know.)

Any registered voter can obtain a postal vote if they want one - by ringing their local council and asking for a postal vote.

FOR DON'T KNOW, USE CTRL+K.

1 True

2 False

Anexo II – Estimação dos Efeitos Marginais e Variâncias de Interações

Para calcular o efeito marginal de uma variável X interagida com duas outras variáveis Z e W, em primeiro lugar, é necessário estimar o modelo desejado adequadamente. Neste trabalho, o modelo utilizado compreende duas variáveis “modificadoras”, Z (custos da participação) e W (benefícios da participação). Dessa forma, temos a seguinte equação:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 Z + \beta_3 W + \beta_4 XZ + \beta_5 XW + \beta_6 ZW + \beta_7 XZW$$

Uma vez que a correta estimação dos efeitos marginais pressupõe a inclusão de todos os termos constitutivos, a equação acima compreende todas as possíveis combinações desses termos. Após a correta estimação do modelo, é possível obter-se o efeito marginal de X para diferentes valores de Z e W:

$$\partial Y / \partial X = \beta_1 + \beta_4 Z + \beta_5 W + \beta_7 ZW$$

Finalmente, é possível calcular a variância do efeito marginal de X:

$$\begin{aligned} \sigma^2_{\partial Y / \partial X} = & \text{var}(\hat{\beta}_1) + Z^2 \text{var}(\hat{\beta}_4) + W^2 \text{var}(\hat{\beta}_5) + Z^2 W^2 \text{var}(\hat{\beta}_7) + 2Z \text{cov}(\hat{\beta}_1, \hat{\beta}_4) + \\ & 2W \text{cov}(\hat{\beta}_1, \hat{\beta}_5) + 2ZW \text{cov}(\hat{\beta}_1, \hat{\beta}_7) + 2ZW \text{cov}(\hat{\beta}_4, \hat{\beta}_5) + 2WZ^2 \text{cov}(\hat{\beta}_4, \hat{\beta}_7) + 2WZ^2 \text{cov}(\hat{\beta}_5, \\ & \hat{\beta}_7) \end{aligned}$$

Todas as equações acima podem ser encontradas em Aiken & West (1991, p.60) ou no *website* de Matt Golder⁶. O procedimento para geração dos gráficos

⁶ <https://files.nyu.edu/mrg217/public/interaction.html>

no software STATA também pode ser encontrado no mesmo endereço da internet referido abaixo.